

LX-Europa 2020

Lisboa no quadro do próximo período de programação comunitário
Áreas de Intervenção na cidade de Lisboa





■ ■ ■ **Presidente da Câmara Municipal de Lisboa**

António Costa

■ ■ ■ **Equipa de Missão**

Teresa Almeida - Coordenadora

Helena Simas

Pedro Grilo

Cristina Araújo - Apoio Administrativo

■ ■ ■ **Consultores**

Ana Pinho

Vítor Escária

Maria José Ribeiro (Gab PCML)

■ ■ ■ **Comissão de Acompanhamento**

Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

Vereador eleito pelo PSD – Vítor Gonçalves e/ou Mafalda Magalhães de Barros

Vereador eleito pela CDU – Ruben de Carvalho

Vereador eleito pelo CDS – António Carlos Monteiro

Vereador eleito pelo Movimento de Cidadãos por Lisboa – Helena Roseta

Universidade de Lisboa - Prof. Doutor António Sampaio da Nóvoa

Universidade Técnica de Lisboa - Prof. Doutor António Cruz Serra

Universidade Nova de Lisboa - Prof. Doutor José Esteves Pereira

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa - Prof. Doutor Vasco Moreira Rato

Instituto Politécnico de Lisboa - Prof. Doutor Luís Manuel Vicente Ferreira

AERLIS - Dr. António José Ferreira de Carvalho

ATL – Dr. Vítor Costa

Associação Comercial de Lisboa - Dr. Pedro Madeira Rodrigues

UACS - Dr.ª Carla Salsinha

AECOPS – Eng.º. Ricardo Pedrosa Gomes

Fórum Empresarial do Mar – Eng.º. Fernando Ribeiro e Castro

Prof. Doutor João Bento

Dr. Rui Vilar

Dr. Miguel Lobo Antunes

Prof. Doutor Rui Vieira Nery

Representante do Conselho Municipal de Educação

Representante do Conselho Municipal de Integração da Pessoa com Deficiência

Representante do Conselho Municipal de Interculturalidade e Cidadania

Representante do Conselho Municipal de Segurança

Representante do Conselho Municipal de Habitação

Representante do Conselho Municipal de Juventude

Representante do Conselho Municipal de Desporto

■ ■ ■ **Publicação**

Design, paginação e fotografia: Departamento de Marca e Comunicação

■ ■ ■ **Impressão**

500 exemplares | Seleprinter | Junho 2013





Índice

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Mensagem | 05 |
| LX-Europa 2020 Lisboa no quadro do próximo período de programação comunitário | 07 |
| Nota prévia | 09 |
| 1 Enquadramento: As oportunidades para Lisboa no quadro da Estratégia Europa 2020 | 11 |
| 1.1 Os objetivos da Estratégia Europa 2020 e da Política de Coesão para o próximo período de programação | 12 |
| 1.2 A dimensão urbana da Estratégia Europa 2020 | 12 |
| 1.3 Os instrumentos da Estratégia Europa 2020 e da Política Coesão | 13 |
| 1.4 Governança | 14 |
| 2 Lisboa e a Estratégia Europa 2020: as mensagens | 16 |
| 3 Os desafios e as ameaças | 19 |
| 4 Um desígnio para Lisboa | 21 |
| 4.1 A visão e os objetivos | 21 |
| 4.2 Mais pessoas, mais emprego, melhor cidade: as linhas de ação | 24 |
| 4.3 As intervenções | 36 |
| LX-Europa 2020 Áreas de Intervenção na Cidade de Lisboa. Parceiros, Projetos e Governança | 43 |
| Nota prévia | 45 |
| Lisboa Cidade da Aprendizagem e da Investigação | 47 |
| Empreendedorismo e Empregabilidade | 52 |
| Lisboa Cidade da Cultura e da Interculturalidade | 57 |
| Afirmção do Turismo na base Económica de Lisboa | 63 |
| Lisboa Capital do Mar | 69 |
| Reabilitação do Parque Edificado/Prevenção de Riscos | 74 |
| Acessibilidade para Todos / Mobilidade Inteligente e Inclusiva | 83 |
| Qualidade de Vida e Ambiente Urbano | 89 |
| Regeneração Urbana | 97 |
| Inclusão e Coesão Social | 104 |
| Entidades Proponentes dos Projetos | 116 |
| LX-Europa 2020 Principais aspectos a ter em conta na conceção e negociação do acordo de parceria: a perspetiva de Lisboa | 121 |
| Aspetos a ter em conta na conceção e negociação do Acordo de Parceria: | |
| A Perspetiva de Lisboa | 123 |



Mensagem do Presidente

Está em curso na União Europeia o processo de discussão e aprovação da regulamentação do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 (QFP) centrado na execução da Estratégia Europa 2020, que estabelece três prioridades que se reforçam mutuamente: Crescimento inteligente, desenvolvendo uma economia baseada no conhecimento e na inovação; Crescimento sustentável, promovendo uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva; Crescimento inclusivo, fomentando uma economia com níveis elevados de emprego que assegura a coesão social e territorial.

A Comissão Europeia, o Parlamento Europeu e os Comitês das Regiões e Económico e Social, têm enfatizado que a execução da Estratégia Europa 2020 exige uma parceria ativa entre cidadãos, empresas e instituições sociais, bem como o envolvimento dos diferentes níveis de governação, nomeadamente as autarquias locais, dando especial destaque ao papel das cidades na tradução desta estratégia em objetivos urbanos claros e integrados.

E se as cidades são fundamentais, a participação das autarquias locais **é indispensável em todas as fases do processo**, desde a discussão dos regulamentos até à preparação e negociação do Contrato de Parceria a celebrar entre Portugal e a Comissão, e, ainda, na elaboração, gestão e execução dos Programas Operacionais e outros instrumentos de execução.

Consciente destas responsabilidades, o Município de Lisboa decidiu promover uma participação ativa neste processo, constituindo, por Deliberação da Câmara Municipal de abril de 2012, uma Equipa de Missão Lisboa/Europa 2020 e uma Comissão de Acompanhamento, que assegurasse as diferentes parcerias

com a Universidade, o tecido empresarial e as instituições sociais e culturais, maximizando o contributo da cidade de Lisboa para a prossecução da Estratégia Europa 2020.

Do trabalho desenvolvido, sempre em articulação com a Comissão de Acompanhamento, e com consultas que envolveram cerca de centena e meia de participantes, resultaram os dois documentos agora divulgados, ambos aprovados em Reunião de Câmara, em novembro de 2012 e maio de 2013, respetivamente.

“LX - Europa 2020 – Lisboa no quadro do próximo período de programação comunitário”

Neste documento foram identificadas as questões consideradas fundamentais para promover o desenvolvimento de Lisboa e, pelo papel que este assume, para o desenvolvimento de Portugal.

Em articulação com os objetivos estratégicos consagrados no Plano Diretor Municipal (PDM), aprovado em 2012 e a vigorar durante 10 anos, foram definidos três grandes objetivos para a Cidade, os quais aprofunda, detalha e justifica: **Mais Pessoas, Mais Emprego e Melhor Cidade.**

Mais Pessoas porque Lisboa tem que reter, atrair e fixar população, através de uma oferta habitacional adequada, da promoção do envelhecimento ativo, da consolidação da rede de equipamentos sociais, da garantia de acolhimento a estudantes e investigadores, e do apoio necessário à qualificação, investigação, inovação e internacionalização do ensino superior.

Mais Emprego porque esta é a chave da criação de riqueza e da valorização social e económica do trabalho, o que só se alcança pela consolidação e vitalização do tecido económico existente, pelo apoio à empregabilidade, através da formação e reorientação profissional, e pela afirmação de Lisboa na economia global, apostando na economia da sociedade do conhecimento, na afirmação de Lisboa como Capital do Mar, pela captação de investimentos e recursos externos e pela promoção do turismo.

Melhor Cidade, porque é fundamental melhorar a qualidade de vida na Cidade, através da melhoria da eficiência energética e da resistência sísmica do edificado, da reabilitação das áreas urbanas degradadas, do reforço da coesão social e do combate à pobreza, da promoção da cultura e da criatividade, da valorização da interculturalidade e da cidadania, e, não menos relevante, através da melhoria do funcionamento urbano, aumentando a conectividade, otimizando os sistemas e serviços urbanos e melhorando a acessibilidade.

“LX - Europa 2020 – Áreas de Intervenção na Cidade de Lisboa: Parceiros, Projetos e Governança”

No documento foram detalhadas **10 Áreas de Intervenção**, consideradas como as mais relevantes para promover o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo no território da cidade, destacando-se em cada uma um projeto que, pelo seu carácter estruturante e poder de arrastamento, se assume como preponderante para alcançar os objetivos de desenvolvimento da cidade de Lisboa, nomeando as entidades promotoras dos diversos projetos apresentados, os principais parceiros e as potenciais fontes de fi-

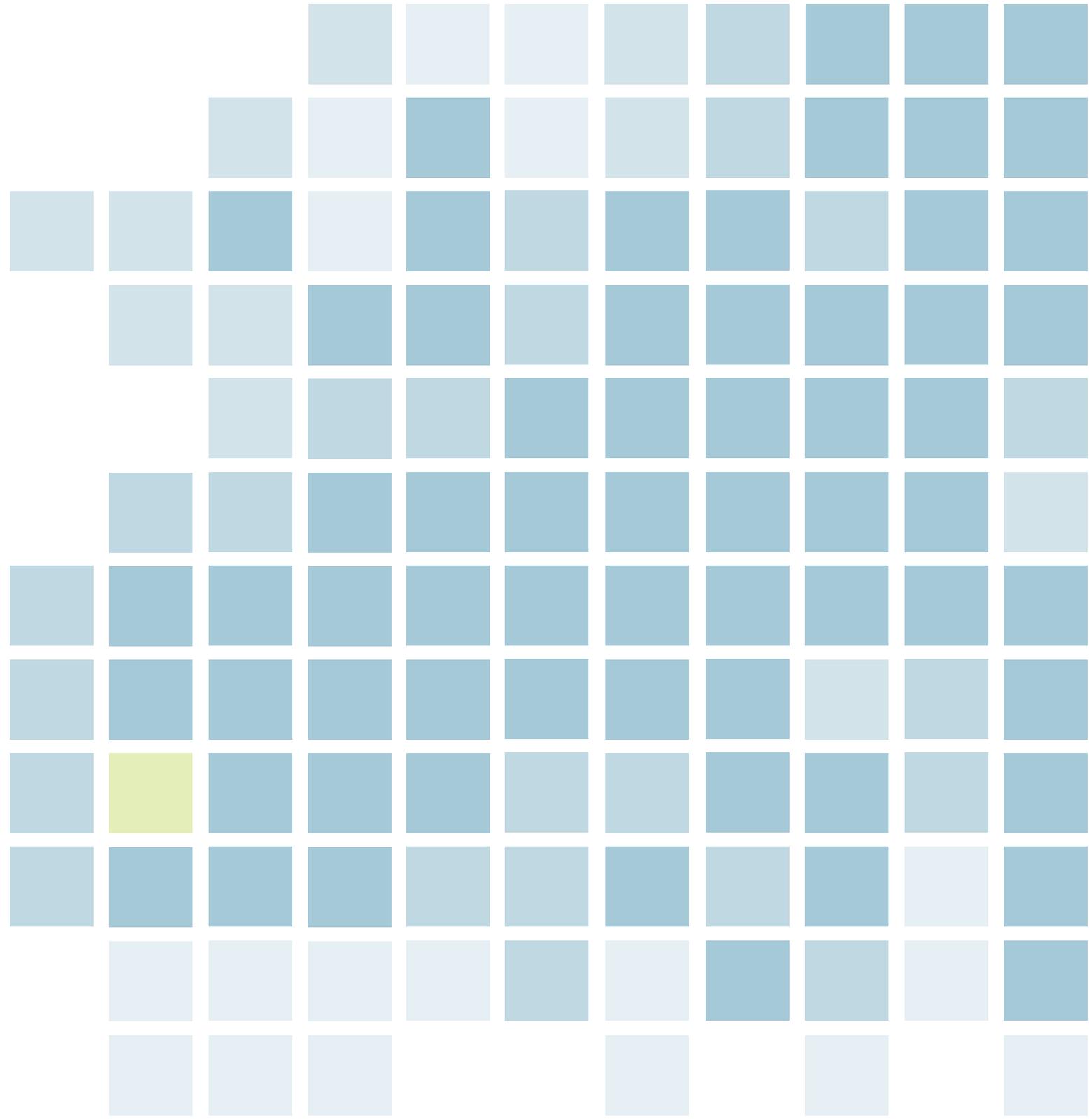
nanciamento, bem como as questões de governança e outras condições necessárias para o sucesso das intervenções.

- **Lisboa Cidade da Aprendizagem e da Investigação** – *Lisboa Cidade Erasmus / Co-localização de polo do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia*
- **Empreendedorismo e Empregabilidade** – *Programa de empreendedorismo e empregabilidade para os jovens*
- **Lisboa Cidade da Cultura e da Interculturalidade** – *Lisboa Criativa*
- **Afirmação do Turismo na Base Económica de Lisboa** – *Centro de Congressos*
- **Lisboa Capital do Mar** – *Campus do Mar*
- **Reabilitação do Parque Edificado/Prevenção de Riscos** – *Programa de reabilitação de edifícios direcionado para a melhoria da eficiência energética e da resistência sísmica*
- **Acessibilidade para Todos/Mobilidade Inteligente e Inclusiva** – *Lisboa Cidade Acessível*
- **Qualidade de Vida e Ambiente Urbano** – *Lisboa Cidade Solar*
- **Regeneração Urbana** – *BIP-ZIP 2020*
- **Inclusão e Coesão Social** – *Integração da pessoa sem-abrigo*

Esta é a nossa responsabilidade, este é o nosso desafio: conceber e promover projetos inovadores e integrados que induzam o máximo de benefícios aos nossos cidadãos, construindo Lisboa com Mais Pessoas, Mais Emprego, e Melhor Cidade.

António Costa

Presidente da Câmara Municipal de Lisboa | Junho 2013



LX-Europa 2020

Lisboa no quadro do próximo período de
programação comunitário

Nota prévia

Encontra-se atualmente em discussão, no quadro europeu, o novo ciclo de programação comunitária 2014-2020.

Nas propostas que foram apresentadas, e que estão em discussão, está previsto um papel reforçado para as cidades na promoção do desenvolvimento sustentável da União Europeia, novos e inovadores instrumentos de políticas públicas e é defendido que a execução da Estratégia Europa 2020 exige uma parceria ativa entre cidadãos, empresas e instituições sociais, bem como o envolvimento dos diferentes níveis de governação, nomeadamente as autarquias locais.

A cidade de Lisboa, consciente das suas responsabilidades e da relevância que os instrumentos de apoio comunitário podem ter na implementação da estratégia de desenvolvimento da cidade, assumida em documentos como, por exemplo, o Plano Diretor Municipal (PDM) recentemente aprovado, entendeu criar uma Equipa de Missão Lisboa/Europa 2020 e dinamizar uma parceria ativa e participada com todos os agentes necessários e indispensáveis à elaboração e execução dos projetos estratégicos para a cidade, designadamente as instituições de ensino superior, os agentes económicos, sociais e culturais, outras instituições públicas e do setor social, que permita a execução de uma estratégia urbana integrada.

O Acordo de Parceria, que deverá ser assinado entre o Estado português e as instituições comunitárias, é

de uma importância fulcral. Para defender os interesses nacionais é fundamental ter bem identificadas as prioridades e as áreas de intervenção estratégicas.

O documento ora apresentado assume-se como um contributo para o difícil processo de negociação que está em curso. É o resultado da parceria estabelecida com os atores da cidade, nomeadamente os representados na Comissão de Acompanhamento da Missão Lisboa/Europa 2020. Identifica questões que são consideradas como fundamentais para promover o desenvolvimento de Lisboa, e, pelo papel que esta assume, contribuir para o desenvolvimento de Portugal. Sinaliza também tipologias e áreas de intervenção que foram identificadas, de forma ainda preliminar, como centrais na implementação da estratégia de desenvolvimento de Lisboa.

Este documento constitui, assim, o resultado preliminar de um processo que deverá prosseguir e culminar na identificação e preparação dos projetos concretos que darão resposta aos desafios que a cidade enfrenta. Para que esses projetos sejam passíveis de apoio pelos instrumentos de política pública que vierem a ser criados é crucial que a negociação do Acordo de Parceria contemple as tipologias e instrumentos de intervenção que aqui são identificados.



VIRTVTIBVS
MAIORVM
VT SIT OMNIBVS DOCUMENTO. P P D.



580

1| *Enquadramento: As oportunidades para Lisboa no quadro da Estratégia Europa 2020*

Num contexto caracterizado pela mudança acelerada, os indivíduos, as empresas, as cidades e os territórios estão ameaçados se não planearem e prepararem convenientemente o seu futuro, adotando uma visão de médio e longo prazo e, em simultâneo, adquirirem uma capacidade de avaliar e reagir rapidamente às dificuldades e oportunidades de cada momento.

Atendendo aos desafios que se apresentam às cidades, nomeadamente, a globalização e as novas formas de organização produtiva, com fortes implicações em termos da reestruturação dos territórios, da sustentabilidade à escala urbana e do seu contributo para a sustentabilidade global, ou ainda a inclusão social e as novas formas de governança urbana, afigura-se como fundamental o planeamento estratégico enquanto instrumento para aproveitar as oportunidades e responder às ameaças, explorando os pontos fortes e superando as fraquezas.

A cidade de Lisboa elaborou a sua Carta Estratégica 2010/2024, identificando os principais desafios que se lhe colocam, e viu recentemente aprovado o seu PDM, com um prazo de vigência para os próximos 10 anos, um documento de planeamento de médio e longo prazo, que estabelece o modelo de organização espacial e a estratégia de desenvolvimento do território municipal, constituindo uma viagem ao futuro de Lisboa e que define os seguintes objetivos estratégicos:

- Recuperar, rejuvenescer e equilibrar socialmente a população de Lisboa;
- Promover a reabilitação e a regeneração urbana, alargando o conceito de área histórica a toda a Cidade consolidada, como forma de defesa e valorização do seu património histórico, cultural e paisagístico;
- Tornar Lisboa uma cidade amigável, segura e inclusiva;
- Promover uma cidade ambientalmente sustentável e eficiente na forma como utiliza os recursos, incentivando a utilização de recursos renováveis, uma correta gestão de resíduos, a agricultura urbana e a continuidade dos sistemas naturais e aumentando a resiliência urbana;
- Promover uma cidade inovadora e criativa, capaz de competir num contexto global e gerar riqueza e emprego;
- Afirmar a identidade de Lisboa num mundo globalizado;
- Criar um modelo de governo eficiente participado e financeiramente sustentável.

Neste quadro, o processo em curso de adoção da Estratégia Europa 2020 e de preparação do novo ciclo de programação comunitária 2014-2020 constitui uma importante oportunidade para Lisboa. A sua compatibilização com a estratégia da cidade é fundamental, na medida em que:

- Permite mobilizar os agentes para a consolidação de estratégias de médio e longo prazo;
- Contempla um reforço e uma valorização da dimensão urbana no quadro da estratégia de crescimento da União Europeia (UE);
- Introduce novos instrumentos, potenciadores das intervenções e promotores de parcerias entre diversos agentes;
- Disponibiliza recursos financeiros associados a alguns instrumentos, que podem ser determinantes para a viabilização de diversas intervenções ou ações.

Lisboa e Portugal têm assim o desafio e a obrigação de aproveitar as oportunidades criadas pela implementação da Estratégia Europa 2020, e das políticas a ela associadas, para promover ou viabilizar as intervenções e as ações que são estratégicas para o seu desenvolvimento. O Município de Lisboa não pode deixar de preparar a participação ativa da cidade no processo em curso, mobilizando as diferentes parcerias com as instituições de ensino superior, o tecido empresarial e os organismos sociais e culturais, tendo em vista maximizar o contributo da cidade de Lisboa para a prossecução da Estratégia Europa 2020.

1.1| Os objetivos da Estratégia Europa 2020 e da Política de Coesão para o próximo período de programação

No quadro da Estratégia Europa 2020, a UE e os seus Estados Membros assumiram a ambição de promover um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Um crescimento inteligente associado ao desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento e na inovação. Um crescimento sustentável baseado na promoção de uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva. Um crescimento inclusivo pelo fomento de uma economia com níveis elevados de emprego que assegure a coesão social e territorial.

A estratégia define assim os grandes objetivos e metas da UE em termos de investigação e inovação, alterações climáticas e energia, emprego, educação e redução da pobreza para 2020.

Por outro lado, a Política de Coesão é assumida como a política de desenvolvimento territorial que, para além da sua missão específica de redução das disparidades regionais, deve dar resposta aos objetivos da Estratégia Europa 2020. Apresenta 11 objetivos temáticos, que constituem áreas centrais para o desenvolvimento, numa lógica de concentração, com vista à maximização dos impactos:

1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação;
2. Melhorar o acesso, o uso e a qualidade das tecnologias de informação e comunicação;
3. Aumentar a competitividade das PME;
4. Apoiar a mudança para uma economia de baixo carbono em todos os setores;
5. Promover a adaptação à mudança climática e a prevenção e gestão de riscos;
6. Proteger o ambiente e promover a eficiência nos recursos;
7. Promover o transporte sustentável e superar os estrangulamentos em redes de infraestruturas chave;
8. Promover o emprego e apoiar a mobilidade profissional;
9. Promover a inclusão social e combater a pobreza;
10. Investir na educação, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida;
11. Melhorar a capacidade institucional e assegurar uma administração pública eficiente.

É este o enquadramento proposto para o próximo período de programação comunitário e que orientará a ação no âmbito da Política de Coesão.

1.2 | A dimensão urbana da Estratégia Europa 2020

Outra das componentes presente nas propostas da UE para o próximo período de programação, e que abre oportunidades relevantes para a ação em Lisboa, é a atribuição de uma maior centralidade às questões urbanas no contexto das políticas da UE, que deriva do reconhecimento de que as cidades podem dar um importante contributo para que sejam atingidas as metas da Estratégia Europa 2020, enquanto centros de negócios e empreendedorismo, investigação e inovação, educação e formação, inclusão social e interação cultural, até porque é de facto nas cidades que há a massa crítica necessária à competitividade, se concentram os desafios à sustentabilidade e, com mais intensidade, se sente a necessidade de inclusão.

Essa relevância da dimensão urbana traduziu-se na assunção de fins, criação de instrumentos e definição de prioridades de investimento específicos.

Fruto do reconhecimento de que as cidades podem desempenhar esse papel central na criação de emprego e no crescimento, nas propostas iniciais da Comissão são mesmo reservados cerca de 5% dos recursos nacionais do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) para intervenções integradas de desenvolvimento urbano sustentável geridas pelas cidades.

A promoção de redes entre cidades e o intercâmbio de experiências sobre política urbana no espaço da UE estão igualmente previstos através da criação de uma nova Plataforma de Desenvolvimento Urbano, baseada na experiência do Programa em Rede de Desenvolvimento Urbano (URBACT).

A Comissão também propõe a dotação de 0,2% do orçamento FEDER ao nível comunitário para financiar ações inovadoras em áreas urbanas.

As propostas definem, igualmente, uma abordagem integrada do desenvolvimento local orientado para e pela comunidade, através da implementação de estratégias de desenvolvimento local por parte de grupos comunitários, incluindo autoridades locais, ONG e parceiros económicos e sociais com base na abordagem do programa Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER).

Em termos de prioridades de investimento, as propostas de regulamentos contemplam algumas áreas de investimento prioritárias para as áreas urbanas, nomeadamente a promoção de estratégias de baixo teor carbónico; as ações para melhorar o ambiente urbano, incluindo a regeneração de áreas industriais e comerciais em declínio e a redução da poluição atmosférica; a promoção da mobilidade urbana sustentável e o apoio à regeneração física e económica de comunidades urbanas degradadas.

Existe, assim, um novo enquadramento que dá um maior relevo, mais oportunidades e orientações comuns para o desenvolvimento de ações em áreas urbanas.

1.3 | Os instrumentos da Estratégia Europa 2020 e da Política Coesão

Para além dos instrumentos habituais, surgem reforçados, nas propostas da Comissão para o próximo período de programação, instrumentos que se afiguram ser muito relevantes para Lisboa e para Portugal, permitindo intervenções estruturantes e integradas e criando novas oportunidades de financiamento.

Em particular, com vista a aumentar a eficácia das intervenções, são propostos diversos instrumentos que promovem abordagens integradas da programação, que asseguram a coordenação das ações e a criação de sinergias.

Com o objetivo de facilitar o desenvolvimento das abordagens locais e sub-regionais integradas para promover o desenvolvimento territorial, as propostas da Comissão contemplam dois mecanismos. São estes, as ações de Desenvolvimento Liderado pelas Comunidades Locais e os Investimentos Territoriais Integrados, financiados pelo FEDER, Fundo Social Europeu (FSE) e Fundo de Coesão (FC). Ambos procuram envolver os intervenientes regionais e locais e as comunidades locais na execução programática.

No que respeita ao **Desenvolvimento Liderado pelas Comunidades Locais** (com base na experiência do LEADER, no âmbito do desenvolvimento rural) pretende-se que este instrumento complemente e promova os resultados das políticas públicas no âmbito dos fundos do Quadro Estratégico Comum (QEC), aumentando a eficácia e a eficiência das estratégias de desenvolvimento territorial por delegação de tomada de decisão e por execução de parcerias locais entre os intervenientes públicos, privados e da sociedade civil. Este Desenvolvimento Liderado pelas Comunidades Locais deverá ser implementado no contexto de uma abordagem estratégica seguida pelos decisores políticos, a fim de garantir que as necessidades locais, determinadas diretamente pela população, tenham em consideração as prioridades estabelecidas a um nível mais elevado.

Os **Investimentos Territoriais Integrados**, financiáveis pelo FEDER, FSE e FC, **são um instrumento estratégico para desenvolver uma abordagem integrada para o desenvolvimento urbano, reunindo financiamentos de vários eixos prioritários e programas com vista a promover investimento num território ou numa área funcional específicos.** A possibilidade de delegação da execução das diferentes partes dos eixos prioritários numa só entidade (uma autoridade local) é uma oportunidade para garantir que os investimentos sejam realizados de modo complementar e tendo por base um conhecimento mais próximo e aprofundado dos territórios.

Para além destas abordagens integradas à escala local ou sub-regional, as propostas da Comissão introduzem igualmente outros novos mecanismos: as **Operações Integradas** e os **Planos de Ação Conjuntos**. Estes mecanismos visam incentivar o desenvolvimento de intervenções integradas e estruturantes, tornando possível proceder à execução conjunta, por parte de um único beneficiário, de vários projetos, com diferentes fontes de financiamento no âmbito dos fundos QEC, e, em certos casos, de outros instrumentos da UE.

No que respeita às **Operações Integradas**, as mesmas tornam possível que uma operação possa receber apoio de um ou mais fundos QEC e de outros fundos provenientes de outros instrumentos da UE. Essa possibilidade está subordinada à condição de que uma determinada rubrica de despesas não seja financiada duas vezes no âmbito dos fundos QEC ou outros instrumentos da UE. É possível, por exemplo, que uma única operação receba apoio do FEDER e do FSE, ou do FEDER e do Horizonte 2020.

O **Plano de Ação Conjunto**, um novo tipo de operação integrada executada através de uma abordagem baseada nos resultados para atingir objetivos específicos acordados entre o Estado Membro e a Comissão, pode incluir um grupo de projetos efetuado sob a responsabilidade de um beneficiário designado.

Em muitos domínios, verifica-se a existência de mais do que um instrumento da UE com possibilidade de apoiar com recursos a realização dos objetivos da Estratégia Europa 2020. Para além dos instrumentos incluídos nos acordos de parceria com os Estados Membros identificam-se instrumentos de gestão direta da Comissão Europeia, tais como o Mecanismo Interligar a Europa, no domínio das infraestruturas, a iniciativa Horizonte 2020, no domínio da investigação e da inovação, o programa Erasmus para Todos, no domínio da educação e formação, o Programa da UE para a Mudança e a Inovação Social, no domínio do emprego e da inclusão social, ou o programa LIFE, no domínio do ambiente e da ação climática.

É assim possível e desejável identificar e explorar as complementaridades existentes entre os diferentes instrumentos da UE ao nível nacional e regional, tanto na fase de planeamento como durante a execução, e planear de forma integrada a sua utilização.

1.4 | Governança

O novo período de programação das intervenções comunitárias é marcado por uma clara orientação para os resultados, tendo por objetivo maximizar a eficácia e os impactos das intervenções públicas. Para intervenções públicas eficazes e geradoras de efeitos multiplicadores positivos é fundamental assegurar uma governação eficiente.

A execução da Estratégia Europa 2020 exige uma parceria ativa dos cidadãos, empresas e instituições sociais, bem como o envolvimento dos diferentes níveis de governação, nomeadamente das autarquias locais, visando respeitar o princípio da governação a vários níveis, assegurar a apropriação das intervenções previstas pelas partes interessadas e explorar a experiência e o saber-fazer dos intervenientes relevantes. **Adicionalmente, no âmbito da Política de Coesão está proposta uma nova possibilidade de parceria com as autoridades locais em matéria de desenvolvimento urbano, a prever em sede de Acordo de Parceria, o que se traduz numa oportunidade de aprofundar estes princípios e de promover de forma mais eficaz e eficiente o desenvolvimento urbano.**

Para além das oportunidades no âmbito da criação de parcerias e delegação de competências nas autoridades locais, as propostas para o próximo período de programação apresentam ainda um conjunto de instrumentos, referidos anteriormente, que visam promover intervenções descentralizadas e com base em lógicas “*bottom-up*”, nomeadamente, as ações de Desenvolvimento Liderado pelas Comunidades Locais. Paralelamente, e dado que grande parte dos bloqueios ao

desenvolvimento têm uma natureza complexa e exigem respostas globais e integradas, as propostas para o próximo período de programação incluem vários instrumentos para promover abordagens integradas que permitem explorar sinergias entre diversos programas e intervenções, permitindo, assim, dar resposta a desafios multifacetados.

Está assim aberto um leque de oportunidades e alternativas que podem ser aproveitadas no âmbito dos Acordos de Parceria, com vista ao aprofundamento dos princípios da parceria, da participação e da integração estratégica.



2 | *Lisboa e a Estratégia Europa 2020: as mensagens*

Existe hoje pela primeira vez, ao nível da UE, um enquadramento em que uma estratégia europeia foi definida previamente à negociação do período de programação seguinte, possibilitando uma visão comum para o futuro da Europa e a orientação dos meios e instrumentos de viabilização dessa visão para os objetivos nela estabelecidos. Estão criadas novas condições e instrumentos que permitem um melhor aproveitamento das oportunidades abertas pelo próximo período de programação em prol do desenvolvimento dos territórios e comunidades. É neste contexto que Lisboa assume como sua obrigação dar um contributo, materializado neste documento, e do qual se salienta, em seguida, um conjunto de mensagens principais.

As cidades e a aposta no desenvolvimento urbano são essenciais para alcançar os objetivos de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo - “O futuro da Europa depende das nossas Cidades do Futuro”.

Hoje as cidades são, simultaneamente, os motores do desenvolvimento e os territórios de maior concentração de problemas e vulnerabilidades. A competitividade, a inovação e o conhecimento e a sustentabilidade social económica e ambiental passam incontornavelmente pelas cidades e pelo seu paradigma de desenvolvimento. As cidades são o espaço em que se determinará o futuro da Europa e o alcançar dos objetivos da Estratégia Europa 2020.

O reconhecimento, pela UE, do papel fundamental das cidades para o futuro da Europa está claramente refletido nos documentos preparatórios do próximo período de programação, onde é atribuída uma maior centralidade às questões urbanas e são criados novos instrumentos para apoiar o desenvolvimento urbano. Este reforço da dimensão urbana no quadro da Estratégia Europa 2020 e da Política de Coesão não pode deixar de ser aproveitado, quer pela cidade de Lisboa quer por Portugal, para promover em termos globais a sua cidade capital.

Para afirmar Portugal no panorama global e para dar resposta aos desafios e objetivos de desenvolvimento que se colocam ao país, Lisboa tem um papel importante a desempenhar.

A capacidade de Portugal se afirmar num mundo globalizado está intimamente ligada à afirmação de Lisboa, a sua capital, no exterior. Lisboa é a principal porta de entrada no país, simboliza, em grande medida, a sua imagem, encabeça uma região que representa perto de 40% do PIB nacional e onde habita um terço da população, da mais qualificada do país. É a única detentora de massa crítica e das condições necessárias para se candidatar e atrair grandes projetos, recursos e investimentos de escala europeia e global. Aproveitar estes recursos e oportunidades implica, para Portugal, apostar em Lisboa. Para Lisboa implica, mais do que uma afirmação no seio da Área Metropolitana, uma aposta na sua atratividade externa, assumindo um papel não de concorrente mas de catalisador e potenciador do desenvolvimento regional e nacional.



Adicionalmente, quer os objetivos assumidos pela Estratégia Europa 2020 quer os objetivos temáticos da Política de Coesão estão alinhados com os desafios identificados para Lisboa na sua Carta Estratégica 2010/2024, em particular os de tornar Lisboa uma cidade amigável, segura e inclusiva; de promover uma cidade ambientalmente sustentável e eficiente na forma como utiliza os recursos, incentivando a utilização de fontes renováveis, uma correta gestão de resíduos, a agricultura urbana e a continuidade dos sistemas naturais e aumentando a resiliência urbana; de promover uma cidade inovadora e criativa, capaz de competir num contexto global e gerar riqueza e emprego; e de afirmar a identidade de Lisboa num mundo globalizado.

Esta sintonia de alinhamento de objetivos constitui uma oportunidade e uma mais-valia que não poderá deixar de ser integrada por Portugal na preparação do seu Acordo de Parceria.

É estratégico para Lisboa e para Portugal identificar e aproveitar todos os instrumentos disponíveis no próximo período de programação e as complementaridades existentes entre os diferentes instrumentos para apoiar o desenvolvimento urbano.

Estão previstos para o próximo período de programação, para além dos instrumentos tradicionais, vários novos instrumentos para apoiar o desenvolvimento urbano integrado, nomeadamente, os Investimentos Territoriais Integrados, as ações de Desenvolvimento Liderado pelas Comunidades Locais, as Ações Inovadoras em Áreas Urbanas, as Operações Integradas, os Planos de Ação Conjuntos e a Plataforma de Desenvolvimento Urbano. Estes instrumentos e mecanismos não só permitem intervenções mais integradas como possibilitam a captação de recursos adicionais, para além dos disponíveis no âmbito da Política de Coesão, tendo particular relevância para a região de Lisboa.

É um desafio para Lisboa e para Portugal identificar e explorar as complementaridades existentes entre os diferentes instrumentos da UE ao nível nacional e regional, tanto na fase de planeamento como durante a execução. Para isso é necessário selecionar as prioridades estratégicas que deverão ser prosseguidas com os diferentes instrumentos. Se é de evitar a duplicação de esforços, configura-se como primordial identificar os domínios em que é necessário um apoio financeiro adicional. Torna-se ainda prioritária a capacidade de identificar não só intervenções que devem ser prosseguidas com acesso a instrumentos tradicionais, mas também, e fundamentalmente, aquelas que são potenciadas pela utilização de abordagens integradas, quer através de ações de Desenvolvimento Liderado pelas Comunidades Locais ou Investimentos Territoriais Integrados, articulados ou não com as anteriores, quer através de projetos mais estruturantes que possam ser objeto de Operações Integradas ou Planos de Ação Conjuntos. Deve assumir-se ainda o desafio de integrar o apoio de diferentes instrumentos em prol de operações individuais.

Para Lisboa o aproveitamento destes instrumentos não poderá deixar de ser promovido e deve estar previsto desde logo no Acordo de Parceria. Este é um desafio fundamental para assegurar um melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponibilizados pelas políticas comunitárias, promovendo as intervenções modernizadoras indispensáveis ao crescimento e desenvolvimento de Portugal.

Lisboa, nesse contexto, já identificou, e apresenta neste documento, algumas intervenções que considera merecerem a interpretação de algumas dessas abordagens integradas com vista a serem desde já incluídas no Acordo de Parceria para discussão com as autoridades comunitárias.

Para alcançar os objetivos do desenvolvimento urbano e um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo é necessário promover instrumentos e abordagens estratégicos e integrados em termos de escala, prioridades e atores.

Como já foi referido, Lisboa elaborou a sua Carta Estratégica 2010/2024, identificando os principais desafios que se lhe colocam, e viu recentemente aprovado o seu PDM, concebido em sintonia com aqueles objetivos. No presente documento

apresenta-se a visão para o desenvolvimento da cidade e os grandes objetivos e linhas de ação que necessitam de ser prosseguidos para a alcançar. Lisboa tem assim uma estratégia para o seu desenvolvimento com um prazo mais amplo do que o do próximo período de programação, sendo, no entanto, essencial para a capacidade de concretização dessa estratégia o aproveitamento cabal dos instrumentos por este disponibilizados.

As linhas de atuação necessárias para dar resposta aos grandes objetivos do desenvolvimento da cidade, bem como os desafios e ameaças com que se depara este projeto de desenvolvimento, deixam clara a necessidade de agir, simultaneamente, de forma concertada, cumulativa e complementar em múltiplos domínios e prioridades temáticas. Deixam também clara a necessidade de integrar a estratégia de desenvolvimento da cidade numa visão mais ampla da região em que se insere, do país da qual é capital, e de um mundo globalizado no qual tem de se afirmar. Por último, evidenciam a necessidade de assumir o desenvolvimento urbano como um projeto coletivo, para o qual contribuem e são essenciais todos os agentes e recursos da sociedade.

É fundamental garantir, logo desde o Acordo de Parceria, que os instrumentos de apoio ao desenvolvimento urbano são concebidos de modo a permitir e privilegiar a viabilização de estratégias de médio e longo prazo, suficientemente flexíveis para promover abordagens integradas ao nível das prioridades de investimento e possibilitar a adequação aos contextos locais e a alterações conjunturais, bem como a atuação conjunta de múltiplos atores.

Devem ser amplamente aproveitadas as novas oportunidades previstas para o próximo período de programação em termos de descentralização, parceria e participação em todas as fases do processo.

Como têm enfatizado a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu e os Comités das Regiões e Económico e Social, a execução da Estratégia Europa 2020 exige uma parceria ativa dos cidadãos, empresas e instituições sociais bem como o envolvimento dos diferentes níveis de governação, nomeadamente as autarquias locais.

O Município de Lisboa não pode deixar de preparar a participação ativa da cidade no processo em curso, mobilizando as diferentes parcerias com as instituições de ensino superior, os centros de investigação, o tecido empresarial e os organismos sociais e culturais, tendo em vista maximizar o contributo da cidade de Lisboa para a prossecução da Estratégia Europa 2020. Este documento, elaborado após auscultação e recolha de contributos destas instituições, é um primeiro resultado desse processo.

Diversos princípios podem contribuir para promover uma governação mais eficiente das intervenções públicas, nomeadamente uma maior descentralização, a promoção de parcerias, ou a valorização de abordagens “*bottom-up*”, integradas e estratégicas. A descentralização, a parceria e a participação não são só princípios de boa governança, mas são importantes mais-valias para a conceção, programação, execução e avaliação das políticas, e fatores essenciais para alcançar os objetivos do desenvolvimento urbano, pelo que devem estar presentes desde o início do processo. Foi esta a razão pela qual Lisboa considerou ser sua obrigação agir nesse contexto.

A capacidade dos instrumentos de programação conseguirem mobilizar e/ou acolher ações de desenvolvimento de base local, é fundamental para dar resposta a muitos dos problemas de desenvolvimento. Obviamente que deve existir um quadro global que dê coerência a estas intervenções, o que não dispensa que as mesmas não devam ser incentivadas. A construção de um quadro de governança que favoreça e dinamize estas lógicas “*bottom-up*” de intervenção é também uma preocupação que deve estar presente no processo de conceção das intervenções e prevista em sede de Acordo de Parceria. Este Acordo deve ser ainda passível de criar um quadro de governança das intervenções que seja simultaneamente simples e rigoroso, para que seja atrativa a utilização das oportunidades criadas por estas abordagens participadas e em parceria.

Do mesmo modo, é estratégico para Portugal elaborar o Acordo de Parceria com base numa parceria com as autoridades regionais e locais e os restantes setores da sociedade. Esta deve ser uma parceria efetiva em todas as fases do processo, evitando a frequente relegação para um papel consultivo ou informativo. A nova possibilidade de parceria com as autoridades locais em matéria de desenvolvimento urbano, previstas em sede de Acordo de Parceria, é uma oportunidade para aprofundar estes princípios e de promover de forma mais eficaz e eficiente o desenvolvimento urbano. Este é um desafio que Lisboa está disponível e empenhada em enfrentar.

3 | *Os desafios e as ameaças*

Para alcançar a visão e as metas de desenvolvimento da cidade de Lisboa é necessário, para além da prossecução dos objetivos e linhas de atuação identificadas, ter em conta e dar resposta a um conjunto de desafios e ameaças que se colocam. De entre este conjunto de desafios e ameaças salientam-se:

- **Dinâmica demográfica** – é um dos principais desafios que se coloca à cidade, tanto no que respeita à perda de habitantes como à desertificação de certas áreas, em particular as centrais, ao envelhecimento da população, às alterações na composição dos agregados familiares e ao enfraquecimento das suas estruturas de apoio.
- **Crescimento das assimetrias** – para além da tendência global que se verifica nas grandes áreas urbanas europeias para um crescimento das assimetrias e desigualdades, Lisboa enfrenta problemas específicos a este nível dado que a população que saiu da cidade nas últimas décadas tinha, na sua maioria, rendimentos médios, enquanto parte significativa da população mais desfavorecida permaneceu com o apoio das políticas de habitação social e a população que entrou, regra geral, é bastante qualificada e auferir rendimentos mais elevados. Esta situação levou a uma maior polarização socioeconómica dentro da cidade, coexistindo os mais altos rendimentos *per capita*, poderes de compra e qualificações da população a nível nacional, com grupos populacionais afetados por múltiplos problemas (desemprego, abandono escolar, dependência de subsídios, etc.).
- **Existência de áreas de concentração de carências e vulnerabilidades** – A distribuição territorial dos problemas e oportunidades também não é equitativa, existindo áreas urbanas de grande concentração de fatores de vulnerabilidade, tanto a nível social como económico, urbanístico e ambiental (desemprego, abandono escolar, dependência de subsídios, famílias monoparentais, envelhecimento, degradação física, vandalismo, falta de integração no tecido urbano, carência de equipamentos e empregos locais, etc.). Este problema torna-se ainda mais premente quando se verifica que é exatamente nestas áreas que se localiza parte significativa da população jovem da cidade, que se encontra assim vulnerável a múltiplos fatores de segregação, o que coloca ainda mais em risco o desenvolvimento do potencial humano futuro de Lisboa.
- **Globalização** – o processo de aprofundamento da integração e interdependência económica, do qual o próprio projeto europeu faz parte, coloca um conjunto de novos desafios às cidades. A par das possibilidades abertas pelos novos meios de transporte e das tecnologias de informação e comunicação, os desafios para as cidades se tornarem competitivas são agora colocados ao nível global e no seio de uma nova economia com base no conhecimento. A reestruturação dos fatores de competitividade e das estruturas económicas e de emprego, num mundo em rápida e constante mudança, colocam difíceis desafios às cidades europeias, motores do desenvolvimento do continente. Como afirmar a competitividade no mundo global, de forma equilibrada com a prossecução do ideal de modelo social europeu, é hoje um dos principais desafios que Lisboa, no contexto europeu, tem de enfrentar.
- **Desemprego e aumento do risco de pobreza** – A reestruturação da economia, que parece incapaz de criar emprego para todos, pondo em causa a tradicional relação entre criação de riqueza, desenvolvimento económico e emprego, a par com a atual crise económica e financeira, têm tido como resultado um crescimento acelerado do desemprego, da precariedade e da pobreza. Estas tendências não se têm verificado de forma equitativa no território europeu, sendo que Portugal e Lisboa têm sido mais afetados do que outros territórios e estão ainda em situação de vulnerabilidade face ao aprofundar destas tendências.
- **Alterações climáticas** – A ameaça de profundas alterações climáticas num futuro próximo é um dos principais riscos com que se depara hoje a humanidade. Fortes e repentinas alterações no clima das regiões podem pôr em risco os

habitats, os sistemas produtivos e as economias, mergulhando o mundo numa profunda crise ambiental, económica e social. São uma ameaça global ao desenvolvimento humano. O combate às alterações climáticas passa em grande medida pela prossecução de um desenvolvimento ambientalmente sustentável. No entanto, nesta altura não basta apostar neste novo modelo de desenvolvimento. É necessário enfrentar o desafio da mitigação e de prevenção dos riscos que podem advir destas alterações, nomeadamente, os riscos derivados de catástrofes naturais.

- **Sustentabilidade ambiental** – É hoje consensual a importância de preservar o meio ambiente e fazer uma utilização criteriosa dos recursos naturais e energéticos. A expansão urbana e a própria urbanização colocam pressões consideráveis sobre os ecossistemas naturais. A par desta situação, a grande dependência do automóvel caracteriza a população da região de Lisboa, nomeadamente a que acede diariamente à capital, com as suas consequências ao nível do consumo energético, poluição do ar, emissões de gases e dificuldade de viabilização de uma rede adequada de transportes públicos, são desafios a que urge dar resposta. O consumo energético e de recursos ao nível do edificado, em todas as suas fases (ocupação do solo, construção, utilização e demolição), representam também uma fonte de gastos que não tem sido encarada de forma sustentável. O travar da expansão urbana, a promoção de uma mobilidade sustentável, a reabilitação e qualificação do edificado, a promoção do uso de materiais e fontes de energia renováveis e o aumento da eficiência na utilização da energia e dos recursos são, assim, prioridades em todo o processo de desenvolvimento.
- **Crise económica e financeira** – A crise financeira, a recessão económica e a necessidade de consolidação orçamental levaram a um abrandamento do processo de convergência entre os estados e as regiões europeias e, nos países mais vulneráveis, criaram condições mais difíceis para os poderes públicos empreenderem as ações necessárias em matéria de apoio à coesão económica e social e à promoção do desenvolvimento, incluindo o desenvolvimento urbano. Existe hoje em Portugal, e Lisboa não é exceção, uma grande pressão sobre o controlo da despesa pública e, apesar do papel fundamental que recai sobre as cidades na recuperação da crise, o financiamento público e a aposta no desenvolvimento urbano podem estar condicionados. Neste sentido, há um desafio importante no que respeita a conseguir alcançar os objetivos do desenvolvimento urbano num cenário de contenção, que se traduzirá na necessidade de basear este desenvolvimento em parcerias fortes com os outros setores, num alargamento da base de parceiros, numa utilização inovadora dos recursos e na redefinição do papel do setor público neste domínio.
- **Mercado da habitação** – O facto de o mercado habitacional nacional sofrer há longas décadas disfunções derivadas de um estrangulamento do setor do arrendamento e da promoção da aquisição de casa própria tem sido um dos fatores que mais tem prejudicado a evolução demográfica saudável de Lisboa. No entanto, apesar de esta dinâmica não ter desaparecido, existem hoje indícios de que se começa a atenuar, também em consequência da dificuldade de acesso ao crédito por parte dos particulares. Se esta situação pode ser vista como uma oportunidade para a cidade, convém não esquecer que coloca desafios adicionais. O dificultar da mobilidade habitacional pode ser prejudicial para a capacidade de atração de população, tendo de ser pensados mecanismos inovadores que deem resposta a esta limitação. A dificuldade de um agregado familiar se desfazer de uma habitação própria pode ainda agravar a vulnerabilidade em caso de desemprego ou de redução dos rendimentos familiares, podendo, conjuntamente com o aumento das taxas de desemprego, vir a dar origem a uma nova crise habitacional para a qual a cidade tem de estar preparada.

4 | *Um desígnio para Lisboa*

4.1 | A visão e os objetivos

4.1.1 | A visão

A visão que temos para Lisboa é a de uma cidade que seja:

- **Bonita:** que aposta na reabilitação e inovação urbanas, na preservação do seu património paisagístico e na qualificação do espaço público;
- **Integradora:** multicultural e promotora de inovação social;
- **Diversa:** uma cidade de bairros e da promoção do investimento em tecnologia e conhecimento;
- **Atrativa:** em termos de turismo, recursos e população;
- **Saudável:** reutilizadora, energeticamente eficiente e tecnologicamente inovadora;
- **Criativa:** que inova e empreende criando “valor”;
- **Amiga:** dos idosos, das pessoas com deficiência, das famílias e crianças e da segurança urbana;
- **Ambiciosa:** universalista, exploradora dos mares e da fraternidade da língua portuguesa.

4.1.2 | Os objetivos

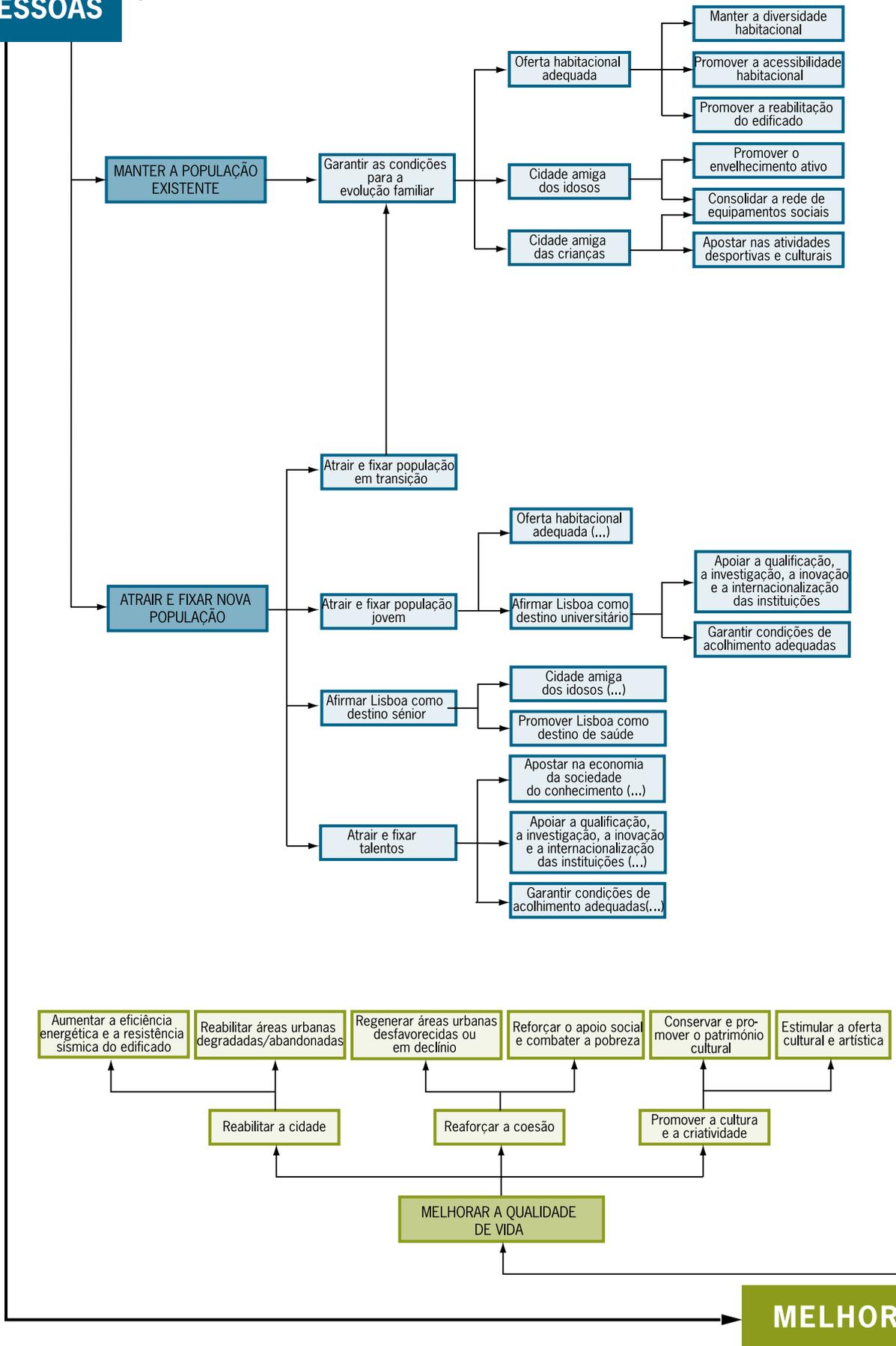
Lisboa enfrenta um desafio de afirmação num mundo global, sendo essa afirmação não só determinante para a cidade mas, fundamentalmente, para Portugal. No quadro de um aprofundamento da globalização, só a afirmação da cidade-capital e principal metrópole, com os efeitos de arrastamento gerados, permitirá a qualificação do tecido produtivo português e a emergência de novos setores dinâmicos e competitivos à escala global.

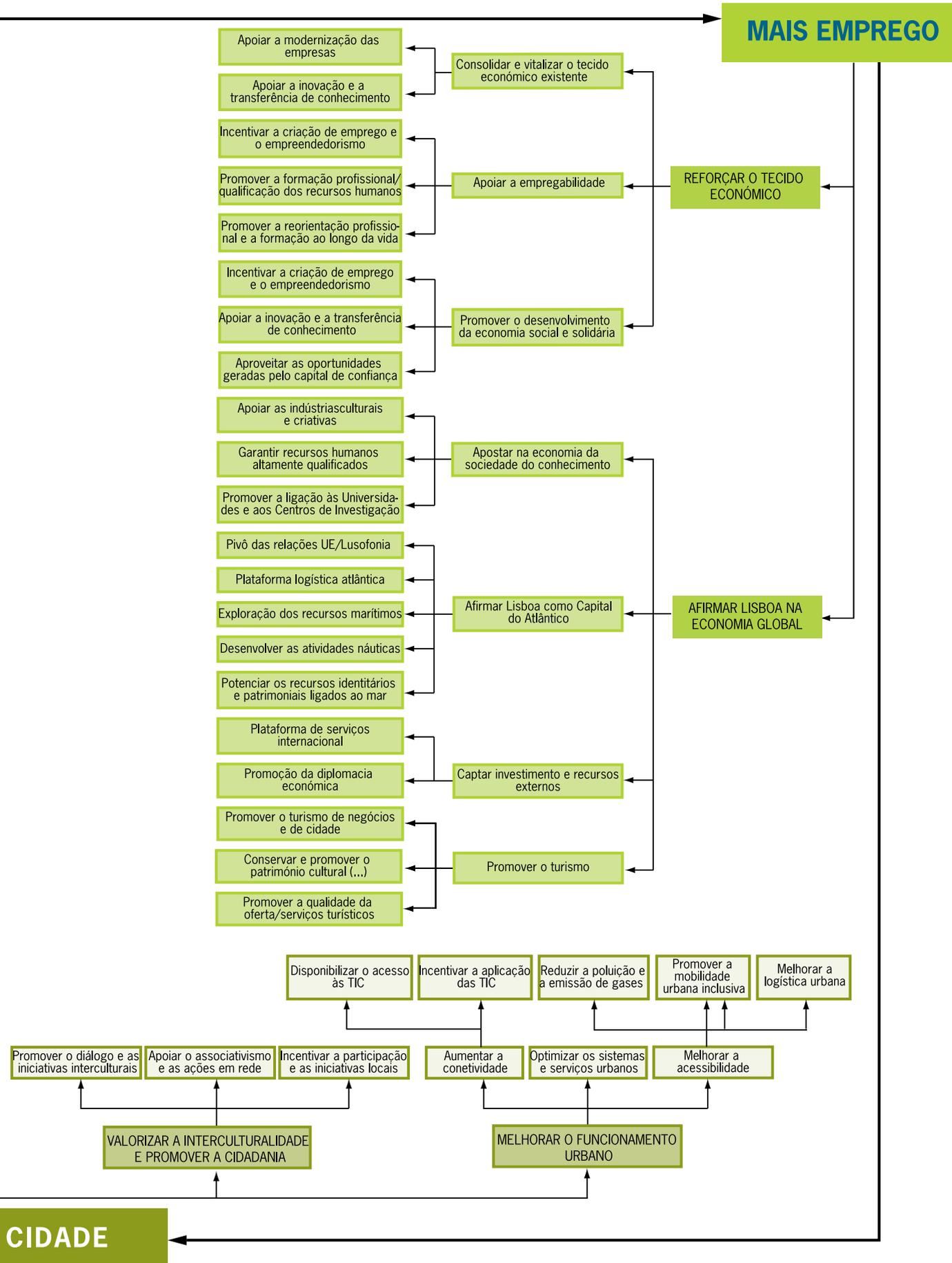
No quadro dessa afirmação é fundamental promover a imagem de Lisboa, tornando-a uma cidade atrativa. Não atrativa face a outros territórios de Portugal mas, fundamentalmente, face a outras cidades mundiais. Atrativa para as pessoas e para as atividades económicas. Só dessa forma será possível atingir os grandes objetivos estabelecidos para Lisboa:

- Mais Pessoas;
- Mais Emprego;
- Melhor Cidade.

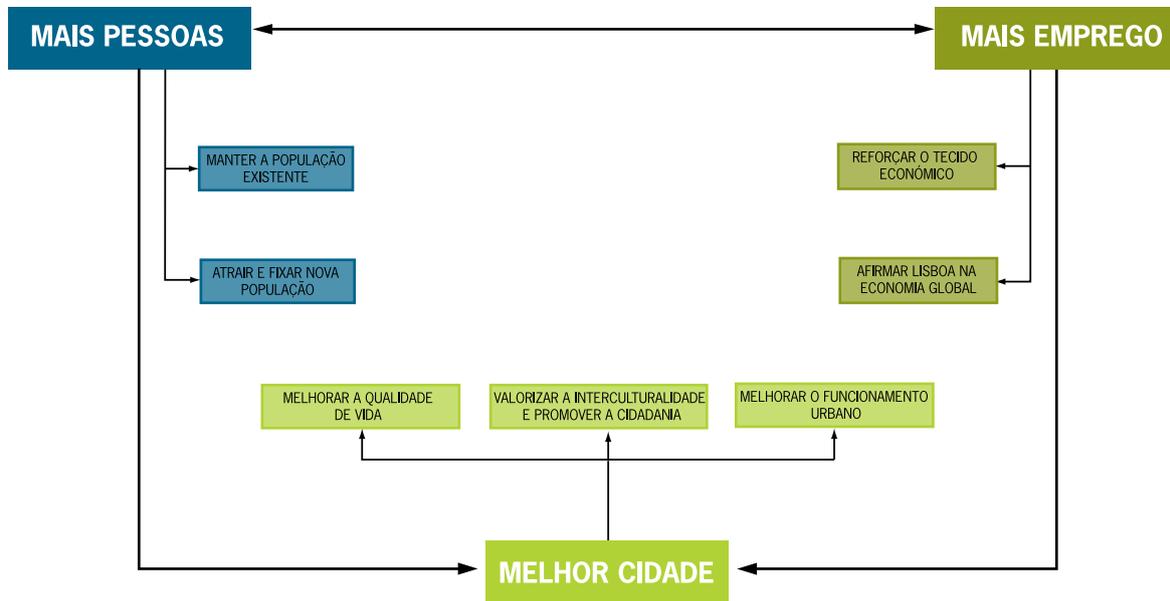
O quadro geral proposto para a prossecução destes objetivos é apresentado, de forma esquemática, na figura seguinte, sendo desenvolvido nos pontos subsequentes.

MAIS PESSOAS





4.2 | Mais pessoas, mais emprego, melhor cidade: as linhas de ação



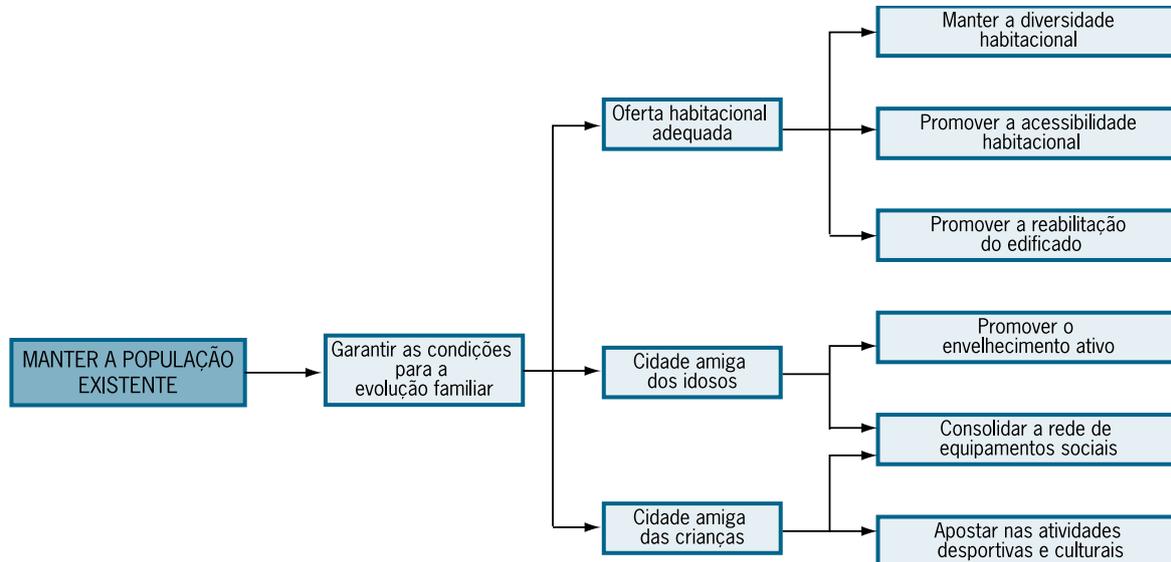
No que respeita ao objetivo de aumentar a população de Lisboa, é necessário considerar simultaneamente dois grandes objetivos específicos: **manter a população existente** e **atrair nova população**. Com efeito, embora as ações que visam garantir a qualidade de vida e as condições necessárias para que a população que presentemente habita a cidade aqui possa e deseje permanecer sejam essenciais para garantir a atratividade da cidade face a novos habitantes, é necessário, a par com estas medidas, desenvolver ações específicas com vista a potenciar e realizar plenamente o capital de atração da cidade face a grupos específicos de população. Para além dos objetivos específicos e linhas de ação orientados para manter e atrair população, outros dos fatores determinantes para alcançar este desígnio são a existência de oportunidades de emprego e, em particular, de emprego qualificado, e tornar Lisboa uma melhor cidade para viver e trabalhar. Neste sentido, o objetivo “Mais Pessoas” relaciona-se intimamente com os outros grandes objetivos, “Mais Emprego” e “Melhor Cidade”, e o sucesso do primeiro é indissociável do alcançar dos restantes. Assim, embora estruturados em três grandes grupos, os objetivos específicos e as linhas de ação identificados contribuem conjuntamente para o alcançar de todos os objetivos gerais estipulados, não podendo ser encarados isoladamente.

No que respeita ao objetivo de aumentar o emprego em Lisboa, é fundamental assegurar também a prossecução de dois objetivos específicos: **reforçar o tecido económico** e **afirmar Lisboa na economia global**. Com efeito, é fundamental neste domínio afirmar Lisboa enquanto cidade competitiva e atrativa para a localização de novos setores competitivos à escala global, que promovam a modernização da base económica do município e contribuam, pelo papel que Lisboa desempenha na economia nacional, para a qualificação do tecido produtivo português. Adicionalmente, uma estratégia de aumento do emprego em Lisboa não poderá descurar o reforço do tecido económico existente.

Relativamente ao objetivo “Melhor Cidade”, identificaram-se três objetivos específicos principais: **melhorar a qualidade de vida, valorizar a interculturalidade e promover a cidadania** e **melhorar o funcionamento da cidade**. Estes domínios são estruturantes para o poder de atração da cidade face a habitantes e empresas, tornando Lisboa uma cidade boa para se viver, trabalhar e visitar. A promoção da coesão social e territorial, dos valores da interculturalidade e da cidadania, da qualificação do edificado e das áreas urbanas, do património, da cultura e da criatividade, da sustentabilidade energética e ambiental e da melhoria da conectividade e das acessibilidades, são hoje atributos fundamentais para as cidades competitivas do século XXI.

4.2.1/ Mais pessoas

4.2.1.1 / Manter a população existente



Com vista a manter a população existente, há uma linha de ação que emerge como fundamental:

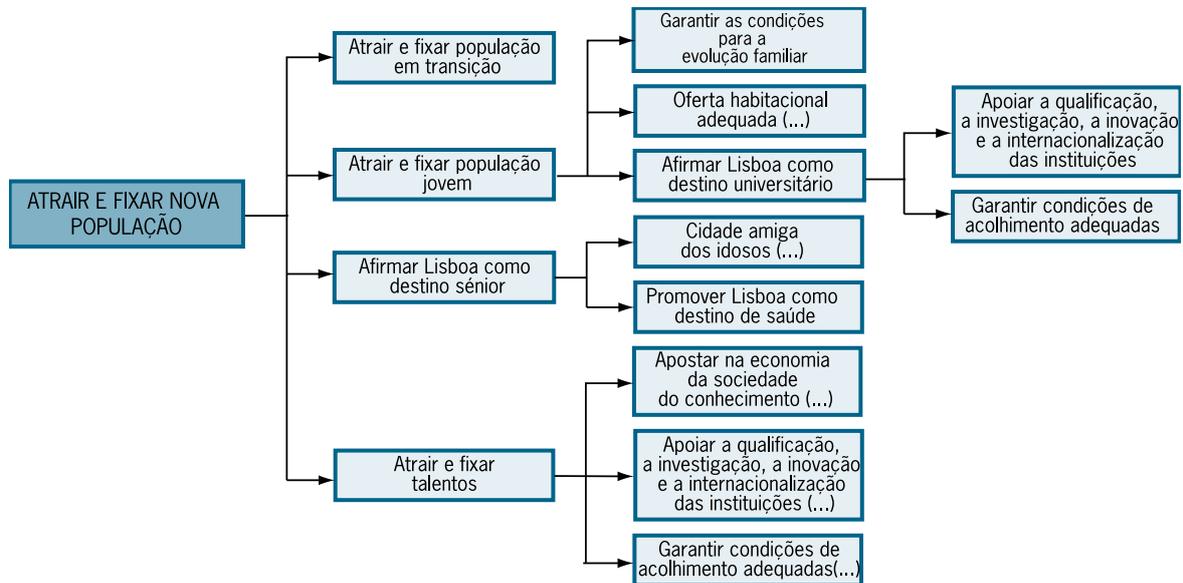
- **Garantir as condições para a evolução familiar** – visando assegurar que são dadas as condições e a oportunidade aos indivíduos e agregados familiares de permanecer na cidade, quer em termos de oferta habitacional quer de acesso a essa mesma oferta.

4.2.1.1.1 | Garantir as condições para a evolução familiar

Lisboa tem tido, nas últimas décadas, uma dinâmica demográfica de perda populacional. Esta dinâmica não assenta simplesmente numa falta de atratividade da cidade, mas tem por base um défice de condições para que os indivíduos e agregados familiares tenham as condições para poder escolher nela permanecer. Este défice coloca-se tanto ao nível da oferta habitacional como da capacidade da cidade dar resposta às necessidades de diferentes agregados familiares. Neste contexto, para inverter esta tendência e manter a população que hoje habita a cidade, devem ser desenvolvidas ações em três domínios principais:

- **Oferta habitacional adequada** – garantir que a oferta habitacional dá resposta às necessidades de diferentes composições de agregados familiares, promovendo o arrendamento e tirando partido da diversidade de tipologias habitacionais existente na cidade; promover a acessibilidade habitacional através do aumento da oferta de habitação qualificada a custos acessíveis; aumentar a oferta habitacional mediante o apoio à reabilitação do edificado;
- **Cidade amiga dos idosos** – aumentar a qualidade de vida da crescente camada de população mais idosa, em particular através da promoção de uma mobilidade urbana inclusiva e do envelhecimento ativo bem como da existência de uma rede de equipamentos sociais de apoio adequada;
- **Cidade amiga das crianças** – dar condições às famílias com crianças para permanecer na cidade, facilitando e apoiando essa permanência (mobilidade urbana inclusiva e rede de equipamentos sociais de apoio adequada) e propiciando um desenvolvimento saudável e criativo das crianças, nomeadamente, através do desenvolvimento das atividades cívicas, desportivas e culturais, integrando o ensino experimental a partir da escolaridade básica.

4.2.1.2 | Atrair nova população



A perda populacional da cidade nas últimas décadas torna hoje essencial não só travar mas também inverter esta tendência. Sendo irrealista pensar que será possível recuperar a população que saiu da cidade e que se encontra atualmente instalada noutros territórios, os esforços terão de se concentrar numa política voluntarista de atração da população, nomeadamente na atração de grupos específicos que estejam em situação de mobilidade ou que sejam estratégicos para o desenvolvimento futuro da cidade. Assim, foram identificados quatro grupos principais:

- **População em transição;**
- **População jovem;**
- **População sénior;**
- **Talentos.**

Uma cidade dinâmica, tolerante, animada na diversidade das vivências e no diálogo intercultural é constitutivo de um ambiente urbano essencial à cidade atrativa no mundo global.

Convém no entanto não esquecer que aumentar o poder de atração de Lisboa sobre a população externa implica, como já foi referido, **garantir as oportunidades e a qualificação do emprego**, bem como os aspetos apontados ao nível da **manutenção da população existente** e da **melhoria da qualidade de vida**.

4.2.1.2.1 | Atrair e fixar população em transição

A mobilidade demográfica é cada vez mais uma realidade, tanto por razões profissionais como de reestruturação do agregado familiar ou, simplesmente, por opção pessoal. Esta população em transição representa uma oportunidade para a cidade que tem de ser aproveitada e potenciada. Para tal, Lisboa tem de assegurar as **condições para a evolução familiar** (ver ponto 4.2.1.1.1). A cidade terá ainda que ser atrativa enquanto destino para os migrantes. Para além dos aspetos já referidos, deve ser dada uma atenção particular ao nível da oferta habitacional, à existência de **uma oferta que vá de encontro a tendências emergentes**, tais como os agregados familiares constituídos por uma só pessoa e monoparentais, e os “*city users*”, população que, por razões profissionais ou outras, tem uma grande mobilidade e/ou rotatividade habitacional entre diferentes cidades.

4.2.1.2.2 | Atrair e fixar população jovem

A perda populacional e o envelhecimento da população tornam estratégica a atração de jovens para o futuro de Lisboa. Mais uma vez, **garantir a possibilidade de evolução dos agregados familiares** (ver ponto 4.2.1.1.1), tornar a cidade um destino atraente para os migrantes e dar oportunidade aos jovens de considerar a cidade como um local propício e

acessível para constituírem família, é essencial. Nesse quadro, a aposta na **captação de população universitária** é igualmente importante. Quanto mais os jovens de diferentes origens conhecerem e estiverem familiarizados com a vida na cidade, maior é a probabilidade de equacionarem Lisboa como local de fixação futuro. Assim, para atrair este grupos populacionais é também necessário afirmar Lisboa como destino universitário, em particular mediante:

- **O apoio à qualificação, investigação, inovação e internacionalização das instituições de ensino superior**, sem esquecer o reforço dos “campus” e outras instalações;
- **A promoção de condições de acolhimento adequadas para estudantes.**

4.2.1.2.3 | *Afirmar Lisboa como destino sénior*

Se atrair jovens é determinante para o futuro da cidade, num contexto de envelhecimento geral da população mundial, afirmar Lisboa enquanto um destino para a população sénior, muitas vezes com forte poder de compra, constitui uma aposta relevante. Uma cidade dinâmica, amigável, com um clima temperado, contando com uma oferta cultural diversificada, poderá constituir uma oportunidade de atração para instalação de uma população sénior que encare Lisboa como um local de acolhimento para uma nova fase de vida.

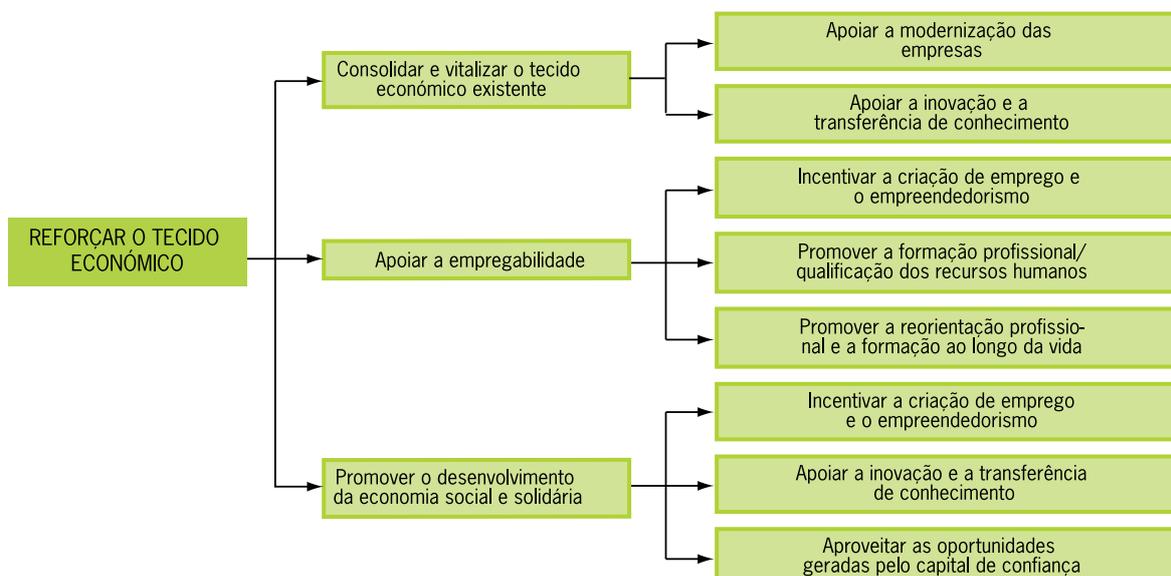
Afirmar Lisboa como destino sénior implica, a par com as ações referidas **para tornar a cidade amiga dos idosos** (ver ponto 4.2.1.1.1) e o **aproveitamento do potencial turístico e cultural** (ver pontos 4.2.2.2.3 e 4.2.3.1.2), o **desenvolvimento de uma oferta em termos de cuidados e equipamentos de saúde** qualificada e de vanguarda;

4.2.1.2.4 | *Atrair e fixar talentos*

A competição entre as cidades pela captação de talentos é crescente a nível mundial, e este é um recurso indispensável para garantir o sucesso e desenvolvimento futuro das mesmas no panorama global. Mais uma vez trata-se aqui de inverter uma tendência, que aponta em tempos recentes para o êxodo da população mais qualificada, especialmente através de uma forte **aposta na economia da sociedade do conhecimento** (ver ponto 4.2.2.2.1), no **apoio à qualificação, investigação, inovação e internacionalização das instituições e empresas**, e na **oferta de condições adequadas de acolhimento**.

4.2.2 | *Mais emprego*

4.2.2.1 | *Reforçar tecido económico*



O reforço do tecido económico é determinante para a capacidade de gerar emprego no território do município. Com vista a reforçar o tecido económico, três linhas de ação emergem como fundamentais:

- **Consolidar e vitalizar o tecido económico existente**, visando a modernização da base económica existente no município, por via do desenvolvimento de projetos que atuem sobre fatores dinâmicos de competitividade, do crescimento, redimensionamento e cooperação entre empresas, por forma a fortalecer a estrutura empresarial, e do reforço da inserção nos mercados externos e nas redes de comércio internacional, sem esquecer o fomento das atividades tradicionais que subsistem em Lisboa e a diferenciam de outros mercados mais globalizados;
- **Apoiar a empregabilidade**, com uma aposta na qualificação dos ativos, na recuperação de artes, ofícios e técnicas tradicionais e no fomento do empreendedorismo;
- **Promover o desenvolvimento da economia social e solidária**, contribuindo para a resolução de problemas sociais e ambientais negligenciados, permitindo um potencial de transformação positiva na Sociedade a nível social e ambiental e utilizando modelos inovadores, recuperando espaços obsoletos para novas atividades.

4.2.2.1.1 | *Consolidar e vitalizar o tecido económico existente*

A consolidação e vitalização do tecido económico existente são essenciais, tanto para manter as estruturas produtivas como para o potencial de atração. Neste domínio, deve ser dada particular atenção ao papel desempenhado pelo comércio e serviços de proximidade que contribui para a vitalização e estruturação de muitas zonas da cidade. De facto, esta atividade é de capital importância, não só pelo emprego que gera, mas pelo papel social que representa no seio dos bairros existentes, reforçando o sentimento de segurança urbana assegurada pela sua interatividade com as comunidades locais. Para esse objetivo torna-se necessário:

- **Apoiar a modernização das empresas** – incentivando a modernização e competitividade das empresas, em particular das PME, através do apoio ao desenvolvimento dos fatores de competitividade contemporâneos – como a inovação, a tecnologia, a qualificação dos recursos humanos –, a redução dos custos de contexto e o apoio ao redimensionamento desse tecido para possibilitar a criação sustentável de mais e melhores oportunidades de investimento e emprego;
- **Apoiar a inovação e a transferência de conhecimento** – incentivando a capacitação e o desenvolvimento de ambientes inovadores, com o objetivo de gerar valor económico e/ou social e melhorar o posicionamento competitivo das empresas, contribuindo para a criação de empregos de melhor qualidade, o aumento da eficiência produtiva, a sustentabilidade ambiental e o crescimento sustentado do País.

4.2.2.1.2 | *Apoiar a empregabilidade*

Se a criação de empregos é fundamental, a disponibilidade de ativos qualificados e adaptados às necessidades do mercado de trabalho é também determinante, pelo que deve existir um apoio significativo ao aumento da empregabilidade dos ativos, que deve envolver:

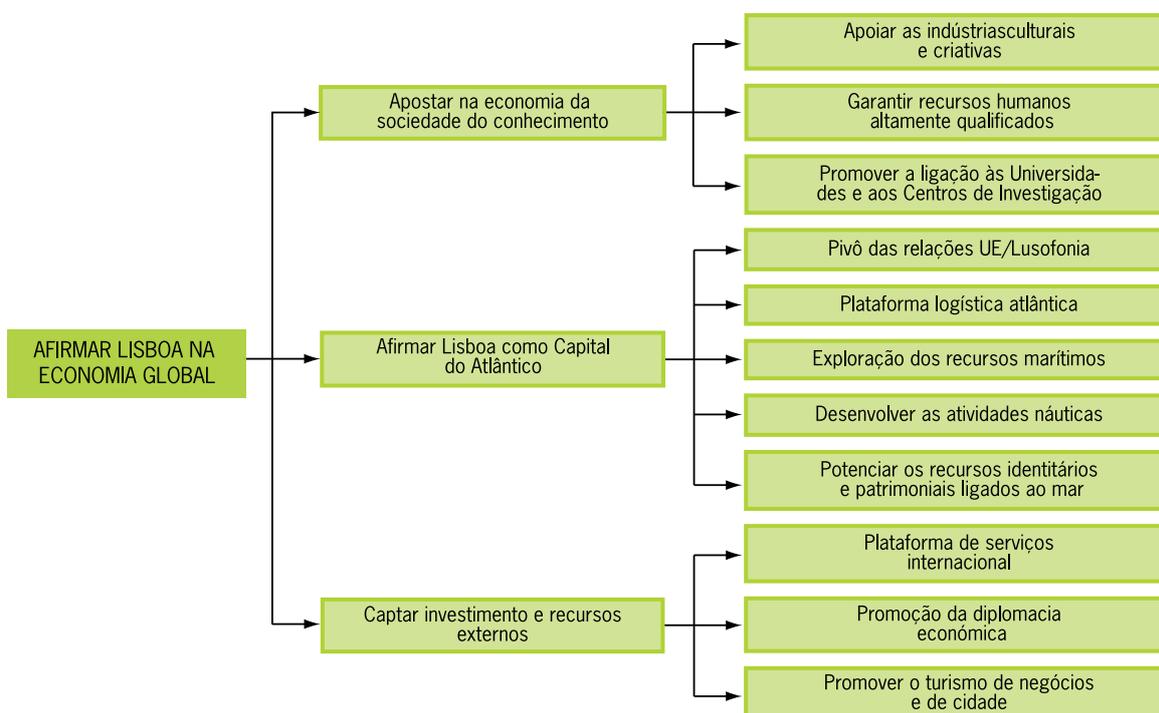
- **Incentivar a criação de emprego e o empreendedorismo** – a promoção do emprego por conta própria e do empreendedorismo é uma alternativa relevante ao trabalho por conta de outrem enquanto mecanismo gerador de empregos, tendo também papel fundamental na modernização da economia. A disseminação de uma cultura de iniciativa, inovação e risco deve ser promovida na sociedade globalmente e no sistema educativo e de formação em particular;
- **Promover a formação profissional/qualificação dos recursos humanos** – tendo em conta que a qualificação é, hoje em dia, o fator-chave dos processos de modernização, constituindo a base indispensável para os processos sustentados de inovação, assentes no conhecimento, a sua promoção é essencial. A formação e a qualificação são, por outro lado, instrumentos fundamentais de combate à exclusão social e à pobreza, pelo que intervenções focadas nos ativos menos qualificados, em particular jovens que abandonaram a escolaridade de forma precoce, assumem uma importância central;
- **Promover a reorientação profissional e a formação ao longo da vida** – tendo em conta os elevados níveis de abandono escolar precoce e as suas consequências sobre a empregabilidade desses ativos, é importante desenvolver ações especialmente dirigidas aos adultos e jovens adultos, por via da formação ao longo da vida. Por outro lado, a reestruturação da base económica do município exige que se dê particular atenção aos que são afetados por esse processo, assegurando uma adequada reorientação profissional e reinserção no mercado de trabalho.

4.2.2.1.3 | Promover o desenvolvimento da economia social e solidária

A promoção do desenvolvimento da economia social e solidária constitui uma importante oportunidade de criação de emprego, contribuindo paralelamente para melhorar a resposta a diversos problemas ambientais e para a resolução de diversos problemas sociais. Capitalizando a extensa rede e energia social existente em Lisboa, as linhas de atuação devem passar por:

- **Incentivar a criação de emprego e o empreendedorismo associado à economia social e solidária** – também neste domínio a promoção do emprego por conta própria e do empreendedorismo é importante. Para isso, o estímulo ao aumento da presença do terceiro setor, o apoio à realização de projetos em parceria entre diferentes instituições, o apoio à capacitação das instituições ao nível da organização e gestão, da qualificação dos recursos humanos e da capacidade de oferta de novas respostas para os problemas sociais são importantes;
- **Apoiar a inovação social e a transferência de conhecimento sobre novas iniciativas de economia social e solidária** – também no domínio da economia social, a inovação, seja em termos de modelos de organização, seja das respostas dadas aos problemas sociais, é um importante mecanismo de criação de emprego e de resolução de diversos problemas na sociedade;
- **Aproveitar as oportunidades geradas pelo capital de confiança** – as dinâmicas de base local, alicerçadas em mecanismos de confiança e relações interpessoais, podem constituir a base de desenvolvimento de iniciativas que qualificam as respostas dadas a alguns problemas sociais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de muitas populações em risco de exclusão, tendo um potencial de geração de emprego não despreciando.

4.2.2.2 | Afirmar Lisboa na globalização



Com vista a afirmar Lisboa na Globalização, quatro linhas de ação emergem como fundamentais:

- **Apostar na sociedade do conhecimento** – que visa assegurar a existência de condições e oportunidades para que indivíduos, empresas e administração pública possam contribuir, de forma articulada, para a mudança do perfil da economia da cidade no sentido de ter uma economia baseada na criatividade, inovação, conhecimento e empreendedorismo;
- **Afirmar Lisboa como Capital Europeia do Atlântico** – que tem por objetivo afirmar Lisboa nas redes globais e nacionais, fazendo valer as suas especificidades de cidade atlântica com uma posição estratégica no espaço e no tempo;

- **Captação de investimento e recursos externos** – tem por objetivo conquistar um reposicionamento competitivo de Lisboa, nomeadamente, como uma plataforma de excelência de serviços na globalização;
- **Promover o turismo** – tem por objetivo a promoção e afirmação de Lisboa como um destino turístico de excelência, diversificado nas suas vertentes de turismo de negócio, de cidade e de turismo de cultura e lazer.

4.2.2.2.1 | *Apostar na sociedade do conhecimento*

Um reposicionamento competitivo de Lisboa na globalização implica necessariamente uma aposta estratégica na economia do conhecimento e uma maior integração na economia globalizada sem fronteiras. Para além dos aspetos referidos especificamente neste ponto, a melhoria do funcionamento urbano, em particular o aumento da conectividade são também fundamentais (ver ponto 4.2.3.3). Para viabilizar este caminho para Lisboa é necessário:

- **Apoiar as indústrias culturais e criativas** – as indústrias culturais e criativas representam atualmente quase 3% do PIB da UE, e em Portugal, em 2010 o sector já representava 2,8% do Valor Acrescentado Bruto e 2,6% do emprego. A sua importância no âmbito da sociedade do conhecimento e do alcançar dos objetivos da Estratégia Europa 2020 é consensualmente reconhecida, bem como o seu potencial de crescimento e de inserção nos circuitos internacionais. Afirmando Lisboa na globalização passa, incontornavelmente, pelo desenvolvimento e plena realização do potencial das indústrias culturais e criativas;
- **Garantir recursos humanos altamente qualificados** – outro dos requisitos fundamentais para potenciar o tecido económico existente, criar as condições para novas atividades emergentes e atrair investimento externo é a disponibilidade de recursos humanos altamente qualificados. A este nível deverá ser feita uma forte aposta no apoio à qualificação, investigação, inovação e internacionalização das instituições de ensino superior, na promoção de condições de acolhimento adequadas para estudantes, na atração de talentos, na promoção da formação profissional/qualificação dos recursos humanos e da reorientação profissional e formação ao longo da vida (ver pontos 4.2.1.2.2 e 4.2.2.1.2);
- **Promover as ligações às Universidades e aos Centros de Investigação** – o conhecimento gerado nas universidades e demais instituições de ensino superior e do sistema científico, é não uma mais-valia mas um recurso absolutamente crítico para a plena entrada de Lisboa na sociedade do conhecimento. Aproveitar e desenvolver este potencial mediante a formação de parcerias, o desenvolvimento de projetos conjuntos e o apoio à transferência de conhecimento para o mercado, é prioritário.

4.2.2.2.2 | *Lisboa Capital Europeia do Atlântico*

A localização geográfica de Lisboa marcou profundamente a sua história, tendo-a afirmado numa tripla dimensão: como capital, como cidade europeia e como cidade atlântica. Sendo Lisboa a principal aglomeração urbana da "fachada" atlântica da Europa, deverá constituir-se como importante plataforma de negócios, comunicações e intercâmbio entre a UE, a África e a América do Sul, nomeadamente com os países de expressão portuguesa.

Afirmar Lisboa como Capital Europeia do Atlântico implica agir em quatro grandes domínios:

- **Mediação das relações entre a UE e os países lusófonos** – a posição estratégica no espaço e no tempo e a língua comum, colocam Lisboa numa posição ímpar para a impulsionar e mediar a ligação da Comunidade de Povos de Língua Portuguesa (CPLP) à UE. Neste contexto, Lisboa deve assumir-se como uma Plataforma das culturas de expressão Lusófona;
- **Plataforma logística atlântica** – o alargamento do Canal do Panamá abre novas oportunidades para Portugal no que respeita à ligação entre rotas marítimas e os corredores de mobilidade europeus. Portugal não deve deixar passar esta oportunidade e Lisboa, como capital do país, deve aproveitar para se posicionar neste grande interface e criar ligações com cidades ibéricas para além de Madrid;
- **Exploração dos recursos marítimos** – a extensão da placa continental irá também criar novas oportunidades para Portugal, em particular derivadas da localização dos Açores junto à cordilheira central, localização com grande potencial em termos de recursos (térmicos, sulfuretos, etc.). Lisboa tem um importante papel a desempenhar na capacitação do país para o aproveitamento possível destas oportunidades, nomeadamente, no que respeita ao apoio à investigação e ao desenvolvimento nos domínios marítimo e submarino e no forjar de parcerias internacionais fortes, tanto entre empresas como entre instituições;



- **Desenvolver as atividades náuticas** – a localização geográfica de Lisboa e o estuário do Tejo conferem à cidade um potencial único em termos de atividades náuticas, desportivas e de turismo/lazer. Uma verdadeira aposta na afirmação de Lisboa como Capital Europeia do Atlântico passa pelo aproveitamento desse potencial, em particular, pela melhoria das condições para estas atividades, pelo apoio ao seu desenvolvimento e pela sua promoção junto da camada mais jovem da população;
- **Potenciar os recursos identitários, memoriais e patrimoniais ligados à exploração marítima** – “Lisboa Capital Europeia do Atlântico” não se baseia somente na capitalização do seu potencial geográfico e no desenvolvimento das atividades económicas a este ligadas. Há ainda um potencial identitário, memorial e patrimonial que deve ser aproveitado, conservado e promovido. Passando por Ulisses, a Atlântida e chegando aos Descobrimentos, todo o imaginário da cidade, e mesmo do país, se encontra ligado ao mar. O seu património construído e imaterial reflete esta faceta identitária – “não haveria saudade sem viagem”. Aproveitar este recurso é fundamental para afirmar e sedimentar a imagem de Lisboa como “Lisboa Capital Europeia do Atlântico”.

4.2.2.2.3 | Captar investimento e recursos externos

No mundo globalizado, o papel de Lisboa terá de ser, essencialmente, de atractora de investimento e recursos externos e de dinamizadora e aliada dos seus territórios imediatos. Da mesma forma que a internacionalização é essencial para as empresas, é essencial para as cidades “internacionalizarem-se”, o que neste caso significa serem captadores dos investimentos e recursos externos. Para o conseguir, Lisboa terá de apostar na sua afirmação como destino universitário, sénior e de talentos, na qualidade de vida e do seu ambiente urbano e na promoção da imagem da cidade (ver pontos 4.2.3.1 e 4.2.3.3). Terá ainda de empreender ações num conjunto de áreas específicas, designadamente:

- **Afirmar-se como plataforma de serviços internacional** – Lisboa, com população altamente qualificada, acesso a infraestruturas TIC de qualidade e localizada no interface Europa/Atlântico, reúne as condições necessárias para se afirmar como uma plataforma internacional de serviços, capaz de atrair investimento e criação de emprego por parte de grandes empresas de dimensão mundial. As multinacionais são parceiras naturais das cidades no mundo globalizado e Lisboa deve aproveitar e criar oportunidades neste domínio;
- **Promover a diplomacia económica** – a diplomacia económica desempenha um papel cada vez mais importante nas relações económicas globais. Lisboa deve ter aqui um papel de liderança, de dinamizadora e intermediária em duas vias: entre as empresas e instituições estrangeiras e o território em que se insere, e entre as suas empresas e instituições e os territórios externos – captar recursos e investimentos para o seu território e apoiar as suas empresas e instituições na identificação e aproveitamento de oportunidades no exterior.

4.2.2.2.4 | Promover o turismo

Lisboa tem como ambição estratégica a sua afirmação no quadro das capitais europeias com maior relevância turística. Os objetivos estratégicos definidos no quadro do Plano Estratégico de Turismo de Lisboa têm como intuito aproximar o desempenho turístico da cidade das melhores práticas europeias e a reafirmação da proposta de valor do destino, nomeadamente: crescer em quantidade e valor; qualificar a experiência do visitante; e aumentar a notoriedade do destino. A afirmação do Turismo na base económica de Lisboa deve, assim, explorar as dimensões Negócios/ Cidade/ Património/ Cultura. Nesse quadro, assume relevância:

- **Promover o turismo de negócios e de cidade** – Uma forte aposta no turismo de negócios e de *city breaks* e de negócios não é somente uma aposta estratégica pelo potencial derivado das atividades e serviços a estes associados, como é instrumental para promover a imagem da cidade e dar a conhecer o seu potencial como destino para fixação de pessoas e investimentos;
- Conservar e promover o património cultural, como forma de **incentivar o turismo cultural** – a valorização de componentes culturais e patrimoniais pode desempenhar um papel determinante na atração de procuras turísticas específicas, frequentemente com forte poder de compra, com forte poder de estímulo sobre actividades de serviços conexas, assegurando ainda um ciclo virtuoso de desenvolvimento e rendibilização das atividades culturais e criativas;
- **Promover a qualidade da oferta de serviços turísticos** – não obstante as significativas melhorias verificadas a este nível, a contínua aposta na qualificação do turismo e na capacidade de atração de segmentos mais exigentes, exige que se prossiga o esforço de qualificação da oferta turística.

4.2.3 | *Melhor cidade*

4.2.3.1 | *Melhorar a qualidade de vida*



A melhoria da qualidade de vida é um fator fundamental, quer para manter a população existente, quer para atrair nova população. Neste âmbito, Lisboa tem de aproveitar todo o seu potencial e reforçar as vantagens oferecidas pela centralidade, pelo seu património cultural, edificado e paisagístico, diminuindo, simultaneamente, os seus inconvenientes. Assegurar a qualidade de vida a todos os seus habitantes e do ambiente urbano na totalidade do seu território são desígnios que a cidade tem de almejar se pretende reduzir as assimetrias e assumir-se como um lugar atrativo para viver para todos os setores da população. O que está assim em causa é a qualificação e a coesão social, económica e territorial da cidade, tanto para as gerações presentes como futuras e a criação de condições para uma vida plena e recompensadora. Para tal é necessário:

- **Reabilitar a cidade** – o que implica reabilitar o edificado e as áreas urbanas degradadas, contemplando nestas intervenções o relevante património e o espaço público, assegurando melhores condições de acolhimento e oferta habitacional e a qualificação do ambiente urbano;
- **Reforçar a coesão** – o que exige regenerar as áreas desfavorecidas ou em declínio e reforçar o apoio social e o combate à pobreza, promovendo, por esta via, a melhoria da qualidade de vida dos habitantes mais vulneráveis;
- **Promover a cultura e a criatividade** – o que visa promover Lisboa como um lugar onde a cultura é viva, a identidade é forte e o ambiente é propenso ao desenvolvimento da criatividade, oferecendo, por esta via, as condições para um pleno desenvolvimento humano e uma vida estimulante e enriquecedora.

4.2.3.1.1 | *Reabilitar a cidade*

Esta linha de ação visa alcançar um amplo conjunto de objetivos, que vão desde a melhoria do estado de conservação do edificado e a qualificação da oferta habitacional e do ambiente urbano, ao aumento da sustentabilidade energética e da resiliência da cidade. Por esta via, pretende-se também reforçar parte do tecido económico existente e do emprego, em particular nos setores da construção civil, apoiando-o na transição de um mercado baseado na construção nova para o mercado da reabilitação. Este é assim um domínio fundamental para garantir as condições de sucesso dos outros dois objetivos gerais: “Mais Pessoas” e “Mais Emprego”. Para o alcançar é necessário:

- **Aumentar a eficiência energética e a resistência sísmica do edificado** – o parque edificado é um dos grandes consumidores energéticos na UE, e em Lisboa parte considerável desse parque não tem as condições desejáveis para reduzir as necessidades e otimizar os gastos ao nível energético. Paralelamente, localizada numa área de grande risco sísmico, parte considerável da população e do tecido económico de Lisboa – e mesmo do país – apresenta vulnerabilidades que põem em causa a sua segurança global. Uma aposta na sustentabilidade e na resiliência da cidade é fundamental para garantir o seu futuro e o futuro do país. Neste sentido, ações visando estes fins são cruciais. Adicionalmente, poderão ser um importante incentivo para uma reabilitação global do edificado, funcionando como catalisador dos diferentes agentes;
- **Reabilitar as áreas urbanas degradadas/abandonadas** – a reabilitação das áreas degradadas e/ou abandonadas da cidade é fundamental para a qualificação global do ambiente urbano, para o aumento da atratividade da cidade

e para o cabal aproveitamento das oportunidades e recursos instalados. A transformação destas áreas problema em áreas de oportunidade, para a instalação de nova população, de novas empresas ou de novos equipamentos, dará um importante contributo tanto para a melhoria global da cidade como para o alcançar dos restantes objetivos gerais.

4.2.3.1.2 | *Reforçar a coesão*

A presença em Lisboa de uma população muito diversa com afirmação identitária e cultural própria, associada a forte vulnerabilidade social, implica a adoção de estratégias para a inclusão que favoreçam e incentivem a formação de uma cultura de empenhamento ativo de cada indivíduo a par da capacitação das Instituições para promoção de respostas sociais para problemas em constante mutação. Assegurar a melhoria da qualidade de vida de todos os seus habitantes e do ambiente urbano na totalidade do seu território são, assim, desígnios a que a cidade tem de almejar se pretende reduzir as assimetrias e assumir-se como um lugar atrativo para se viver. O que está assim em causa é a qualificação e a coesão social, económica e territorial da cidade, tanto para as gerações presentes como futuras.

- **Regenerar as áreas urbanas desfavorecidas ou em declínio** – garantir a qualidade de vida de todos os habitantes e da totalidade do território da cidade implica uma atenção particular às áreas de concentração de carências sociais, económicas e ambientais, apostando na regeneração das áreas desfavorecidas ou em declínio, em particular nos BIP/ZIP (bairros e zonas de intervenção prioritária). Uma intervenção neste domínio, que vise, de forma global e integrada, dar resposta à concentração de carências e vulnerabilidades que se verificam nestas áreas, será crucial para a coesão social e territorial da cidade, bem como para a inclusão das comunidades que nelas habitam e onde se encontra parte significativa da população jovem da cidade, garante do seu futuro;
- **Reforçar o apoio social e combater a pobreza** - capitalizando a vasta rede social existente em Lisboa e a intensa energia social que essa rede deixa transparecer, é fundamental assegurar o reforço dos mecanismos de apoio social e combate à pobreza, promovendo uma luta eficaz contra a exclusão. O contexto actual torna mais premente a atuação neste domínio, em particular uma acção precoce que evite o acumular e agravar de situações de exclusão. As intervenções neste domínio devem contemplar ações abrangentes envolvendo dimensões como, por exemplo, a habitação, acessibilidade a bens e serviços ou a qualificação, por forma a dar respostas integrais, ou pelo menos o mais completas possíveis, a fenómenos complexos que podem contribuir para uma deterioração da qualidade de vida na cidade.

4.2.3.1.3 | *Promover a cultura e a criatividade*

A cultura e a criatividade são dimensões fundamentais da vida humana. É através da cultura e da criatividade que o ser humano realiza o pleno potencial do seu desenvolvimento, se relaciona com o mundo e com os outros, torna-se parte, identifica-se e faz avançar uma civilização, uma cultura e um território, e alcança, por esta via, uma vida satisfatória e compensadora. A cultura e a criatividade são ainda a ponte entre o passado e o futuro, enraízam-se e bebem do património das gerações passadas e são a fonte da evolução e do desenvolvimento futuro. Para além destes fatores, são ainda crescentemente reconhecidas como setores que têm tido maior crescimento a nível económico e dos que mais podem potenciar o setor turístico.

Por todas estas razões, a promoção da cultura e da criatividade são fundamentais e devem ser desenvolvidas prioritariamente em dois domínios:

- **Conservar e promover o património cultural** – o património cultural, material e imaterial, é o repositório dos valores históricos, artísticos, memoriais, identitários, entre outros, de uma sociedade. É o que a torna única e singular e o que permite o sentimento de identidade e de pertença da sua população, fundamental para a coesão da sociedade e a continuidade de uma civilização. A sua conservação e promoção são fundamentais para assegurar a continuidade destes valores para as gerações futuras e para o aproveitamento de um dos principais recursos para a competitividade e atratividade das cidades num mundo globalizado;
- **Estimular a oferta cultural e artística** – uma oferta cultural e artística diversificada e estimulante é cada vez mais um fator decisor para a escolha de uma cidade como destino, seja para habitar, visitar ou trabalhar. É também fundamental para promover o conhecimento, o desenvolvimento intelectual da população e o potencial da sociedade na economia da sociedade do conhecimento. A promoção desta oferta, com base nos valores da autenticidade, qualidade e diversidade, é uma aposta que Lisboa tem de reforçar no futuro.

4.2.3.2 | Valorizar a interculturalidade e promover a cidadania

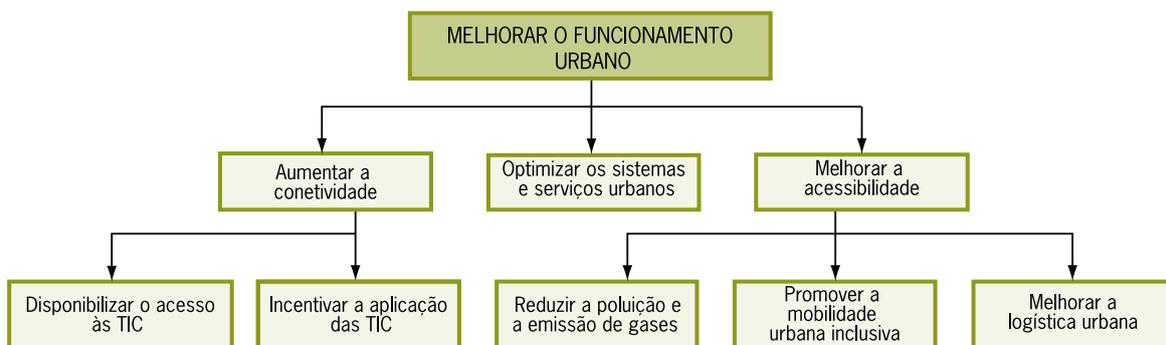


A afirmação de uma cidade global, moderna e cosmopolita exige uma valorização da interculturalidade e da diversidade e a promoção da cidadania. Lisboa foi, durante séculos, cidade de destino de diferentes povos, que soube acolher e integrar. A matriz de desenvolvimento de Lisboa é uma matriz intercultural, que permite à cidade beneficiar do espírito empreendedor de muitas dessas comunidades que a procuraram para viver. A afirmação dessa dimensão intercultural da cidade de Lisboa contribui para reforçar o poder de atração de Lisboa.

Neste contexto é necessário agir nos seguintes domínios:

- **Promover o diálogo e as iniciativas interculturais** – para assegurar o adequado acolhimento e espaço de expressão às populações de diferentes culturas que escolhem Lisboa como espaço para viver, e para que as mesmas possam dar o seu contributo pleno ao desenvolvimento da cidade, nomeadamente por via do elevado empreendedorismo que tradicionalmente evidenciam. A interculturalidade é assim um dos vetores identitários de Lisboa que deve ser promovido;
- **Apoiar o associativismo e as ações em rede** – o apoio ao associativismo, fortemente presente em Lisboa, deve ser reforçado tendo em conta a sua natureza de manifestação de uma cidadania ativa que importa promover. Por outro lado, a criação/fortalecimento de redes de cooperação e colaborativas são cada vez mais reconhecidas como desempenhando um papel essencial no modelo de desenvolvimento contemporâneo, e são uma via importante para a promoção da coesão e da integração social. O apoio às organizações e às iniciativas promovidas por estas instâncias é uma aposta necessária no desenvolvimento de uma cidade que se quer coesa e democrática;
- **Incentivar a participação e as iniciativas locais** – as ações da sociedade civil, em particular as iniciativas de base local, devem ser incentivadas pelo potencial que encerram de promoção da participação cívica, de desenvolvimento enraizado nas potencialidades locais e de assegurar respostas mais adequadas a um conjunto alargado de necessidades das populações. Neste contexto, o incentivo a estas iniciativas integra na estratégia mais ampla da cidade de promover a qualidade de vida, a integração social e a cidadania, bem como a otimização e valorização dos recursos locais.

4.2.3.3 | Melhorar o funcionamento urbano



A melhoria do funcionamento urbano é essencial num mundo em rápida transformação, com base nas comunicações, na mobilidade e eficiência dos sistemas e serviços das cidades, em que o tempo assume precedência sobre o espaço e no



qual a redução de distâncias e dos obstáculos à acessibilidade são pilares do desenvolvimento humano e da economia. Neste contexto é necessário agir em três domínios:

- **Aumentar a conectividade** – as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) são a base sobre a qual se processa o desenvolvimento e o crescimento na sociedade do conhecimento. São um pré-requisito não só para manter e potenciar o tecido económico existente e para a inclusão da população na sociedade do conhecimento e promover o emprego, como para criar as condições para novas atividades emergentes e a atração de investimento externo, pelo que a modernização de Lisboa terá de assentar sobre o desenvolvimento e a aplicação das TIC;
- **Melhorar a acessibilidade** – a acessibilidade é hoje um tema central no debate sobre o desenvolvimento urbano. A necessidade de promover um desenvolvimento sustentável, de preparar as cidades para uma sociedade em processo de envelhecimento e de criar as condições para um desenvolvimento familiar adequado e seguro para as crianças, a par de uma melhoria na logística urbana, são apostas necessárias para assegurar o futuro de Lisboa que deve encontrar novas soluções para assegurar a logística urbana integrada com soluções de mobilidade inovadoras e sustentavelmente adequadas;
- **Otimizar os sistemas e serviços urbanos** – o funcionamento das cidades depende do correto e adequado funcionamento de um leque alargado de sistemas e de serviços, que criam as condições para que a vida e as atividades se processem de forma facilitada e em condições de qualidade. A promoção de uma maior eficiência e qualidade destes sistemas e serviços são também apostas necessárias tornar Lisboa uma cidade melhor gerida e mais atrativa para se trabalhar e se viver.

4.2.3.3.1 | *Aumentar a conectividade*

A afirmação da economia do conhecimento como novo produto de inovação tecnológica, em torno das Tecnologias de Informação e da Comunicação (TIC), com impacto na “redução do tempo e do espaço” e no aumento da conectividade, bem como a consolidação de uma economia sem fronteiras, como resultado do reforço das multinacionais e de cadeias de valor globalizadas, contribuem para o reposicionamento competitivo da economia portuguesa, o qual só é possível com uma metrópole competitiva com espaços qualificados que potenciem a inovação e atraiam capital, competências e rendimento do exterior. Neste contexto, e no que respeita ao aumento da conectividade, existem duas linhas de ação principais:

- **Disponibilizar o acesso às TIC** – nomeadamente, em termos de infraestruturas, do acesso a banda larga, da maximização do acesso por parte da população e da promoção das competências e capacidades necessárias para um verdadeira inclusão digital;
- **Incentivar a aplicação das TIC** – as TIC são atualmente um dos instrumentos disponíveis que podem desempenhar um papel fundamental para a melhoria da gestão, da produtividade e da utilização dos recursos nos mais diversos domínios, seja no âmbito da gestão da própria cidade, seja no desenvolvimento das atividades económicas e dos sistemas produtivos. O incentivo à aplicação das TIC e do conhecimento gerado neste domínio, nomeadamente pelas universidades e centros de inovação e desenvolvimento tecnológico, tanto por parte das instituições públicas como do setor privado, implica também um aprofundar do trabalho em rede, da colaboração e da parceria entre todos estes atores. Uma atuação neste domínio implica assim ações para reforçar a transferência e aplicação do conhecimento a par da criação de redes e de parcerias com este fim.

4.2.3.3.2 | *Otimizar os sistemas e recursos urbanos*

Para além dos aspetos destacados nos pontos anteriores, as cidades, como realidades complexas e multifacetadas, dependem do funcionamento de um conjunto alargado de sistemas e da prestação adequada de diversos serviços. São exemplo, os sistemas de gestão da mobilidade, da água, dos resíduos sólidos, das telecomunicações, da prevenção e gestão de riscos e catástrofes, mas também os sistemas de proteção e inclusão social, de ensino, formação e aprendizagem, etc.

Estes sistemas têm associados serviços tão diversos como a recolha, seleção e tratamento dos resíduos sólidos, a manutenção e gestão da sinalização de tráfego e de outros dispositivos de informação e comunicação para a mobilidade sustentável, a rega e limpeza de espaços públicos, a manutenção de pavimentos pedonais, clicáveis e rodoviários, a conservação das redes de saneamento, das redes elétricas e de telecomunicações, os serviços de proteção civil, mas tam-

bém a manutenção e gestão de equipamentos, a promoção e gestão de parcerias (exº a Rede Social de Lisboa), o apoio domiciliário, apoios e incentivos à internacionalização das empresas, de investigadores, professores e estudantes, etc.

O bom funcionamento e a qualidade destes sistemas e serviços é essencial para o suporte da vivência e das atividades desenvolvidas nos meios urbanos, e um fator decisivo para assegurar a qualidade de vida, promover o desenvolvimento da economia e a atratividade da cidade para pessoas e empresas. Por outro lado, a eficiência do funcionamento desses sistemas e serviços contribui igualmente para racionalizar muitos recursos neles despendidos e para promover a boa gestão da cidade.

A adoção de soluções inovadoras, a promoção de sinergias entre alguns destes sistemas e serviços e a otimização da sua utilização resultará no aumento da sua eficiência e eficácia e numa clara melhoria do funcionamento da cidade.

4.2.3.3.3 | *Melhorar a acessibilidade*

Existem três domínios essenciais nos quais é necessário atuar com vista à melhoria das acessibilidades: a sustentabilidade ambiental, a logística urbana e a inclusão geracional. Para tal é prioritário:

- **Reduzir a poluição e a emissão de gases** – neste âmbito, as iniciativas a desenvolver são de natureza diversa e de reforço mútuo. Com efeito, a redução do recurso ao transporte privado só pode ser alcançada com ações simultâneas que visem o desencorajamento da sua utilização na cidade, em particular dos mais poluentes, a qualificação da oferta de transportes públicos, e a promoção e viabilização da utilização dos meios suaves de locomoção, em particular, da bicicleta e da mobilidade pedestre;
- **Promover a mobilidade urbana inclusiva** – Lisboa é uma cidade com um relevo acidentado e em que durante muito tempo o automóvel tomou precedência sobre a deslocação pedestre, acrescentando novos obstáculos a uma mobilidade pedonal já de si difícil, ocupando espaços públicos e passeios e tornando-a pouco segura, em particular para a população mais envelhecida, as crianças e a população com mobilidade condicionada. Sendo uma cidade que tem de se preparar para o progressivo envelhecimento da sua população, que pretende aumentar a sua capacidade de atração de famílias, e que se quer inclusiva e sustentável, apostar na promoção de uma mobilidade urbana inclusiva é fundamental para o desenvolvimento de Lisboa;
- **Melhorar a logística urbana** – a otimização das atividades logísticas e de transportes em contexto urbano assume uma importância fulcral seja globalmente para a melhoria da qualidade de vida seja para a melhoria do funcionamento urbano assumindo ainda um contributo relevante para a redução de emissões de gases com efeito de estufa e para uma redução dos consumos de combustíveis. O adequado planeamento destas atividades, que asseguram não só o abastecimento dos centros das cidades mas também toda a circulação de bens e serviços, deve ser um dos objetivos a prosseguir. Para assegurar as funções de mobilidade e sustentabilidade ambiental, Lisboa deve apostar na criação de Centros Logísticos Principais a instalar preferencialmente na periferia da cidade em locais com boas ligações às redes de transporte, na potenciação de Centros Logísticos Secundários em zonas da cidade de maior concentração de atividades comerciais, aproveitando por exemplo a reconversão de mercados municipais com reduzida atividade.

4.3 | As intervenções

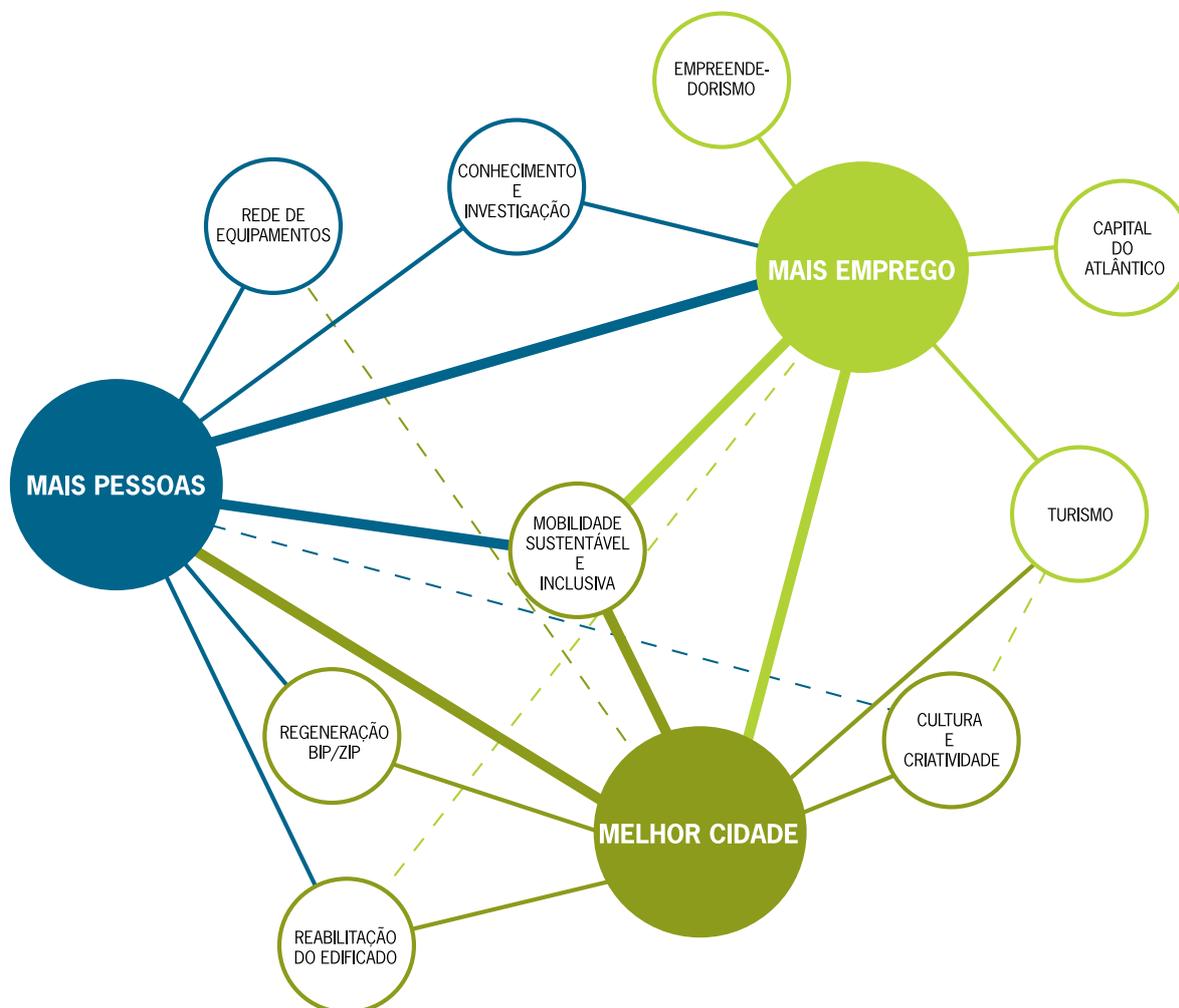
Para cumprir os objetivos de ter uma Melhor Cidade, com Mais Pessoas e Mais Empregos, está em curso o processo de configuração das intervenções que se consideram estruturantes para Lisboa. São intervenções de natureza variada, que procuram adotar respostas globais e integradas aos desafios enfrentados pela cidade. Pela sua natureza e âmbito, envolverão atores diversos e exigirão fontes de financiamento distintas.

Os instrumentos de apoio financeiro comunitários, a negociar no quadro do Acordo de Parceria, mas também os demais instrumentos que integram o Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 constituirão, necessariamente, instrumentos fundamentais para a implementação destas intervenções.

Nesse sentido, a identificação, neste momento, de alguns exemplos de intervenções, que não esgotando as propostas de Lisboa – dado que, o processo ainda se encontra em curso – permite ilustrar algumas das abordagens integradas a

discutir com as instituições comunitárias e a incluir no Acordo de Parceria ou no âmbito de outras iniciativas comunitárias cujo desenho se encontra em desenvolvimento.

O esquema seguinte apresenta essas intervenções, as relações entre estas e quais os objetivos mais diretos a que dão resposta.



Estando em cursos a apreciação e seleção dos projetos e iniciativas a desenvolver, é possível desde já destacar as principais características das intervenções agora identificadas e que se consideram estruturantes:

- **Reabilitação do Parque Edificado/Prevenção de Riscos** – a capacidade de atração e retenção da população exige uma oferta habitacional adequada. No contexto de uma cidade consolidada, mais do que promover a construção nova, a reabilitação do edificado é fundamental, para assegurar a conservação do património arquitetónico, o aumento da atratividade, da qualidade de vida e do ambiente urbano bem como garantir o estímulo à atividade económica e à investigação em termos de novos materiais e técnicas construtivas que a promoção desta reabilitação pode configurar. Por outro lado, dada a necessidade de consolidar maior sustentabilidade ambiental e prevenir os efeitos dos riscos associados a catástrofes, é fundamental intervir no edificado para melhorar a eficiência energética e a robustez estrutural, nomeadamente para fazer face a riscos sísmicos. A criação de instrumentos de promoção da reabilitação e da investigação e inovação em domínios associados a essa reabilitação é de capital importância. A mobilização, no quadro do Acordo de Parceria, de instrumentos como Operações Integradas, Ações Urbanas Inovadoras ou Investimentos Territoriais Integrados, é uma importante oportunidade para viabilizar intervenções neste domínio.
- **Acessibilidade para Todos / Mobilidade Inteligente e Inclusiva** - o fomento da mobilidade sustentável é uma prioridade no próximo período de programação. No espaço urbano, essa questão coloca-se com particular acuidade dada a concentração de tráfego, com as respetivas consequências em termos de emissões. Lisboa tem ainda como

agravante a sua orografia, com implicações relevantes para a acessibilidade, em particular de idosos ou pessoas com mobilidade condicionada. Uma intervenção global no domínio da mobilidade sustentável e inclusiva na cidade de Lisboa, conjugando novas tecnologias, incentivo à utilização de transportes coletivos, acalmia e moderação de tráfego e soluções de acessibilidade para todos, articulada com intervenções de escala metropolitana, pode gerar importantes contributos para a prossecução das metas da Estratégia Europa 2020 no que se refere à redução de emissões de carbono. Acresce ainda um efeito relevante em termos de combate à exclusão, otimização do funcionamento e gestão das infraestruturas e melhoria da qualidade de vida e do ambiente urbano. Neste domínio a possibilidade de financiamento através de instrumentos como Ações Urbanas Inovadoras ou Investimentos Territoriais Integrados constitui uma oportunidade.

- **Empreendedorismo e empregabilidade para a coesão** – No quadro da promoção de um crescimento inteligente e inclusivo, e que contribua para alcançar a meta estabelecida em termos de abandono escolar, é desejável configurar uma intervenção focada na promoção da empregabilidade dos jovens que abandonaram a escolaridade de forma precoce e dos adultos que vivem situações de desemprego, em particular, de longa duração. Intervenções neste domínio podem adotar lógicas territoriais integradas em territórios prioritários, explorando sinergias entre os mecanismos de formação e qualificação tradicionais com abordagens de Desenvolvimento Liderado pelas Comunidades Locais.
- **Lisboa Capital Europeia do Atlântico** – a afirmação de Lisboa enquanto Capital Europeia do Atlântico impõe o aproveitamento das potencialidades associadas à sua localização e à exploração dos recursos marinhos. Em particular, o quadro de oportunidades aberto pelo alargamento da Plataforma Continental é muito relevante, sendo fundamental afirmar Lisboa enquanto espaço de localização de algumas das atividades e centros de conhecimento associados à exploração dessas iniciativas. Afirmar Lisboa como Centro de Conhecimento do Mar e reforçar as atividades ribeirinhas é também determinante. A consolidação do papel de Lisboa enquanto espaço de mediação das relações entre a UE e os países lusófonos constitui outro potencial de afirmação da cidade que deve ser desenvolvido.
- **Afirmação do Turismo** na base económica de Lisboa, explorando as dimensões Negócios/ Património/ Cultura – O turismo é um dos setores em maior crescimento na Europa e Lisboa tem-se vindo a afirmar enquanto destino turístico, ambicionando aumentar o seu capital de atração neste domínio. Tendo em conta os segmentos turísticos de maior oportunidade para Lisboa, como sejam o turismo de negócios e o cultural, as intervenções neste domínio são multifacetadas, envolvendo desde a valorização de componentes culturais e patrimoniais até à melhoria da informação destinada aos turistas. A construção de um Centro de Congressos com maior capacidade de acolhimento, uma das intervenções mais estruturantes neste âmbito, permitirá explorar o nicho dos grandes congressos de negócios.
- **Promover a cultura e a criatividade** – No quadro da promoção de um desenvolvimento sustentável, que contribui ainda para a afirmação do turismo, para a melhoria da qualidade de vida na cidade e para a capacidade de atrair nova população, é determinante promover a cultura e a criatividade. Para além destes fatores, as indústrias culturais e criativas são um setor cujo desenvolvimento é estratégico no quadro da sociedade do conhecimento. Assim, nesse domínio, as iniciativas e projetos de conservação e promoção do património cultural, seja arquitetónico, artístico ou de paisagem, de reforço da oferta cultural e artística e de apoio ao desenvolvimento das indústrias culturais e criativas são centrais. A exploração de oportunidades no âmbito da iniciativa europeia Europa Criativa poderá também contribuir para densificar e aprofundar as intervenções, para além das que podem ser desenvolvidas de forma integrada, nomeadamente através de abordagens de Desenvolvimento Liderado pelas Comunidades Locais.
- **Regeneração de BIP/ZIP** - a capacidade de fazer de Lisboa uma melhor cidade, fomentar a coesão social e promover um desenvolvimento inclusivo exige que sejam continuadas e reforçadas as intervenções de regeneração de Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária, áreas de concentração de carências sociais, económicas e ambientais, apostando na regeneração das áreas desfavorecidas ou em declínio. Nestas intervenções em territórios prioritários devem ser contempladas abordagens integradas, congregando instrumentos de Desenvolvimento Liderado pelas Comunidades Locais com investimentos territoriais integrados.
- **Consolidação, racionalização e rendibilização da rede de equipamentos** - para cumprir o desígnio de manter e atrair pessoas, a cidade tem de ser apelativa em termos de qualidade de vida e assegurar condições para a evolução familiar. Em particular, é fundamental assegurar uma cidade amiga das crianças e dos idosos. Para esse fim, só uma oferta de equipamentos e de condições de utilização adequados, incluindo equipamentos escolares, culturais, desportivos, de saúde e sociais, criará condições para famílias com crianças ou os idosos permanecerem ou ponderarem vir residir para Lisboa. Por outro lado, somente através da consolidação da rede de equipamentos, promoção do seu uso adequado e garantia da acessibilidade universal, se pode caminhar no sentido da coesão social e territorial que a cidade ambiciona. A Carta de Equipamentos da cidade de Lisboa está identificada e a sua implementação deverá

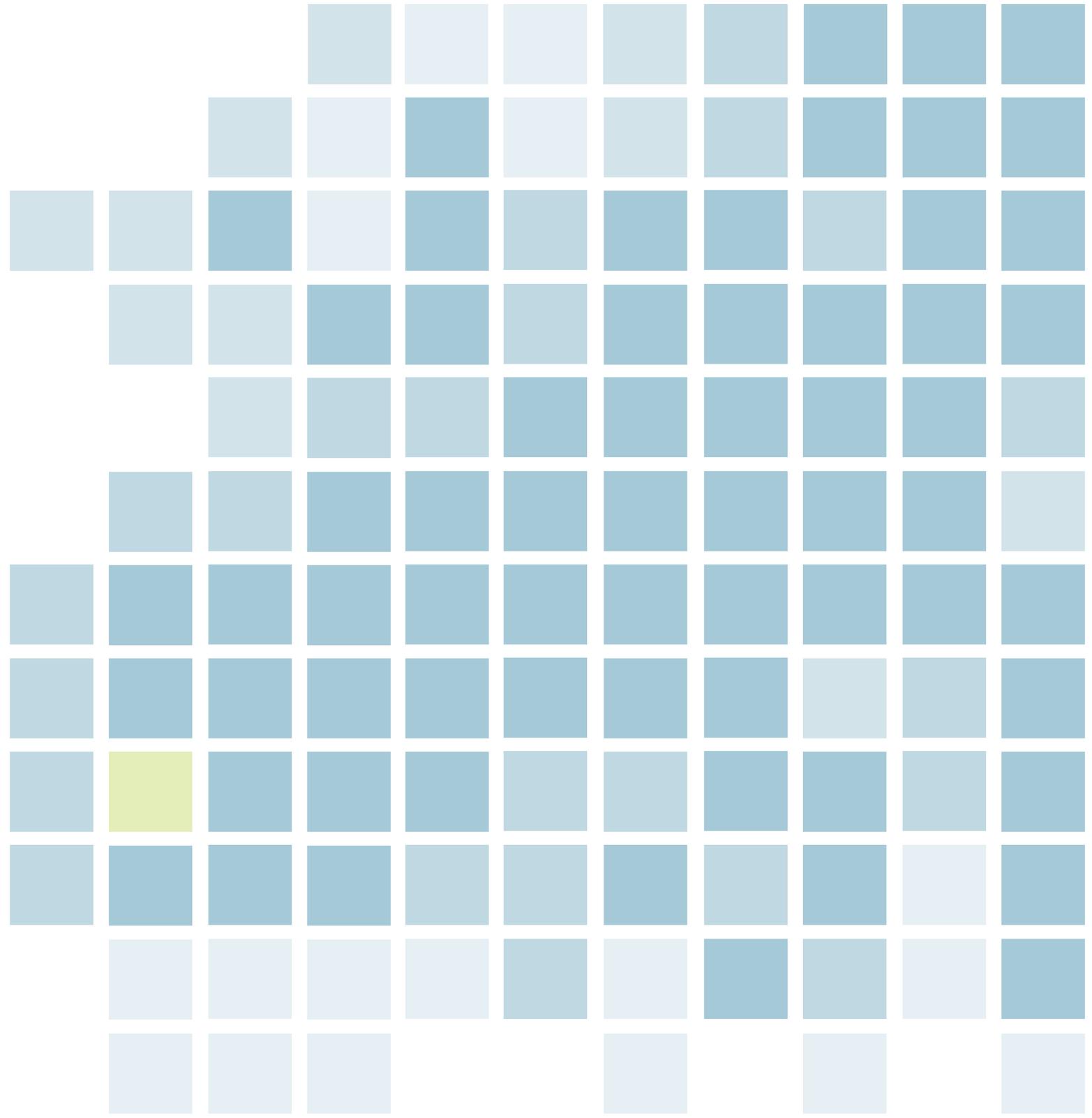
ser prosseguida, promovendo uma utilização racional e a sua rendibilização congregando as parcerias com os atores sociais, desportivos e culturais adequados.

- **Lisboa Cidade da Aprendizagem e da Investigação** – Lisboa tem já hoje uma vocação universitária, frequentemente desvalorizada, sendo a maior cidade universitária portuguesa, com mais de 140 mil estudantes e inúmeros centros de investigação. A exploração deste potencial em termos económicos e de desenvolvimento da cidade é fundamental. Intervenções destinadas a melhorar a atratividade de Lisboa enquanto espaço de aprendizagem e de investigação, seja destinada a alunos e investigadores nacionais como internacionais, deve contemplar ações que promovam, entre outras dimensões, uma oferta habitacional, condições de acolhimento e desenvolvimento de atividade e uma programação cultural adequadas. Neste domínio seria determinante **afirmar Lisboa enquanto centro de conhecimento e de investigação de excelência**. Para esse fim, é fundamental reforçar a inserção das instituições de investigação da cidade nas redes internacionais de investigação, permitindo um melhor aproveitamento das oportunidades de financiamento europeu nos domínios da Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, que conheceram um claro reforço no quadro do programa Horizonte 2020. Tendo em conta que estes financiamentos são atribuídos numa lógica de competição sem envelopes nacionais, uma aposta bem-sucedida neste domínio permitirá um reforço das verbas disponibilizadas para Portugal. Seria um marco que aumentaria a capacidade de **atrair para Lisboa uma co-localização de um pólo do EIT**, em particular nas **áreas do Envelhecimento Ativo e Saúde**. Essa co-localização daria visibilidade às instituições de investigação portuguesas que integrassem esse pólo e atrairia novos investigadores para Lisboa e Portugal. Permitiria ainda congrega instituições universitárias, empresas (por exemplo dos setores farmacêutico e biotecnologia), e instituições públicas, inseridas numa lógica de rede internacional, e beneficiar da oportunidade criada pela instalação do novo Hospital de Lisboa Oriental. Sendo que Lisboa é, em Portugal, o território com mais potencialidades e massa crítica para promover o aproveitamento das oportunidades nesta área, este desafio deve ser assumido na preparação do Acordo de Parceria. A assunção deste projeto enquanto um Plano de Ação Conjunto, beneficiando de apoios de instrumentos nacionais mas também de outros instrumentos comunitários, é uma oportunidade para a sua viabilização.

Como referido, a configuração destas intervenções está em curso, congregando os parceiros e atores mais relevantes para cada uma delas. Nesse processo está a ser avaliado, desenvolvido, validado e aprofundado um leque alargado de propostas apresentado em anexo, que foi reunido no âmbito do processo de audição dos parceiros, dos serviços da Câmara e das 'call for ideas' lançadas, e que esteve na base deste primeiro leque de intervenções apresentado.







LX-Europa 2020
Áreas de Intervenção na Cidade de Lisboa
Parceiros, Projetos e Governança

Nota prévia

A cidade de Lisboa, consciente das suas responsabilidades e da relevância que os instrumentos de apoio comunitário podem ter na implementação da estratégia de desenvolvimento da cidade – assumida em documentos como o Plano Diretor Municipal (PDM) recentemente aprovado –, entendeu criar uma Equipa de Missão Lisboa/Europa 2020 e dinamizar uma parceria ativa e participada com todos os agentes necessários e indispensáveis à preparação e implementação dos projetos estratégicos para a cidade no âmbito de uma estratégia urbana integrada, designadamente, as instituições de ensino superior, os agentes económicos, sociais e culturais, bem como outras instituições públicas e do setor social relevantes.

No quadro dessa parceria foi já anteriormente produzido o documento “Lisboa/Europa 2020, Lisboa no quadro do próximo período de programação comunitário”, que identificou as questões consideradas fundamentais para promover o desenvolvimento de Lisboa, e, pelo papel que este assume para o desenvolvimento de Portugal.

O presente documento constitui mais um passo no processo que visa assegurar o melhor aproveitamento dos instrumentos de apoio comunitário na implementação da estratégia de desenvolvimento da cidade. Apresenta as áreas de intervenção prioritárias mais relevantes para promover um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo na cidade de Lisboa, dando cumprimento, no território da cidade, aos objetivos da Estratégia Europa 2020.

Este documento é resultado, mais uma vez, de um amplo processo de audição e interação com os diversos parceiros, reunindo o conjunto das iniciativas que os mesmos propõem que sejam implementadas e que se enquadram nas áreas de intervenção prioritárias identificadas.

Naturalmente que este documento não impede o aparecimento de novos projetos, assim como não antecipa a candidatura de todos aqui listados.

É a montra de projetos que os parceiros nesta fase identificam como prioritários, possibilitando a sua articulação em grandes eixos e perspetivar sinergias possíveis.

Assim, o presente documento, nomeia também desde já, em cada área, um projeto que, pelo seu carácter estruturante e poder de arrastamento, se assume como preponderante para alcançar os objetivos de desenvolvimento da cidade:

1. Lisboa Cidade da Aprendizagem e da investigação – Projeto estruturante: **Lisboa Cidade Erasmus /CoLocation’ no âmbito de uma nova KIC do EIT - Centro de Conhecimento e Inovação do Instituto Europeu de Tecnologia**
2. Empreendedorismo e Empregabilidade
Projeto estruturante: **Programa de empreendedorismo e empregabilidade para os jovens**
3. Lisboa Cidade da Cultura e da Interculturalidade;
Projeto estruturante: **Lisboa Criativa**
4. Afirmação do Turismo na Base Económica de Lisboa;
Projeto estruturante: **Centro de Congressos**
5. Lisboa Capital do Mar;
Projeto estruturante: **Campus do Mar**
6. Reabilitação do Parque Edificado/Prevenção de Riscos;
Projeto estruturante: **Programa de reabilitação de edifícios direcionado para a melhoria da eficiência energética e da resistência sísmica**
7. Acessibilidade Para Todos/Mobilidade Inteligente e Inclusiva;
Projeto estruturante: **Lisboa Cidade Acessível**
8. Qualidade de Vida e Ambiente Urbano;
Projeto estruturante: **Lisboa Cidade Solar**
9. Regeneração Urbana;
Projeto estruturante: **BIP-ZIP 2020**
10. Inclusão e Coesão Social
Projeto estruturante: **Integração da pessoa sem-abrigo**

Identificam-se ainda as entidades promotoras dos projetos, os principais parceiros e as potenciais fontes de financiamento, bem como as questões de governança e outras condições necessárias para o sucesso das intervenções.

Numa fase subsequente, este processo deverá prosseguir promovendo o envolvimento dos diversos parceiros na preparação dos projetos concretos e da adequação das respetivas candidaturas aos instrumentos de apoio comunitário, que resultarão do Acordo de Parceria ou de iniciativa da Comissão Europeia.



LISBOA CIDADE DA APRENDIZAGEM E DA INVESTIGAÇÃO

Projeto estruturante: Lisboa cidade Erasmus / 'CoLocation' EIT

1. Enquadramento

Lisboa tem já hoje uma vocação universitária, frequentemente desvalorizada, sendo a maior cidade universitária portuguesa, com mais de 140 mil estudantes e inúmeros centros de investigação. Este é um potencial imenso e valioso para a cidade, em particular no contexto da sociedade do conhecimento e da inovação. A exploração deste potencial em termos económicos e de desenvolvimento da cidade é fundamental. Aumentar a capacidade de atração e melhorar as condições de fixação de estudantes e investigadores na cidade e afirmar Lisboa como um centro de conhecimento e de investigação de excelência são vetores essenciais para atingir este objetivo. A intervenção deve permitir um melhor aproveitamento das oportunidades de financiamento europeu nos domínios da Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, que conheceram um claro reforço no quadro do programa Horizonte 2020. Tendo em conta que estes financiamentos são atribuídos numa lógica de competição sem envelopes nacionais, uma aposta bem-sucedida neste domínio permitirá um reforço das verbas disponibilizadas para Portugal. Para além do peso e importância do ensino superior e da investigação, para transformar Lisboa numa verdadeira Cidade da Aprendizagem e da Investigação devem ser igualmente objeto de atenção os níveis pré-superiores, que promovam os valores do conhecimento e a cultura científica e que preparem as novas gerações para a nova sociedade emergente.

2. Eixos de intervenção

Para afirmar Lisboa como Cidade da Aprendizagem e da Investigação considera-se essencial intervir em diferentes domínios, que no seu conjunto potenciem a atração, acolhimento e excelência das atividades e dos recursos humanos, a par da preparação das gerações mais novas. Neste contexto, são necessárias intervenções destinadas a melhorar a atratividade de Lisboa enquanto espaço de aprendizagem e de investigação, quer para alunos e investigadores nacionais quer internacionais, que devem contemplar ações que promovam, entre outras dimensões, uma oferta habitacional adequada, excelentes condições de acolhimento e desenvolvimento de atividade e uma programação cultural aliciante. Neste âmbito devem também ser desenvolvidas ações visando melhorar a capacidade de Lisboa reter todos aqueles que concluem a sua aprendizagem/projeto de investigação, criando condições para que iniciem ou mantenham a sua vida ativa na cidade, criando emprego, gerando riqueza e contribuindo por esta via para a dinamização económica da cidade.

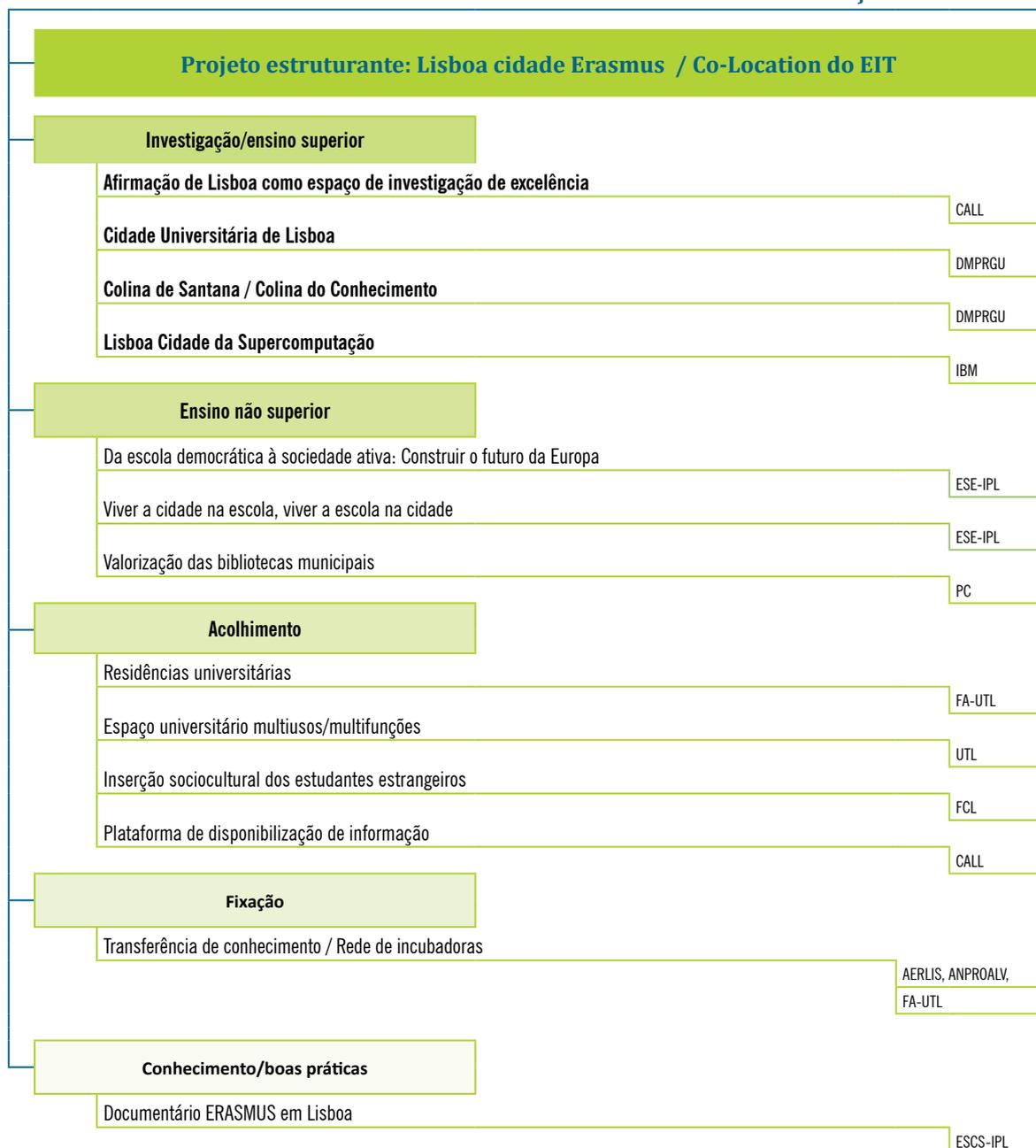
Paralelamente, é determinante afirmar Lisboa enquanto centro de conhecimento e de investigação de excelência, através do reforço da inserção das suas instituições de investigação nas redes internacionais de investigação. Neste âmbito, seria um marco atrair para Lisboa uma co-localização de um polo do EIT, em particular nas áreas do Envelhecimento Ativo e Saúde.

A intervenção visando a afirmação de Lisboa enquanto cidade da aprendizagem e da investigação deve assim contemplar diversos eixos de ação complementares:

- Investigação/ensino superior
- Ensino não superior
- Acolhimento
- Fixação
- Conhecimento/boas práticas

Para cada um destes eixos foi identificado um conjunto de projetos, propostos por diversas entidades, que se listam sumariamente no esquema seguinte e são detalhados no ponto 6.

LISBOA CIDADE DA APRENDIZAGEM E DA INVESTIGAÇÃO



3. Principais parceiros a envolver

- Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional – Instituições de Ensino Superior, Centros de Investigação, Laboratórios de Estado
- Gestores de espaços de incubação e localização empresarial
- ANPROALV
- Agrupamentos Escolares
- Câmara Municipal de Lisboa

4. Potenciais fontes de financiamento

De nível nacional:

- Acordo de Parceria/ Programas nacionais de promoção fatores competitividade e reforço potencial humano
- Acordo de Parceria/ Programa regional

Outras fontes:

- Horizonte 2020
- ERASMUS FOR ALL

5. Projeto estruturante

Nesta temática foi identificado como podendo configurar um projeto estruturante e emblemático, com capacidade de arrastamento e de contribuir para a concretização desta intervenção, um dos seguintes projetos:

Lisboa cidade Erasmus – Afirmar Lisboa como cidade de investigação e aprendizagem, aproveitando o seu potencial como maior cidade universitária do país, e criando as condições para a atração, o acolhimento e a fixação de estudantes e investigadores universitários.

CoLocation' no âmbito de uma nova KIC do EIT KIC do EIT (Centro de Conhecimento e Inovação do Instituto Europeu de Tecnologia) – Co-localização de um polo do EIT, em particular nas áreas do Envelhecimento Ativo e Saúde. Essa co-localização daria visibilidade às instituições de investigação portuguesas que integrassem esse polo e atrairia novos investigadores para Lisboa e Portugal. Permitiria ainda congregar instituições universitárias, empresas (por exemplo dos setores farmacêutico e biotecnologia) e instituições públicas, inseridas numa lógica de rede internacional.

6. Projetos

Para cada eixo da intervenção foi feito um primeiro exercício de listagem e aglutinação dos projetos propostos que poderão contribuir para a concretização da intervenção, e que se apresentam seguidamente.

6.1 Investigação/ensino superior

- **Afirmação de Lisboa como espaço de investigação de excelência** – Ainda que a colocação referida anteriormente não se materialize devem ser envidados esforços no sentido de Lisboa se afirmar como território de investigação e excelência em temáticas relevantes para o futuro como sejam o envelhecimento, a saúde, a construção e reabilitação

inteligente ou a exploração dos oceanos, promovendo integração de instituições do Sistema Científico e Tecnológico Nacional em redes internacionais e ainda fomentando a transformação de resultados da investigação em inovação.

- **Cidade Universitária de Lisboa** – Intervenção na área do Plano de Pormenor da Cidade Universitária de Lisboa, com cerca de 126 Ha. Visa criar um campus universitário de excelência, com projeção internacional, adequado às necessidades contemporâneas e integrado nas linhas estratégicas que orientam o desenvolvimento da cidade de Lisboa.
- **Colina de Santana / Colina do Conhecimento** – A transformação programada para a Colina de Santana, com a desativação de equipamentos, todos localizados em núcleos com áreas consideráveis e instalados em edifícios com elevado valor patrimonial, poderá constituir uma mudança substancial no carácter desta área urbana. Neste contexto, e tendo em conta a sua história ligada aos hospitais e ao ensino e a perspetiva de instalação de unidades museológicas e de universidades.
- **Lisboa Cidade da Supercomputação** – Criação de uma plataforma de supercomputação em parceria com empresas de referência e experiência nesta área e integrando PME e *startups* de cariz tecnológica permitindo: i) servir os polos Universitários e de Investigação e Desenvolvimento, ligados pelo anel de fibra ótica da CML; ii) através da utilização do anel de fibra ótica, ser um fator decisivo no desenvolvimento das oito incubadoras que poderão ter acesso rápido à plataforma de Supercomputação, e suportar as diversas *start-ups* que nelas se encontram a funcionar; iii) tornar Lisboa mais atrativa para empresas de alta tecnologia, permitindo uma economia de grandes investimentos iniciais em infraestruturas de TIC; iv) desenvolver, por exemplo, um *cluster* de Cinema e Media, atraindo produtoras que criam projetos de cinema digital e 3D permitindo a utilização da plataforma de supercomputação para as suas produções.

6.2 Ensino não superior

- **Da escola democrática à sociedade ativa: Construir o futuro da Europa** – Criação de uma linha de trabalho com os agrupamentos escolares que articule as dimensões de intervenção, formação e investigação (projetos com impacto ambiental; formação aos professores para a elaboração e implementação dos projetos; realização de atividades para os alunos; realização de investigação ligada aos projetos, etc.).
- **Viver a cidade na escola, viver a escola na cidade** – Este projeto visa criar e desenvolver uma rede de escolas, associações e outras instituições educativas, culturais e sociais, valorizando a articulação entre a educação formal e a educação não formal. A rede materializar-se-á na criação de um portal como veículo de comunicação e de divulgação da cidade como recurso educativo, potenciador de núcleos de ação, que se inscrevem em parcerias criadoras de sinergias para a criação e reforço de projetos.
- **Valorização das bibliotecas municipais** – Valorização das bibliotecas municipais e articulação com as bibliotecas escolares.

6.3 Acolhimento

- **Residências universitárias** (por Ex^o no Casco Central e/ou Polo da Ajuda) – proporcionar alojamento, de curto e médio prazo, para estudantes e investigadores nacionais e estrangeiros no mercado de arrendamento, em locais disseminados pela cidade, contributo para a revitalização de áreas históricas e/ou regeneração de zonas degradadas. Reabilitar as residências universitárias se encontram degradadas e promover a sua valorização/inserção no tecido urbano da cidade.
- **Espaço universitário multiusos/multifunções** (Arco do Cego) – Reconversão da antiga estação do Arco do Cego, com um projeto integrado que prevê multiusos/multifunções de apoio aos estudantes e à comunidade universitária em geral, contendo espaço de estudo aberto 24 horas, núcleo museológico, espaço de ciência aberto à cidade, Biblioteca, Mediateca e Auditório.
- **Inserção sociocultural dos estudantes estrangeiros** – O projeto tem como objetivo geral contribuir para uma boa inserção sociocultural dos jovens estudantes recém-chegados a Lisboa. Como objetivos específicos: 1) Receber os jovens de uma forma simpática e calorosa; 2) Integrar os jovens rapidamente quer em ambiente estudantil, quer na vivência quotidiana da cidade e dos seus serviços; 3) Prepará-los ao nível do língua e da cultura portuguesa, através de cursos intensivos ministrados na FCL por formadores especializados em português para estrangeiros; 4) Mostrar-lhes o que a Cidade de Lisboa tem para lhes oferecer em termos sociais, culturais, económicos, ambientais e turísticos.

- **Plataforma de disponibilização de informação** – Plataforma de disponibilização de informação sobre oferta residencial e condições de acolhimento e oferta cultural da cidade.

6.4 Fixação

- **Transferência de conhecimento / Rede de incubadoras** – Programa de apoio à transferência do conhecimento e potencial de inovação produzido nas Instituições de Ensino Superior para o tecido empresarial e apoio à criação de novas empresas / incubadoras ligadas a estas Instituições.

6.5 Conhecimento/boas práticas

- **Documentário ERASMUS em Lisboa** – Vídeo documental sobre a experiência dos estudantes que se deslocam a Lisboa para viver temporariamente, no contexto do programa Erasmus. Serão ainda registados eventos organizados, formal ou informalmente para a comunidade Erasmus: visitas guiadas, festas, *workshops*, concursos.

7. Governança e outras condições para o sucesso da intervenção

Para além dos projetos devem ser considerados outros aspetos, visando assegurar as condições institucionais adequadas, para potenciar a eficiência e a eficácia das intervenções, nomeadamente:

Plataforma de envolvimento dos atores relevantes no sector para promover as parcerias necessárias à criação da massa crítica para afirmar Lisboa enquanto cidade da aprendizagem e da investigação de excelência. Em particular deve ser melhorado o quadro institucional que permita melhor aproveitamento dos instrumentos de apoio à investigação como por exemplo o Horizonte 2020.



EMPREENDEDORISMO E EMPREGABILIDADE

Projeto estruturante: Empreendedorismo e empregabilidade para os jovens

1. Enquadramento

A geração de crescimento económico e emprego na cidade é claramente beneficiária de um incremento do empreendedorismo, que potencie o aproveitamento económico de oportunidades de negócio, sendo este um meio privilegiado de introdução de inovações significativas na economia e de instigação de processos de reestruturação dos mercados. A par com o empreendedorismo, é crucial a aposta na empregabilidade, tanto do lado da qualificação dos recursos humanos como da criação de novas empresas. No quadro da promoção de um crescimento inteligente, é ainda estratégica a aposta nos sectores tecnológico, criativo e da inovação. Para além dos novos sectores, apoiar a modernização dos sectores tradicionais, nomeadamente o comércio de proximidade, é também essencial para garantir a manutenção e criação de empresas neste setor, o dará um contributo significativo o aumento das oportunidades de emprego.

2. Eixos de intervenção

A intervenção Empreendedorismo e Empregabilidade, para dar resposta aos seus objetivos específicos, terá de ter por base um conjunto de ações distintas, embora complementares e interligadas, que promovam a existência das condições necessárias para que novas iniciativas e oportunidades não só surjam, como sejam bem-sucedidas e se mantenham no tempo. Neste contexto, no que respeita ao empreendedorismo e criação de empresas, uma atuação consequente terá de ter em conta não só as necessidades iniciais de instalação/início de atividade, como de planeamento da iniciativa e do seu acompanhamento. A criação de massa crítica e de sinergias entre atividades, através uma localização de proximidade é também outra das vias que se pretende explorar. A promoção de um crescimento inteligente, através da criação de um Polo Empresarial e Tecnológico e do apoio às indústrias criativas e de base tecnológica, bem como a novas empresas com potencial de inovação, nomeadamente, mediante uma ligação próxima às Universidades, é outra das vias propostas. Adicionalmente, procura-se apoiar a criação de emprego através da promoção da modernização do tecido comercial de proximidade, e fazer uma forte aposta no do reforço das competências e formação dos recursos humanos. Por último, a qualificação dos ativos, em particular os jovens é também uma área de preocupação, nomeadamente no quadro da reestruturação da economia, com vista a promover o aumento da empregabilidade.

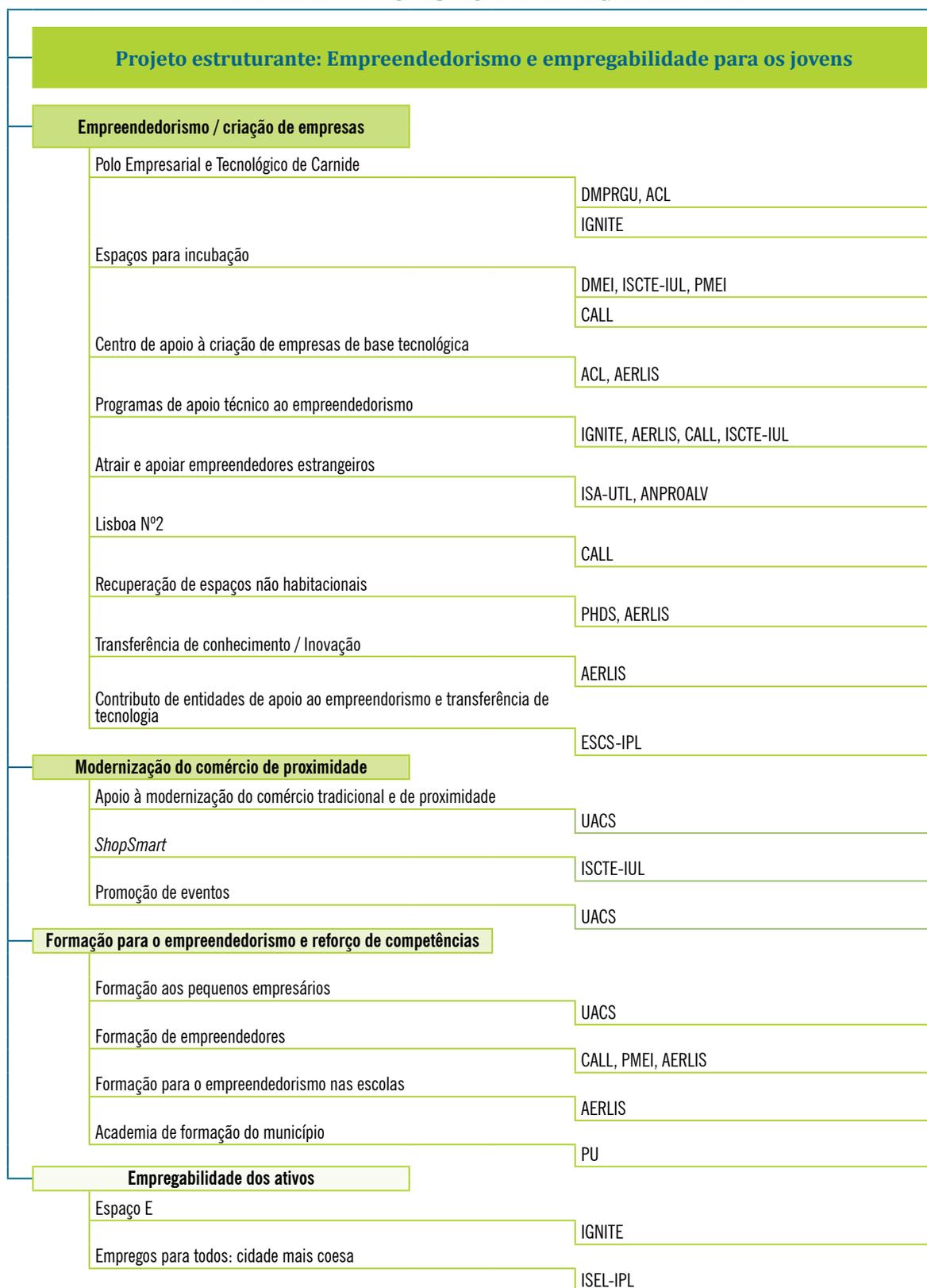
A intervenção visando o empreendedorismo e a empregabilidade na cidade de Lisboa assim deve contemplar diversos eixos de ação complementares:

- Empreendedorismo / criação de empresas
- Modernização do comércio de proximidade
- Formação para o empreendedorismo e reforço de competências
- Empregabilidade dos ativos



Para cada um destes eixos foi identificado um conjunto de projetos, propostos por diversas entidades, que se listam sumariamente no esquema da página seguinte e são detalhados no ponto 6.

EMPREENDEDORISMO E EMPREGABILIDADE



3. Principais parceiros a envolver

- Gestores de espaços de incubação e localização empresarial
- IAPMEI, AICEP e LNEG
- Entidades e agentes das indústrias de base tecnológica
- AERLIS, Associação Comercial de Lisboa, UACS
- Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional – Instituições de Ensino Superior, Centros de Investigação, Laboratórios de Estado
- Câmara Municipal de Lisboa

4. Potenciais fontes de financiamento

De nível nacional:

- Acordo de Parceria/ Programas nacionais de promoção fatores competitividade e reforço potencial humano
- Acordo de Parceria/ Programa regional

Outras fontes:

- Programa COSME
- Horizonte 2020
- Europa Criativa

5. Projeto estruturante

Nesta temática foi identificado como projeto estruturante e emblemático, com capacidade de arrastamento e de contribuir para a concretização desta intervenção, o seguinte projeto:

Programa de empreendedorismo e empregabilidade para os jovens – criação de um programa emblemático, que se constitua como uma resposta integrada aos problemas de desemprego jovem, promovendo o empreendedorismo e a empregabilidade em parceria com as Instituições de Ensino Superior e as Escolas Profissionais.

6. Projetos

Para cada eixo da intervenção foi feito um primeiro exercício de listagem e aglutinação dos projetos propostos que poderão contribuir para a concretização da intervenção, e que se apresentam seguidamente.

6.1 Empreendedorismo / criação de empresas

- **Polo Empresarial e Tecnológico de Carnide** (Pontinha/ Coroa Norte) – Criação de um polo naquele território de Lisboa, que gere atividades económicas e emprego, beneficiando das vantagens de localização geográfica, inserido numa rede de acessibilidades de escala metropolitana, de fácil acesso e a custos médios. Pretende-se com o novo polo consolidar e expandir o polo de atividades económicas e I&D já existentes na proximidade: LISPOLIS, IAPMEI e o Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG).
- **Espaços para incubação:**
 - **Rede de incubadoras de Lisboa** – Desenvolvimento e monitorização de uma rede de incubadoras de empresas a nível concelhio. Podem ser utilizados espaços municipais para promoção de instalações estrategicamente localizados na cidade, por exemplo, a ceder a jovens empreendedores com custos reduzidos.



- **Rede de FabLab:**
 - **FabLab tradição/ inovação** – Incentivo e apoio à recuperação de Artes e Ofícios Tradicionais conjugando a tradição com a inovação (ex. experiência piloto de inclusão com as ‘costureiras’ ou do FabLab dentro do Mercado do Forno do Tijolo, com parceria com Amorim, Ibermoldes, etc.).
 - **Co-Smart FabCities: inovação, sustentabilidade, inclusão e colaboração** – permitindo aos cidadãos e investigadores ter acesso a ferramentas tecnológicas que possibilitam simular 3D, prototipar invenções e ideias, envolver a população local em processos participativos, promover/reforçar a interdisciplinaridade, incentivar inovação e apoiar/promover o empreendedorismo e o autoemprego sustentável, com a incubação de empresas de pequeno escala através da utilização de alta-tecnologia.
- **Centro de apoio à criação de empresas de base tecnológica** (por ex^o. no Polo Empresarial e Tecnológico de Carnide) – que inclua espaços de incubação, apoio ao empreendedorismo avançado ligado ao I&D/Universidades e incentivo ao uso das chamadas “tecnologias limpas”, em património municipal estrategicamente implantado em Lisboa, para que funcione(m) também como centro(s) de desenvolvimento e irradiação de/para a cidade.
- **Programas de apoio técnico ao empreendedorismo:**
 - **Fixa-te em Lisboa!** – Programa integrado de apoio ao empreendedorismo, incluindo: apoio técnico ao empreendedor, com formação especializada em gestão de empresas e desenvolvimento do plano de negócio; uma linha de financiamento não reembolsável para instalação da empresa; e atribuição de um imóvel municipal para instalação do negócio, com possibilidade de isenção de taxas municipais e rendas reduzidas, pelo período de 1 ano.
 - **Incubação, reabilitação e envelhecimento ativo** – Solução de “*mentoring*” na incubação, com mentores séniores com experiência relevante, associado à reconversão de edifícios ainda existentes nas antigas áreas industriais obsoletas (edifícios em Xabregas, Braço de Prata, Beato, etc.).
 - **Criação/ fomento do Fórum Empresarial Municipal** – Ecosistema de apoio às empresas, programa quadro de apoio ao desenvolvimento empresarial.
- **Atrair e apoiar empreendedores estrangeiros** – Criação de uma plataforma (Plataforma *Softlanding Lx*) formada por todas as incubadoras e agentes da cidade de Lisboa que atuam na área do empreendedorismo e desenvolvimento empresarial, que possa apoiar e satisfazer as necessidades dos empreendedores e das empresas estrangeiras (empresas e empreendedores de mercados exteriores ao mercado nacional) que queiram entrar no mercado português e a estabelecerem-se em Lisboa. Desenvolvimento de um ‘KIT do Empreendedor Estrangeiro’.
- **Lisboa Nº2** – O projeto consiste na reabilitação e reconversão de um edifício do centro da cidade, com a criação de 3 espaços distintos dentro do edifício: LIVE (aluguer de habitação), WORK (aluguer de espaço de trabalho partilhado) e ENJOY (espaço de restauração aliado a um espaço comunitário, com funções de promoção cultural, artística e social). Pretende-se rentabilizar a sua utilização através da disponibilização dos espaços para arrendamento a custos reduzidos, facilitando o início de novos projetos pessoais, profissionais e artísticos.
- **Recuperação de espaços não habitacionais** – Recuperação de espaços municipais devolutos em tosco (centenas de frações municipais) com potencial para a dinamização do emprego e economia local.
- **Transferência de conhecimento / Inovação** – Programa de apoio ao empreendedorismo e criação de novas empresas que tenha por base a transferência do conhecimento produzido nas Instituições de Ensino Superior e a inovação.
- **Contributo de entidades de apoio ao empreendedorismo e transferência de tecnologia para o desenvolvimento socioeconómico regional** – Este projeto pretende explorar os determinantes de sucesso no desenvolvimento e operação de entidades de apoio ao empreendedorismo e transferência de tecnologia (particularmente incubadoras de empresas e parques de ciência e tecnologia), identificando o que torna algumas destas entidades mais bem-sucedidas do que outras.

6.2 Apoio à modernização do comércio de proximidade

- **Apoio à modernização do comércio tradicional e de proximidade** – Programa de apoio ao investimento e modernização do comércio com múltiplas vertentes:
 - **Investimento** – Informática, obras de remodelação, novas formas de marketing, iluminação, equipamento básico, serviços pós-venda.

- **Área global** – Criação de uma central de serviços comuns às empresas, composto por: entregas a domicílio, receção de encomendas dos clientes, local de depósito de malas/sacos dos clientes, e aluguer de equipamento para os clientes.
- **Shopping On-Line** – Criação de um centro comercial virtual onde estejam incluídas as empresas da cidade de Lisboa ou das áreas específicas a promover.
- **ShopSmart** – Desenvolvimento de uma plataforma baseada em dispositivos móveis inteligentes, que permita que os comerciantes possam anunciar promoções que estão a acontecer nos seus estabelecimentos e que os utilizadores possam ter conhecimento dessas mesmas promoções, de acordo com as suas preferências e com a sua própria localização geográfica.
- **Promoção de eventos** – Desenvolvimento e divulgação de eventos especiais, que contem com a participação das empresas da área que se está a divulgar, como pequenas feiras (artesanato, livro, vestuário), desfiles de moda, prova de vinhos, prova gastronómica, ateliers criativos, espetáculos, entre outros.

6.3 Formação para o empreendedorismo e reforço de competências

- **Formação aos pequenos empresários:**
 - **Formação profissional de empresários / gestores** – Curso de formação global, que inclua vários módulos essenciais para a gestão de uma empresa de comércio/serviços.
 - **Formação empresários / funcionários** – Curso de formação transversal, ou seja, que se adapta quer aos empresários quer a funcionários.
- **Formação de empreendedores** – Formação de empreendedores no contexto do apoio ao empreendedorismo: competências de gestão, legislação, etc..
- **Formação para o empreendedorismo nas escolas** – Realização de projetos no contexto educativo, para promoção de iniciativas com caráter autónomo ou por conta de outrem.
- **Academia de formação do município** – Formação a médio prazo de uma academia de formação municipal, em conjunto com instituições de referência do meio universitário de Lisboa, para promover a qualificação profissional dos funcionários municipais, com vista à consolidação do conhecimento das diferentes áreas de atuação municipal, bem como criação de redes internas de trabalho (*Networking*).

6.4 Empregabilidade dos ativos

- **Espaço E** – criação de espaço com oferta diversificada de resposta em função das necessidades dos utilizadores, proporcionando-lhes informação e formação especializada através de: atendimento personalizado, *workshops* temáticos, computadores para acesso livre e centro de documentação, com intervenção em áreas como empreendedorismo, inovação, formação, oportunidades de emprego nacionais e internacionais ferramentas para procura de emprego, formação, catálogo de profissões, micronegócios, direitos laborais e da formação.
- **Empregos para todos: cidade mais coesa** – Levar a cabo uma série de feiras de emprego, onde se promova o encontro entre entidades empregadoras e pessoas à procura de emprego. Na feira de emprego, além das mostras feitas pelas empresas, haverá também a possibilidade de exposições de cariz intercultural e de debates.

7. Governança e outras condições para o sucesso da intervenção

Para além dos projetos devem ser considerados outros aspetos, visando assegurar as condições institucionais adequadas, para potenciar a eficiência e a eficácia das intervenções, nomeadamente:

- **Plataforma de envolvimento dos atores**, para partilha de boas práticas e experiências e fomento de esquemas de *mentoring*.
- **Plataforma de disseminação de informação sobre oportunidades.**
- **Simplificação administrativa e facilitação/simplificação no licenciamento/ autorizações.**

LISBOA CIDADE DA CULTURA E DA INTERCULTURALIDADE

Projeto estruturante: Lisboa Cidade Criativa

1. Enquadramento

A cultura e a criatividade são dimensões fundamentais da vida humana. É através do património e das produções culturais que o ser humano realiza o pleno potencial do seu desenvolvimento, se relaciona com o mundo e com os outros, torna-se parte, identifica-se e faz avançar uma civilização, uma cultura e um território, e alcança, por esta via, uma vida satisfatória e compensadora. A cultura e a criatividade são ainda a ponte entre o passado e o futuro, enraízam-se e bebem do património das gerações passadas e são a fonte da evolução e do desenvolvimento vindouro. Para além destes fatores, são ainda crescentemente reconhecidas como setores que têm tido maior crescimento a nível económico e dos que mais podem potenciar o setor turístico. Por outro lado a afirmação de uma cidade global, moderna e cosmopolita exige uma valorização da interculturalidade e da diversidade. Lisboa foi, durante séculos, cidade de destino de diferentes povos, que soube acolher e integrar. A matriz de desenvolvimento de Lisboa é uma matriz intercultural, que permite à cidade beneficiar do espírito empreendedor de muitas dessas comunidades que a procuraram para viver. A afirmação dessa dimensão intercultural da cidade de Lisboa contribui para reforçar o seu poder de atração e afirmação num mundo globalizado.

2. Eixos de intervenção

Para uma ação neste domínio é fundamental promover a conservação e valorização do rico património cultural existente na cidade. Paralelamente, assegurar uma oferta cultural, artística e criativa diversificada e estimulante é cada vez mais um fator decisivo para a escolha de uma cidade como destino, seja para habitar, visitar ou trabalhar. É também fundamental para promover o conhecimento, o desenvolvimento intelectual da população e o potencial da sociedade e da economia na sociedade do conhecimento apresentando igualmente um potencial económico significativo em termos de geração e emprego e de riqueza. A promoção desta oferta, com base nos valores da autenticidade, qualidade e diversidade, é uma aposta que Lisboa tem de reforçar contribuindo para a sua afirmação na globalização. Por outro lado, promover o diálogo e as iniciativas interculturais, para assegurar o adequado acolhimento e espaço de expressão às populações de diferentes culturas que escolhem Lisboa como espaço para viver, e para que as mesmas possam dar o seu contributo pleno ao desenvolvimento da cidade, nomeadamente por via do elevado empreendedorismo que tradicionalmente evidenciam é assim um dos vetores identitários de Lisboa que deve ser promovido, contribuindo para uma vocação universal de Lisboa.

A intervenção visando a afirmação de Lisboa enquanto cidade da cultura e da interculturalidade deve assim contemplar diversos eixos de ação complementares:

- Estimular e otimizar a oferta cultural, artística e criativa
- Conservar e promover o património cultural
- Valorizar a interculturalidade e promover a cidadania
- Conhecimento/boas práticas

Para cada um destes eixos foi identificado um conjunto de projetos, propostos por diversas entidades, que se listam sumariamente no esquema seguinte e são detalhados no ponto 6.

LISBOA CIDADE DA CULTURA E DA INTERCULTURALIDADE

| Projeto estruturante: Cidade Criativa | |
|--------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|
| Estimular e otimizar a oferta cultural, artística e criativa | |
| Promoção da produção cultural e criativa | PEIM, ACL |
| Áreas para “Indústrias Criativas” | PEIM, ACL |
| Polo de apoio às Indústrias criativas de Stª Clara | PEIM |
| “Centro de Apoio de Indústrias Cinematográficas” | PEIM, ACL |
| Quarteirão das Artes | UL |
| L-PAC Lisboa <i>Performing Arts Center</i> | ESCS-IPL |
| Centro de Artes Performativas nas Portas de S. Antão / Placa de Restauração da Baixa | AERLIS, FCSH-UNL IGNITE |
| Sala de exposições temporárias/itinerantes | PU |
| <i>Lisbon-Design-Center</i> | FA-UTL |
| Lojas de tradição e aprendizado | PU |
| LX VOX | DC |
| Conservar e promover o património cultural | |
| Reviver a Lisboa industrial: espaços, objetos e pessoas | FCT-UNL |
| Projeto de reabilitação urbana e revitalização económica da baixa pombalina | ACL |
| Reabilitação do património arquitetónico da Estrada Velha de Chelas | FCSH-UNL |
| Lisboa aos quadradinhos: O azulejo no espaço público | IGNITE |
| Valorizar a interculturalidade e promover a cidadania | |
| AFRICA.CONT | GP |
| Festival criativo e cultural de Lisboa | CALL |
| Outras fés, outras crenças | ESCS-IPL |
| Avaliação do Festival Todos | ISCTE-IUL |
| Construir a cidadania: de Lisboa para o mundo | ISEL-IPL |
| Educação para a interculturalidade | SJR |
| Publicação periódica “Os novos Lisboetas” | SJR |
| Conhecimento/boas práticas | |
| Reabilitando a herança industrial: o papel das práticas culturais | ISCTE-IUL |
| Mapa estratégico para as indústrias criativas | IPL |

3. Principais parceiros a envolver

- Criadores, programadores, promotores de eventos, produtores e agentes culturais
- Entidades e agentes das indústrias culturais e criativas
- Gestores de espaços de incubação e localização empresarial
- Conselho Municipal para a Interculturalidade
- Associações e comunidades locais
- Câmara Municipal de Lisboa

4. Potenciais fontes de financiamento

De nível nacional:

- A incluir na ITI/áreas privilegiadas de intervenção da AML (trabalho em curso JML)
- Acordo de Parceria/ Programa regional
- ITI Lisboa

Outras fontes:

- Europa Criativa

5. Projeto estruturante

Nesta temática foi identificado como projeto estruturante e emblemático, com capacidade de arrastamento e de contribuir para a concretização desta intervenção, o seguinte projeto:

Lisboa Cidade Criativa – Lisboa tem as condições necessárias para se candidatar à rede de cidades criativas da UNESCO, apostando na sua atratividade externa ao mesmo tempo que catalisa e potencia o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas em termos regionais e nacionais. Este projeto pretende elaborar e dinamizar a estratégia de desenvolvimento local e os projetos a esta associados, de modo a colocar Lisboa na rota das cidades criativas.

6. Projetos

Para cada eixo da intervenção foi feito um primeiro exercício de listagem e aglutinação dos projetos propostos que poderão contribuir para a concretização da intervenção, e que se apresentam seguidamente.

6.1 Estimular e otimizar a oferta cultural e artística

- **Promoção da produção cultural e criativa** – Incentivo à oferta criativa/ apoio produtores / apoio aos “estaleiros de produção/ espaço para produção de cinema, nacional e estrangeiro (exemplo da TOBIS que embora tenha encerrado mantém um vasto espólio).
- **Áreas para “Indústrias Criativas”** – Promover o *Santos Design District*, com a possibilidade de extensão aos espaços da APL/CML, e na envolvente do Atelier da Joana Vasconcelos/Museu do Oriente.
- **Polo de apoio às Indústrias criativas de Stª Clara** – Pretende-se potenciar áreas industriais que estão a ser ou vão ser desativadas junto à feira da Ladra, valorizando a atual localização da Trienal de Arquitetura.

- **“Centro de Apoio de Indústrias Cinematográficas”** (por ex.º. na Zona do Plano de Urbanização da Envolvente da Expo).
- **Quarteirão das Artes** — dar corpo à “Cidade das Artes” no quarteirão do Convento de S. Francisco (Chiado), potenciando sinergias com a oferta patrimonial, cultural e turística já existente na área (teatros São Luís e Nacional de São Carlos, Centro Nacional de Cultura, o Museu do Chiado, etc.).
- **L-PAC Lisboa *Performing Arts Center*** (Ópera do Tejo) — Recuperação de um espaço desocupado numa área industrial, cedido com o objetivo da instalação do L-PAC, num centro de artes performativas, com programação autofinanciada anual e intensiva, que inclua a criação e instalação de residências artísticas, apresentação de espetáculos, realização de *workshops* e realização de master classes internacionais, bem como uma área de exposições.
- **Centro de Artes Performativas nas Portas de Santo Antão / Placa de Restauração da Baixa** — Projeto integrado de qualificação física e redinamização funcional dos espaços de espetáculos, comércio e restauração e Associações centenárias, na área da Rua das Portas de Santo Antão e Baixa.
- **Sala de exposições temporárias/itinerantes** (nacionais e internacionais) — Pretende-se dotar Lisboa de um amplo espaço que possa acolher este tipo de iniciativas, e que se poderá localizar em espaços como, por exemplo, a Garagem do Rato.
- **Lisbon-Design-Center** — Afirmar o design como recurso estratégico da cidade: a) promovendo e divulgando os seus serviços, comércio, atividades culturais e de ensino; b) apoiando a geração de novo emprego, de introdução de estratégias de criatividade e inovação no tecido empresarial da cidade; c) oferecendo formação na área às empresas e pessoas que procurem com a sua ação melhorar a qualidade de vida dos lisboetas, promover a imagem da cidade e exponenciar o crescimento económico da região.
- **Lojas de tradição e aprendizado** — Tomando como ponto de partida as lojas de tradição inventariadas no novo PDM, propõe-se desenvolver um conjunto de medidas estratégicas para as apoiar, potenciando o seu carácter diferenciador para o turismo, cultura, património e desenvolvimento da economia local, destacando-se as medidas que promovam e incentivem os projetos e ações que reabilitem as artes e ofícios tradicionais (‘Aprendizado’) incorporando inovação, criatividade e design.
- **LX Vox :: a voz da cidade criativa** - Sistema de comunicação transversal e em rede da cidade de Lisboa e, simultaneamente um *hub* de conteúdos que reflete e regista a atividade dos atores da cidade e das suas boas práticas. Terá uma linha editorial que incorpora os valores expressos na visão da LX 2020 corporizando a construção identitária de uma Lisboa bonita, integradora, diversa, atrativa, saudável, criativa, amiga e ambiciosa. Refletirá os modos de vida e a estética própria da cidade, estruturando, incorporando e projetando a Marca Lisboa, e potenciará a comunicação das realizações existentes na cidade, fomentando a coerência entre conteúdos diversos, adequando-a à difusão em todos os canais. Organiza-se em lógicas de parcerias com as instituições culturais, científicas/ensino, desportivas, sociais e económicas, constituindo-se como a sua plataforma privilegiada de comunicação. Impulsionará ainda uma rede internacional de *Media Cities* que integra as capitais dos países da língua oficial portuguesa.

6.2 Conservar e promover o património cultural

- **Reviver a Lisboa industrial: espaços, objetos e pessoas** — “Conservação dinâmica” das zonas que albergaram polos industriais relevantes para a cidade de Lisboa, incluindo as zonas portuárias, através do seu mapeamento, identificação e catalogação, fotografia dos sítios arquitetónicos mais relevantes, identificação de objetos industriais, o seu restauro em casos relevantes e, eventualmente, um tratamento antropológico e de história oral. Como resultado uma memória digital em 3D, a integrar numa apresentação digital interativa que permitiria visitar os edifícios e os objetos, num contexto histórico da indústria em Lisboa.
- **Reabilitação urbana e revitalização económica da Baixa Pombalina** e candidatura a Património da Humanidade — Revitalização da Baixa através da integração de diferentes dimensões: mobilidade, eficiência energética, empreendedorismo e criação de emprego e da recuperação do património edificado. Transformar a zona na principal área comercial da cidade: um centro comercial a céu aberto, onde esteja disponível o melhor que Portugal tem para oferecer nos diferentes domínios (produtos, serviços, gastronomia, cultura, inovação). Área de excelência ao nível do espaço público, mobilidade sustentável e baixas emissões de carbono.
- **Reabilitação do património arquitetónico (erudito e vernacular) da Estrada Velha de Chelas** — Mediante o seu estudo e divulgação. Intervenção ao nível da reabilitação das vilas operárias ainda existentes. Promoção turística

desta via, articulada a partir da maisvalia que é o Museu do Azulejo, mediante a publicação de um roteiro e o impulso ao comércio.

- **Lisboa aos quadradinhos: O azulejo no espaço público** – Criação do Banco Municipal do Azulejo, cujo fundamento decorre da recolha e disponibilização destes elementos cerâmicos e/ou as matrizes, para a produção de réplicas, acessíveis a qualquer entidade individual ou coletiva, pública ou privada, para a manutenção do azulejo *in situ*. Pretende-se assim apoiar a recuperação de fachadas azulejadas, simplificando procedimentos, colaborando com apoio técnico e promovendo apoios financeiros.

6.3 Valorizar a interculturalidade e promover a cidadania

- **AFRICA.CONT** – Criar nas Terceiras do Marquês o primeiro centro de cultura contemporânea africana na Europa, que seja uma representação permanente das criações contemporâneas nas artes plásticas, performativas, musicais, literárias, entre outras, não limitando a sua relação com as artes a uma perspetiva etnográfica.
- **Festival criativo e cultural de Lisboa** – Reconhecendo a necessidade de internacionalização da cidade de Lisboa como capital criativa e cultural, propõe-se a inclusão de um festival emblemático da cidade que lhe confira essa dimensão a nível europeu, incluindo iniciativas como a projeção de espetáculo multimédia 3 D, em Vídeo Mapping, no Terreiro do Paço.
- **Outras fés, outras crenças** – Inventariação das minorias religiosas em Lisboa. Elaboração de conteúdos jornalísticos com autorretratos, caracterização sociológica, demográfica, histórica e doutrinária de confissões religiosas não-católicas.
- **Avaliação do Festival Todos** – O Festival Todos é um evento organizado desde 2009 pela CML. O mesmo não tem sido alvo de avaliação, daí que o objetivo deste projeto é a avaliação do evento enquanto evento intercultural e motor de desenvolvimento local.
- **Construir a cidadania: de Lisboa para o mundo** – Ciclo de exposições e debates em que se fará uma divulgação de projetos de Educação para o Desenvolvimento e de Cooperação de diversas organizações ligadas a estas áreas.
- **Educação para a interculturalidade** – Incluindo a promoção da tolerância, a compreensão da diversidade, o combate à exclusão social, a promoção de políticas de proximidade e a igualdade de acesso à cultura.
- **Publicação periódica “Os novos Lisboaetas”** – Publicação de uma revista de imprensa destinada a reforçar os laços entre os Lisboaetas e as comunidades estrangeiras residentes na cidade de Lisboa. Esta nova plataforma de comunicação, permitirá às diferentes comunidades interagirem de forma diferente, promovendo o diálogo intercultural e potenciando a riqueza da interculturalidade para a cidade de Lisboa.

6.4 Conhecimento/boas práticas

- **Reabilitando a herança industrial: o papel das práticas culturais** – Análise do papel da cultura e das práticas culturais na transformação de antigos espaços industriais Lisboaetas. Os objetivos do estudo são: recolher e inventariar as iniciativas deste tipo na cidade de Lisboa; analisar a transformação histórica das representações destes espaços; analisar os processos de requalificação, destacando, especificamente, o papel dos atores culturais; analisar a conexão entre as políticas e iniciativas da sociedade civil.
- **Mapa estratégico para as indústrias criativas** – Elaboração de um mapa estratégico com as oportunidades e desafios no sector das indústrias criativas, com a previsão de desenvolvimento e oportunidades no sector, incluindo políticas públicas, a longo prazo, situando também a cidade de Lisboa no contexto europeu.

7. Governança e outras condições para o sucesso da intervenção

Para além dos projetos devem ser considerados outros aspetos, visando assegurar as condições institucionais adequadas, para potenciar a eficiência e a eficácia das intervenções, nomeadamente:

- **Monitorização e avaliação** das diversas iniciativas e eventos promovidos;
- **Desenvolvimento de condições facilitadoras da criação e produção cultural, criativa e artística** – nomeadamente, a promoção de competências nos agentes e públicos da cultura, o desenvolvimento de políticas integradas de

programação dos equipamentos, a criação de uma plataforma de colaboração, informação e trabalho em rede entre os diversos agentes, entre outros;

- **Revisão do modelo de governança cultural da cidade** – prosseguir a criação e o aperfeiçoamento de mecanismos de governação existentes a diversos níveis:
 - Simplificar e eliminar barreiras entre criadores e estruturas de produção e a Câmara;
 - Articulação entre serviços municipais;
 - Integração das diversas políticas setoriais (urbanismo, desenvolvimento social, turismo, educação, juventude, entre outras);
 - Clarificação das políticas de apoio e financiamento aos agentes culturais.
- **Aumentar e melhorar a colaboração e comunicação com outros agentes** – nomeadamente, com estruturas culturais e institucionais (à escala nacional, regional, intermunicipais e local, em particular as juntas de freguesia e o tecido associativo da cidade), bem como com agentes culturais e económicos da cidade.

AFIRMAÇÃO DO TURISMO NA BASE ECONÓMICA DE LISBOA

Projeto estruturante: Centro de Congressos

1. Enquadramento

A afirmação do turismo na base económica de Lisboa, explorando as dimensões Negócios/ Património/ Cultura é uma das vias de dinamização da economia da cidade. O turismo é um dos setores em maior crescimento na Europa, e Lisboa tem vindo a afirmar-se enquanto destino turístico, ambicionando aumentar o seu capital de atração neste domínio. Tendo em conta os segmentos turísticos de maior oportunidade para Lisboa, as intervenções neste domínio são multifacetadas, envolvendo desde a valorização e incentivo de componentes culturais e patrimoniais até à criação de novos equipamentos e produtos e à melhoria da informação destinada aos turistas. A construção de um Centro de Congressos com maior capacidade de acolhimento, uma das intervenções mais estruturantes neste âmbito, permitirá explorar o nicho dos grandes congressos de negócios.

2. Eixos de intervenção

Para afirmar de forma significativa o turismo na base económica de Lisboa, de modo a criar um impacto que ultrapasse as implicações diretas para o setor e que tenha também consequências positivas visíveis no que respeita à criação de emprego, desenvolvimento da economia local e aumento da capacidade de atração de recursos e pessoas para a cidade, é necessário intervir em diversos domínios, capitalizando com os recursos específicos existentes na cidade, incentivando as potencialidades que ainda se encontram pouco exploradas e criando novas capacidades e valências na mesma. Neste sentido, considera-se essencial uma forte aposta nos segmentos e nichos de maior oportunidade para Lisboa e na melhoria da informação e divulgação da oferta turística de Lisboa. Para além das intervenções propriamente ditas, é necessário ainda promover a produção de conhecimento sobre a cidade, o seu património e outros elementos que possam ser valorizados em termos de oferta turística, contribuindo para a produção de conteúdos de qualidade.

A intervenção visando a afirmação do turismo na base económica de Lisboa deve assim contemplar diversos eixos de ação complementares:

- Valorização do potencial instalado
- Novos segmentos/produtos/nichos
- Melhoria da informação/divulgação
- Conhecimento/boas práticas

Para cada um destes eixos foi identificado um conjunto de projetos, propostos por diversas entidades, que se listam sumariamente no esquema seguinte e são detalhados no ponto 6.

AFIRMAÇÃO DO TURISMO NA BASE ECONÓMICA DE LISBOA

| Projeto estruturante: Centro de Congressos | |
|------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|
| Valorização do potencial instalado | |
| Revitalização do Museu Nacional de História Natural e da Ciência e Jardim Botânico | UL |
| Ampliação das instalações do Museu Nacional de Arte Antiga | MNAA |
| Requalificação do Torreão Poente do Terreiro do Paço | PC |
| Requalificação do MUDE | PC |
| Belém <i>Museum District</i> | ATL |
| Tapada e Jardim Botânico da Ajuda | ISA-UTL |
| Lisboa a crescer: à beira Tejo com arte e lazer | IGNITE |
| Património desportivo de Lisboa e turismo ativo | CIES-IUL |
| Criação de percursos e roteiros | DMPRGU, FCL ISA-UTL, FA-UTL ISCTE-IUL, AERLIS IGNITE, CALL |
| Novos segmentos/produtos/nichos | |
| Hotel Escola | ISTE-IUL |
| Portugal 'Best of' | PU |
| Museu do Terramoto e da Reconstrução | CALL, IST-UTL, FCT-UNL |
| Parque de lazer/temático | ATL, FEEM |
| Alojamento <i>low cost</i> | FA-UTL |
| <i>Living in Lisbon</i> | AECOPS |
| Turismo de saúde | FEEM |
| Promoção de eventos e congressos científicos | ATL, ACL |
| Melhoria da informação/divulgação | |
| Reforço da promoção de Lisboa enquanto destino turístico | AERLIS, ATL |
| Criação de novas plataformas e conteúdos | AERLIS, ISCTE-IUL, ESCS-IPL |
| LxA: Serviço de informação turística e cultural de Lisboa em realidade aumentada | ISEGI-UNL |
| Conhecimento/boas práticas | |
| Estudos de <i>benchmarking</i> de estratégias de desenvolvimento turístico | CALL |
| Turismo sénior em Lisboa | LNEC |

3. Principais parceiros a envolver

- Associação de Turismo de Lisboa
- Operadores turísticos
- Programadores, promotores de eventos, produtores e agentes culturais
- Instituições de ensino superior
- Associação Comercial de Lisboa, UACS, AERLIS, AIP, AHRESP
- Câmara Municipal de Lisboa

4. Potenciais fontes de financiamento

De nível nacional:

- A incluir na ITI/áreas privilegiadas de intervenção da AML (trabalho em curso JML)
- Acordo de Parceria/ Programas nacionais de promoção fatores competitividade
- Acordo de Parceria/ Programa regional
- ITI Lisboa

Outras fontes:

- Europa Criativa

5. Projeto estruturante

Nesta temática foi identificado como projeto estruturante e emblemático, com capacidade de arrastamento e de contribuir para a concretização desta intervenção, o seguinte projeto:

Centro de Congressos – Construção de um Centro de Congressos com capacidade para os congressos de maior dimensão (mais de 5000 mil participantes), a localizar no centro da cidade, onde seja relevante a oferta hoteleira já instalada.

6. Projetos

Para cada eixo da intervenção foi feito um primeiro exercício de listagem e aglutinação dos projetos propostos que poderão contribuir para a concretização da intervenção, e que se apresentam seguidamente

6.1 Valorização do potencial instalado

- **Revitalização do Museu Nacional de História Natural e da Ciência e Jardim Botânico** – Promover a salvaguarda do património dos museus e jardim, desenvolver as infraestruturas (água e energia) para promover a sustentabilidade do jardim e criar condições para acolher adequadamente os visitantes.
- **Ampliação das instalações do Museu Nacional de Arte Antiga** – Expondo aproximadamente 10% do acervo que detém, o Museu necessita de crescer, por molde a cumprir com eficácia a sua missão de preservação e promoção do património que conserva, bem como de resolver o problema das suas acessibilidades.
- **Requalificação do Torreão Poente do Terreiro do Paço** – a ser desenvolvida de forma integrada com projeto de renovação do Museu da Cidade.

- **Requalificação do MUDE** – Projeto de intervenção faseado, com vista a tornar o Museu autossustentável, dotando-o de espaço de restaurante e loja, e valorizando o auditório.
- **Belém Museum District** – Reforçar o destino turístico do “Belém Museum District” reordenando os espaços museológicos, nomeadamente com a alteração da localização do atual Museu de Arqueologia, e com incorporação de uma estratégia de comunicação, informação e divulgação. Englobar num projeto integrado que inclua intervenções no espaço público, sinalética, soluções diversificadas de mobilidade interna, articulação da oferta museológica incluindo programação, bilhética e *cross selling*, criação de estruturas de apoio aos turistas, animação e comunicação.
- **Tapada e Jardim Botânico da Ajuda** – Divulgar a Tapada da Ajuda, dando a conhecer a sua história, património e oferecer também um espaço de recreio e lazer. Propõe-se a criação de um Museu da Máquina Agrícola, a divulgação de roteiros temáticos (botânico, agrícola e florestal) e da Festa da Flor de Lisboa (no Pavilhão de Exposições), um circuito de manutenção, uma rede ciclável que faça a ligação de Monsanto a Belém e produção de materiais de divulgação, e o desenvolvimento do projeto *Greenhouse Jazz*, que é o prolongamento natural do processo de recuperação do Jardim Botânico da Ajuda, prevendo a recuperação de uma estufa para espetáculos de jazz à noite, com apoio de restauração.
- **Lisboa a crescer: à beira Tejo com arte e lazer** – Disponibilizar a zona situada à beira Tejo, que vai da Gare Marítima de Alcântara-Mar até à Rocha Conde de Óbidos, para uma fruição pública integrada no campo do turismo cultural de Lisboa, com destaque particular para as próprias Gares Marítimas.
- **Património desportivo de Lisboa e turismo ativo** – Ligar e promover a comunidade a partir das memórias associadas ao Património desportivo e mostrar como é que a cidade se entende a partir destas narrativas, das identidades e identificações que estas competições criam e/ou inventam, dos territórios que fixa e/ou efemeramente constroem. E todo esse entendimento da cidade pode ser feito explorando, para o efeito, vários sentidos: o visual, acede de qualquer lado ao Património Memória por Exposições Virtuais criadas em QR-Code; o percurso turístico clássico de visita a uma Exposição e/ou evento (conferência nos lugares icónicos); uma experiência sensorial plena e, de bicicleta, percorre qualquer um dos percursos georreferenciados e/ou realiza durante um dia ou mais percursos ligados com os Clássicos 50km e 100 km, ou mesmo uma Volta a Portugal saindo e chegando a Lisboa por ecovias previamente desenhadas e historicamente documentadas.
- **Criação de percursos e roteiros:**
 - **Percursos pedonais inclusivos** – Definir e implementar percursos pedonais temáticos e inclusivos na cidade de Lisboa, que permitam outro tipo de descoberta da cidade, quer pelos turistas, quer pelos seus habitantes, tendo por base o património material e imaterial da cidade, definindo e implementando todos os dispositivos de apoio aos percursos, tanto analógicos, como digitais, reforçando a sua interatividade.
 - **Colina do Castelo / Colina Ecuménica** – Valorização e divulgação de percursos que têm a água e as religiões como guião e fio condutor, assente numa rede de mobilidade ativa, assistida e sustentável na Colina do Castelo. Esta Colina foi, historicamente, o território onde conviveram judeus, muçulmanos e cristãos, e denota o aproveitamento das águas subterrâneas e de captação de superfície, característica testemunhada pelos vestígios subsistentes de arquitetura ligada à água.
 - **Rota dos Jesuítas** – Roteiro que liga diversas colinas, indo do Largo Rodrigues de Freitas ao Colégio dos Nobres, e que revisita um conjunto de espaços emblemáticos desta comunidade religiosa, como seja a primeira escola jesuíta do mundo (Colégio de Santo Antão o Velho).
 - **Lisboa, Cidade do Conhecimento** – Lisboa tem sido historicamente uma plataforma de trocas entre todos os continentes, possuindo um património científico importante, que materializa esta aventura passada e a atualiza, no presente e no futuro, através das suas universidades e instituições científicas. Pretende-se divulgar este património ímpar e largamente desconhecido, mediante três componentes: i) identificação dos núcleos e o estabelecimento de rotas reunindo locais de significativo património científico e histórico; ii) conservação do património; e iii) produção de conteúdos (guias online, para *iPad* e *smartphones*).
 - **Itinerâncias e percursos da memória: o património urbano e arquitetónico de Lisboa** – Propõe-se o desenho e a realização de um Roteiro pelo Património Urbano e Arquitetónico de Lisboa, que inclua perspetivas inovadoras e integradas na reflexão, identificação, levantamento e proposta dos lugares mais relevantes para a compreensão da História e Cultura da cidade, com identificação das necessidades de projeto de requalificação dos espaços públicos nesse lugares símbolo (incluindo miradouros e pontos de vista) e sua concretização em publicação tradicional e em suporte digital, e desenvolvimento de propostas de projetos de requalificação.

- **Roteiros literários: (Re)Descobrir Lisboa através das palavras** – Este projeto apresenta como objetivo a promoção do património cultural da cidade através da literatura, especificamente a promoção de Lisboa e da língua e cultura portuguesa através da criação e implementação de roteiros literários.
- **Outros roteiros temáticos** – Criação de um conjunto de roteiros temáticos, por exemplo, roteiro que dê a conhecer a realidade, no presente, de uma Lisboa cosmopolita, multicultural, multiétnica e multirreligiosa, e os seus vários espaços de vivência, prática religiosa, lazer, restaurantes e o comércio; roteiro com base em personalidades da vida cultural portuguesa; roteiros para crianças; roteiro ligado à água e aos fontanários (aproveitando o conceito Tap Bottle), entre outros.
- **Percursos interativos.**

6.2 Novos segmentos/produtos/nichos

- **Hotel Escola** (Escola de referência mundial no setor) – Construção de um hotel universitário e residências e respetiva Escola de ‘*Hospitality and Tourism Management*’, em particular, de espaço de laboratórios, restauração e cozinhas de última geração. Atividades: Toda a fileira de *Hospitality and Tourism*; licenciaturas, mestrados, doutoramentos, investigação e formação de executivos, com uma aposta forte em ciências gastronómicas e em laboratórios de qualidade, bem como de certificação e provas de produtos.
- **Portugal ‘Best of’** – Promoção do melhor da produção nacional na principal ‘montra’ da cidade, o eixo Avenida da Liberdade-Baixa.
- **Museu do Terramoto e da Reconstrução** – Criação de um museu sobre o terramoto de 1755 e a reconstrução de Lisboa pós-sismo, e que permita recordar a história do terramoto de 1755, mostrar os planos e a reconstrução da cidade, observar a mostrar os planos e a reconstrução da cidade, observar a Gaiola Pombalina, apresentar as modernas técnicas de reabilitação, reforço e reparação de estruturas, e onde exista uma biblioteca da reabilitação e temas afins, um auditório e um simulador de sismos para os visitantes.
- **Parque de lazer/temático** – Criação de um parque lazer/temático (Aterro da Expo) de grandes dimensões especialmente direcionado para as famílias.
- **Alojamento low cost** (por ex^o na Cidade Central) – Revalorização, para alojamento direcionado ao mercado de deslocações *low cost*, de edifícios com difícil aproveitamento para o mercado tradicional. Criação de pequenos *clusters* deste tipo de oferta turística, com sinalética própria e com intervenção no espaço urbano envolvente.
- **Living in Lisbon** – Incremento do turismo residencial vocacionado para estrangeiros de elevado rendimento (reformados, profissionais altamente qualificados), utilizando a procura externa para promover a reabilitação.
- **Turismo de saúde** – com especialização em áreas com tratamentos continuados e prolongados em regime ambulatorio.
- **Promoção de eventos e congressos científicos.**

6.3 Melhoria informação/divulgação

- **Reforço da promoção de Lisboa enquanto destino turístico** – Criação de uma marca; promoção externa; internacionalização da cidade (promoção e angariação de investidores na cidade de Lisboa ao nível do imobiliário e turismo).
- **Criação de novas plataformas e conteúdos** – Desenvolvimento das plataformas necessárias, em particular na área tecnológica, nomeadamente com aplicações para PDA’s, com informação turística, recomendação de eventos, conteúdos de museus, roteiros turísticos, etc. de Lisboa. Desenvolver conteúdos, nomeadamente, relativamente a cenas históricas marcantes da cidade (por ex^a conquista e cercos de Lisboa; restauração da independência; autos-de-fé; Tejo, comércio e Descobertas; o terramoto e a reconstrução; a ditadura salazarista; a revolução de 25 de abril, etc.).
- **LxA: Serviço de informação turística e cultural de Lisboa em realidade aumentada** – Construir um serviço de informação em realidade aumentada para a cidade de Lisboa.

6.4 Conhecimento/boas práticas

- **Estudos de benchmarking de estratégias de desenvolvimento turístico.**

- **Turismo sénior em Lisboa: Como tornar os hotéis mais atrativos para a população sénior?** – O projeto tem como principal objetivo o apoio às unidades hoteleiras da cidade na melhoria das suas condições de atratividade para a população sénior. Para a concretização deste objetivo, pretende-se: i) identificar as características e serviços que os hotéis e os espaços adjacentes devem ter para responderem às necessidades e expectativas dos hóspedes seniores; ii) dar consultoria à realização de intervenções de adaptação/remodelação dos hotéis. O projeto será desenvolvido para uma amostra representativa das unidades hoteleiras do município de Lisboa, de modo aos resultados poderem ser generalizados aos restantes hotéis da cidade.

7. Governança e outras condições para o sucesso da intervenção

Para além dos projetos devem ser consideradas diversas ações visando assegurar as condições institucionais adequadas, para potenciar a eficiência e a eficácia das intervenções, nomeadamente:

- **Plataforma de envolvimento dos atores** relevantes no sector e que promova a articulação com os potenciais produtores de conhecimento e conteúdos suscetíveis de valorização da oferta turística da cidade.
- **Promover a interligação da oferta turística.**

LISBOA CAPITAL DO MAR

Projeto estruturante: Campus do Mar

1. Enquadramento

A afirmação de Lisboa enquanto Capital do Mar impõe o aproveitamento das potencialidades associadas à sua localização e à exploração dos recursos marinhos. Em particular, o quadro de oportunidades aberto pelo alargamento da Plataforma Continental é muito relevante, sendo fundamental afirmar Lisboa enquanto espaço de localização de algumas das atividades e centros de conhecimento associados à exploração dessas iniciativas. Afirmer Lisboa como Centro de Conhecimento do Mar e reforçar as atividades ribeirinhas é também determinante.

A localização em Lisboa da Agência de Segurança Marítima Europeia, vem acentuar o potencial de Lisboa, enquanto cidade Atlântica, podendo alavancar mais funcionalidades relacionadas com esta temática a nível europeu.

2. Eixos de intervenção

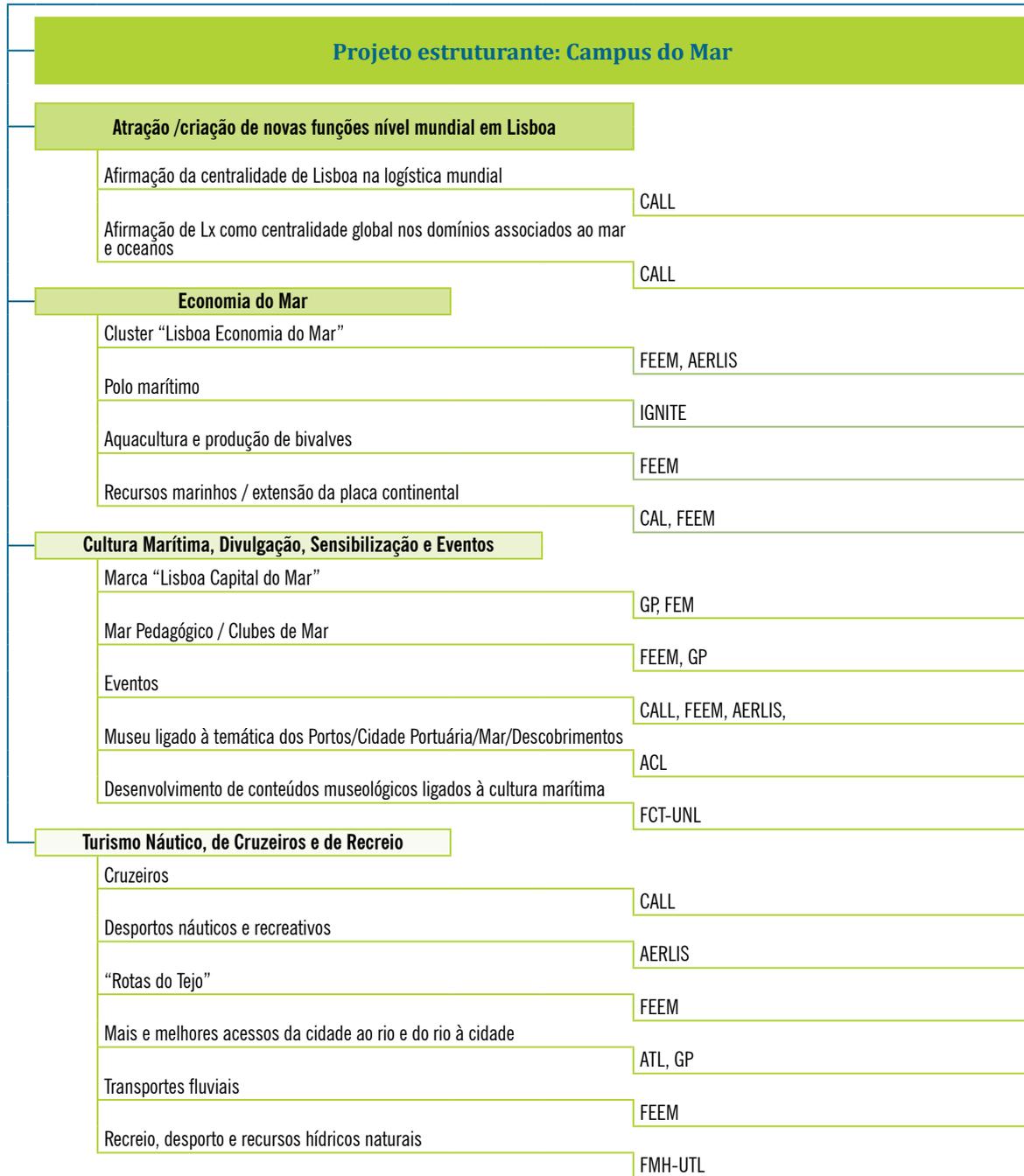
Tornar Lisboa na “Capital do Mar” implica atuar múltiplas dimensões, que vão desde a promoção das atividades económicas e da investigação ligadas à exploração dos recursos marítimos, ao aproveitamento das potencialidades para as atividades náuticas de turismo e de recreio, à promoção da prática de desportos náuticos na população jovem, e ao aproveitamento e valorização dos recursos identitários, memoriais e patrimoniais ligados à exploração marítima.

A intervenção visando a afirmação de Lisboa enquanto Capital do Mar deve assim contemplar diversos eixos de ação complementares:

- Atração /criação de novas funções nível mundial em Lisboa
- Economia do Mar
- Cultura Marítima, Divulgação, Sensibilização e Eventos
- Turismo Náutico, de Cruzeiros e de Recreio

Para cada um destes eixos foi identificado um conjunto de projetos, propostos por diversas entidades, que se listam sumariamente no esquema seguinte e são detalhados no ponto 6.

LISBOA CAPITAL DO MAR



3. Principais parceiros a envolver

- Fórum Empresarial do Mar
- Empresas multinacionais localizadas/a localizar em Lisboa
- Associações empresariais
- Porto de Lisboa
- Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional – Universidades, Centros de Investigação, Laboratórios de Estado
- Escolas
- Câmara Municipal de Lisboa

4. Potenciais fontes de financiamento

De nível nacional:

- A incluir na ITI/áreas privilegiadas de intervenção da AML (trabalho em curso JML)
- Acordo de Parceria/ Programas nacionais de promoção dos fatores competitividade e do reforço do potencial humano
- Acordo de Parceria/ Programa regional

Outras fontes:

- Programas Cooperação Territorial
- Programa COSME
- Horizonte 2020

5. Projeto estruturante

Nesta temática foi identificado como projeto estruturante e emblemático, com capacidade de arrastamento e de contribuir para a concretização desta intervenção, o seguinte projeto:

Campus do Mar – Rede Universitária que reúna as “Ciências do Mar”, concebida em articulação com as várias Universidades, integrando, todas as áreas do saber, como, a título de exemplo, cursos a desenvolver pelo IST (como a Construção Naval), pela Faculdade de Farmácia (Recursos Marinhos), ou pela Faculdade de Direito (Direito Marítimo). O Campus do Mar poderá integrar/coordenar também os Polos do Mar que já existem e venham a existir no País no que à área de Investigação diz respeito, como por ex^a da Nova SBE (Maritime Business). As parcerias com outras Universidades Europeias, como o *Maritime Institute* na Irlanda, bem com outras fora da Europa, são também fundamentais e serão implementadas.

6. Projetos

Para cada eixo da intervenção foi feito um primeiro exercício de listagem e aglutinação dos projetos propostos que poderão contribuir para a concretização da intervenção, e que se apresentam seguidamente.

6.1 Atração /criação de novas funções nível mundial em Lisboa

- **Afirmação da centralidade de Lisboa na logística mundial** – O alargamento do Canal do Panamá e as alterações na logística mundial abrem novas oportunidades para Portugal no que respeita à ligação entre rotas marítimas e os corredores de mobilidade europeus. Portugal não deve deixar passar esta oportunidade e Lisboa, como capital do país, deve aproveitar para se posicionar neste grande interface e criar ligações com cidades ibéricas para além de Madrid.
- **Afirmação de Lisboa como centralidade global nos domínios associados ao mar e oceanos** – Afirmação de Lisboa enquanto centro de redes globais, explorando a localização em Lisboa das Agências Europeias.

6.2 Economia do Mar

- **Cluster “Lisboa Economia do Mar”** – Fortalecer a identidade marítima da cidade e a especialização da sua economia, apoiando a criação e instalação de empresas marítimas, valorizando a dimensão no setor da educação, tornando a cidade num destino de cultura e turismo e num polo de excelência de atividades de investigação, tecnologias e inovação marítimas.

- **Polo marítimo** (Doca de Pedrouços) – Regenerar e reconstruir os edifícios da antiga Docapesca, edificando um espaço multidisciplinar agregador e gerador de sinergias que o transforme num ponto de excelência e qualidade da cidade, referenciado no plano nacional e internacional, como o espaço de criação de massa criativa e de afirmação económica da designada “Economia do Mar”. Potenciar as áreas da investigação, empreendedorismo, incubação e consolidação de novas empresas associadas a atividade económica do mar.
- **Aquacultura e produção de bivalves** – Promoção de explorações piscícolas de que é exemplo o projeto inovador em curso de criação de “Camarinha” (alimento para piscicultura), no Samouco, em terrenos da Lusoponte, concessionados.
- **Recursos marinhos / extensão da placa continental** – Com a recente expansão da placa continental há imensas oportunidades a explorar e Lisboa deverá assumir um papel de “Centro” nesse processo, concentrando as atividades de maior valor associadas a essa exploração, como sejam as atividades de investigação, o desenvolvimento da robótica submarina, etc..

6.3 Cultura Marítima, Divulgação, Sensibilização e Eventos

- **Marca “Lisboa Capital do Mar”** – Criação de uma marca ligada aos conjuntos de iniciativas a desenvolver / assumir institucionalmente a Marca “Lisboa Capital do Mar”.
- **Mar Pedagógico / Clubes de Mar** – Lançamento de projetos pedagógicos para incutir a cultura náutica em crianças e jovens (identificação de locais a visitar com capacidade atrativa, complemento da Educação Física com desportos náuticos - vela, remo e motonáutica, etc.). Tornar a vela um desporto acessível para todas as crianças que o pretendam praticar e tornar possível, através da prática de atividades em ambiente de lazer/desporto, um primeiro contacto com o Mar. Este projeto traduz um objetivo maior de integrar na formação de base das crianças que frequentam os 2ºs e 3ºs ciclos a temática do Mar. Pretende-se que esta sensibilização evolua para uma abordagem curricular a definir com o Ministério da Educação.
- **Eventos:**
 - **Workshops internacionais/congressos sobre frentes de água, clima e oceanos** – Com enfoque no clima e nos oceanos, com uma estratégia de convite a personalidades que pela sua projeção internacional, capacidade económica e “visão”, poderá ser uma mais-valia para eventos desta natureza contribuindo simultaneamente para dar visibilidade a Lisboa.
 - **Regatas de barcos tradicionais** – A embarcar/desembarcar no Terreiro do Paço, durante o período da festas de Lisboa; potencial associado à reabilitação dos terminais fluviais, a arte da construção naval de embarcações tradicionais, dos “Avieiros” e toda a cultura gastronómica associada.
 - **Temas marítimos** – Dar visibilidade aos temas marítimos em festivais a organizar em Lisboa.
 - **Eventos subaquáticos** – Organização de eventos subaquáticos para conhecimento da plataforma marítima de Lisboa.
- **Museu ligado à temática dos Portos/Cidade Portuária/Mar/Descobrimientos** (por exº. **na Frente Ribeirinha**) – O Porto de Lisboa tem um vasto espólio armazenado, que tem vindo a ser catalogado e identificado (desmaterializado) e que poderá constituir um acervo interessante para um museu relacionado com esta temática. Paralelamente, deverá capitalizar-se com a história e a memória dos Descobrimientos portugueses.
- **Desenvolvimento de conteúdos museológicos ligados à cultura marítima** – Por exemplo, conceção de um sistema que conjugasse toda a literatura relativa aos descobrimientos com os locais da cidade de Lisboa (ou além mar) onde os acontecimentos relatados se deram. Outro exemplo, desenvolvimento de uma viagem sobre os locais por onde passam os Lusíadas, ou a Peregrinação de Fernão Mendes Pinto, com imagens, vídeos, mapas (da época, recentes, de filmes, etc.).

6.4. Turismo Náutico, de Cruzeiros e de Recreio

- **Cruzeiros** – Reforçar a oferta e capacidade de atração.
- **Desportos náuticos e recreativos** – Promoção interna e externa de desportos náuticos e recreativos (pesca desportiva, mergulho, caça submarina, vela, remo, etc.).
- **“Rotas do Tejo”** – Associado ao SPEA (*Bird Watching*).

- **Mais e melhores acessos da cidade ao rio e do rio à cidade** – Criação de pontos de amarração que permitam o acesso à cidade por parte de quem chega por mar (turismo náutico) e a democratização do acesso dos cidadãos de Lisboa ao rio e ao mar, através da construção de equipamentos que permitam e simplifiquem o acesso à água de pequenas embarcações e assim a fruição massificada da frente ribeirinha. A criação de melhores acessibilidades ao rio poderá ainda concretizar inovadoras ofertas ao Turismo, criando, a título de exemplo, os “táxis” entre as duas margens.
- **Transportes fluviais** – Reforço dos transportes fluviais com efeitos relevantes de diminuição das emissões de CO2. Possibilidade de implementar percursos fluviais longitudinais (Parque das Nações/Algés) e da construção de um estaleiro de náutica de recreio.
- **Recreio, desporto e recursos hídricos naturais** – Caracterizar o uso atual e potencial do estuário do Tejo para atividades desportivas e recreativas em suporte aquático, com otimização das interações com a atividade económica da cidade, nomeadamente o turismo. Serão usados suportes de informação de fácil acesso, e articulados com sectores de atividade baseados no Tejo. Da sua concretização resultarão linhas diretoras para a atividade IDT e para a cidade em geral, com implicações ao nível do turismo, da recreação, da educação, do associativismo desportivo, e do bem-estar e qualidade de vida da população.

7. Governança e outras condições para o sucesso da intervenção

Para além dos projetos devem ser considerados outros aspetos, visando assegurar as condições institucionais adequadas, para potenciar a eficiência e a eficácia das intervenções, nomeadamente:

- **Comunidade Intermunicipal do Rio Tejo** - Criação de uma Comunidade Intermunicipal com a missão de conceber e concretizar projetos supramunicipais destinados a potenciar a fruição comum da frente ribeirinha do Tejo. A parceria entre concelhos e uma visão territorial de âmbito supramunicipal, trará aos projetos uma dimensão potenciadora de maior capacidade na obtenção de financiamentos e de maior eficiência na execução.
- **Gestão integrada do Porto e das docas de Lisboa.**



REABILITAÇÃO DO PARQUE EDIFICADO/PREVENÇÃO DE RISCOS

Projeto estruturante: Reabilitação de edifícios para melhoria da eficiência energética e da resistência sísmica

1. Enquadramento

A capacidade de atração e retenção da população exige uma oferta habitacional adequada. No contexto de uma cidade consolidada, mais do que promover a construção nova, a reabilitação do edificado é essencial para assegurar a conservação do património arquitetónico, o aumento da atratividade, da qualidade de vida e do ambiente urbano, bem como para garantir o estímulo à atividade económica e à investigação em termos de novos materiais e técnicas construtivas que a promoção desta reabilitação pode configurar. Por outro lado, dada a necessidade de consolidar maior sustentabilidade ambiental e prevenir os efeitos dos riscos associados a catástrofes, é fundamental intervir no edificado para melhorar a eficiência energética e a robustez estrutural, nomeadamente para fazer face ao risco sísmico. Neste contexto, a criação de instrumentos de promoção da reabilitação dos edifícios e da investigação e inovação em domínios associados a essa reabilitação é de capital importância.

2. Eixos de intervenção

Tendo em conta as especificidades da cidade de Lisboa em termos de parque edificado e de vulnerabilidade aos riscos, as preocupações crescentes relativas à preservação ambiental, independência face aos combustíveis fósseis e racionalização dos recursos, bem como as oportunidades abertas pelo próximo período de programação financeiro comunitário, torna-se incontornável realizar uma forte aposta na redução da vulnerabilidade do parque construído aos riscos — em particular no que respeita à melhoria da resistência sísmica do parque edificado —, bem como na melhoria da sustentabilidade do mesmo. Para além destes aspetos sectoriais da reabilitação, considera-se que é fundamental promover e facilitar a melhoria do estado de conservação dos edifícios e a reabilitação de áreas degradadas, de modo a promover a atratividade da cidade e a maximizar as oportunidades para fixação de pessoas e atividades. Paralelamente, a passagem do paradigma da construção nova para o paradigma da reabilitação implica uma reorientação do setor que o prepare para as diferentes exigências das intervenções e garanta a qualidade das mesmas, o que se pretende apoiar fundamentalmente mediante a formação e qualificação de agentes do sector. Por último, é ainda necessário aprofundar o conhecimento e divulgar as boas práticas, que permitam apoiar e melhorar as intervenções nestes domínios.

A intervenção visando a Reabilitação do Parque Edificado/Prevenção de Riscos deve assim contemplar diversos eixos de ação complementares:

- Melhoria da resistência sísmica dos edifícios e redução da vulnerabilidade urbana a riscos físicos e catástrofes
- Melhoria da sustentabilidade dos edifícios
- Reabilitação de áreas e edifícios degradados
- Formação e qualificação de agentes do sector
- Conhecimento/boas práticas





Para cada um destes eixos foi identificado um conjunto de projetos, propostos por diversas entidades, que se listam sumariamente no esquema seguinte e são detalhados no ponto 6.

REABILITAÇÃO DO PARQUE EDIFICADO/PREVENÇÃO DE RISCOS

Projeto estruturante: Programa de reabilitação de edifícios para a melhoria da eficiência energética e da resistência sísmica

Melhoria da resistência sísmica dos edifícios e redução da vulnerabilidade urbana a riscos físicos e catástrofes

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| Instrumentos de financiamento | CALL |
| Ação prioritária de aumento da resistência sísmica dos edifícios Pós-pombalinos/REGEU | CALL |
| Escola_Forte_Lx | IST-UTL |
| Minimização do risco de incêndio em projetos de reabilitação de edifícios | LNEC |
| Recomendações para a reabilitação estrutural / sísmica de edifícios em LX | LNEC |
| Projeto REHABTOOLBOX Parte II | GECORPA |
| ITE municipal: Inspeção Técnica dos Edifícios do património habitacional municipal | PHDS |
| Mapeamento de risco sísmico para o edificado | DMHDS |

Melhoria da sustentabilidade dos edifícios

| | |
|--------------------------------------------------|---------------|
| Instrumentos de financiamento | CALL |
| Caderno E21 | IGNITE |
| Contrato Performance | AECOPS |
| Programa-piloto Escritórios/Comércio | AECOPS |
| Mais energia menos carbono | FA-UTL |
| <i>Eco-Transformer Architecture</i> | FA-UTL |
| Reabilitação energética de bairros sociais | AECOPS, FC-UL |
| Monitorização de consumo/desempenhos energéticos | AECOPS E-NOVA |

Reabilitação de áreas e edifícios degradados

| | |
|----------------------------------------------------------------|-----------|
| Reabilitação exemplar de um quarteirão da Baixa Pombalina | GECORPA, |
| Reabilitação urbana de núcleos históricos | DMPRGU |
| Reabilitação 100 | PU |
| LxData_Aplicação móvel para apoio aos processos de urbanização | ISCTE-IUL |
| Reabilitação para arrendamento municipal | IGNITE |
| Reabilitar sem destruir | IGNITE |

| Formação e qualificação de agentes do sector | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|
| Projeto 'Estaleiro-Escola' | GECORPA |
| Projeto 'Formação de encarregados/ encarregados gerais em escolas técnico-profissionais' | GECORPA |
| Formação avançada em técnicas de reabilitação estrutural de paredes de edifícios antigos | FCT-UNL |
| Mobilizar os centros de formação | GECORPA |
| Qualificação dos projetistas e dos técnicos na área da conservação e reabilitação | FA-UTL |
| Certificação das profissões | GECORPA |
| Conhecimento/boas práticas | |
| Observatório do risco sísmico | PU |
| Risco sísmico | LNEC, ISEGI-UNL, DMHDS, ADIST-UTL, IST-UTL, FCT-UNL |
| Eficiência energética | LNEC, ISCTE-IUL |
| ENERG-ACQUA: Comportamentos eficientes e sustentáveis no uso de recursos | LNEC |
| Escola sustentável | IST-UTL |
| Adequação da reabilitação habitacional à procura atual | ISCTE-IUL, FA-UTL, IMOE |
| Projetos de outro futuro: construir no (e com) o construído | FA-UTL |
| Recomendações técnicas para a reabilitação de edifícios na cidade de Lisboa | LNEC |
| Valores de referência de preços para trabalhos de reabilitação de edifícios | LNEC |
| Elaboração de relatórios sobre os valores histórico-patrimoniais dos edifícios (...) | ISCTE-IUL |
| REVIHIST: Revestimentos históricos: critérios e técnicas de conservação | LNEC |
| Avaliação do impacto económico e ambiental da corrosão na cidade de Lisboa | ISEL-IPL |
| Avaliação de danos em edifícios após a ocorrência de um sismo | LNEC |
| Bases para a elaboração de estudos prévios para a reabilitação de património: estruturas metálicas | IPL |
| Divulgação de casos de sucesso na área da reabilitação urbana e património histórico | CALL |

3. Principais parceiros a envolver

- Associações e empresas do sector da construção
- Proprietários e promotores imobiliários
- Sector financeiro
- Empresas do sector da energia



- Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional – Universidades, Centros de Investigação, Laboratórios de Estado
- Câmara Municipal de Lisboa

4. Potenciais fontes de financiamento

De nível nacional:

- A incluir na ITI/áreas privilegiadas de intervenção da AML (trabalho em curso JML)
- Acordo de Parceria/ Programa regional
- Possível ITI Lisboa

Outras fontes:

- Ações inovadoras no domínio do desenvolvimento urbano sustentável
- Fundos JESSICA segunda geração
- Horizonte 2020

5. Projeto estruturante

Nesta temática foi identificado como projeto estruturante e emblemático, com capacidade de arrastamento e de contribuir para a concretização desta intervenção, o seguinte projeto:

Programa de reabilitação de edifícios direcionado para a melhoria da eficiência energética e da resistência sísmica – Criação de um programa emblemático que apoie de forma integrada as intervenções com vista à melhoria da eficiência energética e da resistência sísmica do parque edificado.

6. Projetos

Para cada eixo da intervenção foi feito um primeiro exercício de listagem e aglutinação dos projetos propostos que poderão contribuir para a concretização da intervenção, e que se apresentam seguidamente.

6.1 Melhoria da resistência sísmica dos edifícios e redução da vulnerabilidade urbana a riscos físicos e catástrofes

- **Instrumentos de financiamento** – Criação de instrumentos de financiamento para apoiar as intervenções de reabilitação urbana visando a melhoria da resistência sísmica dos edifícios. Estes instrumentos deverão dar resposta ao financiamento de intervenções mais integradas, bem como apoiar intervenções individuais promovidas pelos proprietários.
- **Ação prioritária de aumento da resistência sísmica dos edifícios “Pós-pombalinos-REGEU”** (especialmente na coroa consolidada) – Com a adulteração das referências pombalinas e o significativo aumento do número de pisos no final do século XIX, a introdução dos primeiros elementos de betão armado (de primeira geração) e posterior introdução gradual de estruturas reticuladas, até à entrada em vigor da primeira legislação sísmica dos tempos modernos (1958) a construção passou por um período que associa uma deficiente capacidade de resistência estrutural aos eventos sísmicos, associada a um período de considerável expansão da cidade. As suas características de vulnerabilidade construtiva e a sua grande representatividade no tecido urbano da cidade consolidada justificam que estes edifícios sejam alvo de uma ação prioritária com vista ao aumento da sua resistência sísmica.

- **Minimização do risco de incêndio em projetos de reabilitação de edifícios na cidade de Lisboa** – A aplicação da legislação na área da segurança ao incêndio aos edifícios existentes coloca dificuldades por conter exigências desadequadas, pelo que se apresenta este projeto que tem os seguintes objetivos fundamentais: a) elaboração de um método de análise de risco em edifícios existentes (MARIE) que permita elaborar cartas de risco, quantificar o risco inicial do edifício, a melhoria introduzida e o risco após a intervenção; b) definição de recomendações técnicas a cumprir nas obras realizadas em edifícios existentes de reduzida complexidade que não justifiquem a aplicação do MARIE; c) apresentação de soluções construtivas que permitam dar cumprimento às recomendações técnicas definidas para os edifícios de reduzida complexidade; d) aplicação das metodologias propostas nos itens anteriores a um caso de estudo (quarteirão).
- **Recomendações para a reabilitação estrutural / sísmica de edifícios na cidade de Lisboa** – A reabilitação estrutural e sísmica da maioria dos edifícios de Lisboa não está enquadrada por regulamentação aplicável. A atividade a desenvolver no presente projeto será organizada segundo três linhas de ação: i. definição de medidas conducentes à redução da vulnerabilidade sísmica das construções antigas em Lisboa; ii. ações de formação dos quadros técnicos da autarquia em domínios conexos com a segurança estrutural e sísmica; iii. apoio de consultoria aos serviços e técnicos da autarquia.
- **Projeto REHABTOOLBOX Parte II** – Aplicar e monitorizar os resultados do Projeto de Técnicas Pouco Intrusivas de Reforço Estrutural de Edifícios Antigos (financiado pelo QREN) em contexto real, à escala do edifício/quarteirão.
- **ITE municipal: Inspeção Técnica dos Edifícios do património habitacional municipal** – Caracterização do nível de estado de conservação da totalidade do Património Municipal edificado com uniformização de critérios e registo informático único desta informação, garantindo a qualidade de dados para a sua correta utilização no âmbito da determinação do preço técnico das frações, da avaliação do risco sísmico e ações preventivas a implementar e atualização do valor patrimonial do bem.
- **Mapeamento de risco sísmico para o edificado** – Pormenorizar a carta de risco sísmico e identificar os edifícios mais sensíveis em todos os instrumentos de gestão territorial.

6.2 Melhoria da sustentabilidade energética dos edifícios

- **Instrumentos de financiamento** – Criação de instrumentos de financiamento para apoiar as intervenções de reabilitação urbana visando a melhoria da sustentabilidade energética dos edifícios. Estes instrumentos deverão dar resposta ao financiamento de intervenções mais integradas, bem como apoiar intervenções individuais promovidas pelos proprietários, configurando uma nova geração de programas participados.
- **Caderno E21** – produção de um Caderno de Encargos versando a sustentabilidade, para definição dos projetos (construção e reabilitação) de edifícios e futura manutenção. Esse caderno de encargos, “Caderno E21”, refletiria diretrizes obrigatórias e o espectro de materiais e equipamentos aconselháveis a um desempenho sustentável dos edifícios e à futura manutenção. Essas diretrizes seriam adaptadas como normas para a elaboração de projetos quer de produção interna à CML, quer encomendados a empresas externas.
- **Contrato Performance** – Programa piloto de implementação Contrato Performance com operador de referência num bairro da cidade.
- **Programa-piloto Escritórios/Comércio** – Programa-piloto de promoção eficiência energética nos edifícios de escritórios (Exemplo: Zona central de Lisboa) ou em Centros Comerciais.
- **Mais energia menos carbono** – Desenvolver projetos *Nearly Zero-Energy Buildings* (NZEB), com características arquitetónicas locais aliadas à tecnologia, de modo a valorizar a identidade e a imagem da cidade existente. Esta solução tanto pode ser a construção de uma nova ‘pele’ que reduza os consumos e possibilite a produção de energia, como pode sugerir a construção de um edifício novo ou uma intervenção no espaço público envolvente (por Exº, transformar a Avenida da República numa Avenida NZEB).
- **Eco-Transformer Architecture** – Conceção e transformação de edifícios de forma totalmente inovadora, através da criação de um sistema arquitetónico móvel que permite a reconfiguração da geometria parcial ou total das fachadas, produzindo alterações dinâmicas das formas dos edifícios, mediante sistemas mecânicos e eletromagnéticos, alimentados energeticamente por componentes fotovoltaicos. A patente encontra-se sob registo pertencente à parceria entre a Universidade Técnica de Lisboa e a Universidade Nova de Lisboa.
- **Reabilitação energética de bairros sociais** – Tem por objetivo introduzir sistemas solares térmicos em bairros sociais,



conseguindo assim um duplo impacto: redução de emissões devidas ao consumo de energia fóssil e diminuição de custo de vida para os utilizadores de habitação social.

- **Monitorização de consumo/desempenhos energéticos:**
 - **Smartgrids** – Conceber *smartgrids* (redes inteligentes) para monitorizar consumos/desempenhos energéticos à escala urbana.
 - **Monitorização e acompanhamento das instalações municipais eletricamente abastecidas em média tensão** – Mensalmente são avaliados os perfis de consumo das instalações e identificadas medidas de melhoria ao nível da gestão e utilização do edifício. Num futuro próximo a análise de consumos deverá ser complementada com a instalação de sistemas de monitorização em tempo real.

6.3 Reabilitação de áreas e edifícios degradados

- **Reabilitação exemplar de um quarteirão da Baixa Pombalina** – reabilitação e revitalização pouco intrusiva e amiga do Património dum quarteirão pombalino, incluindo a melhoria do desempenho e a mitigação do risco sísmico. O projeto deverá constituir um exemplo, tendo em vista os requisitos das três vertentes da sustentabilidade: i) social, ajudando a salvaguardar imóveis de grande valor enquanto objetos culturais e referências identitárias, proporcionando habitação de qualidade e localização central e facilitando a renovação do tecido social da Baixa e da estrutura demográfica da sua população; ii) ambiental, ao “construir no construído e com o construído” evitando os consumos de materiais e energia e a produção de entulhos associados à construção nova; iii) económica, funcionando como âncora para a revitalização da Baixa e a fixação de novas atividades, face ao conhecido efeito multiplicador deste tipo de investimento.
- **Reabilitação urbana de núcleos históricos** – Identificação e sistematização das características geotécnicas e construtivas de edifícios nos Núcleos Históricos de Lisboa, para definição de propostas de intervenção-tipo no espaço público e de consolidação e reforço estrutural como medida de prevenção de riscos e melhoria do desempenho energético-ambiental dos edifícios. Capacitação de empresas e operários especializados nas intervenções de reabilitação.
- **Reabilitação 100** – Reabilitação emblemática de 100 edifícios privados com localização estratégica, através de obras convencionadas/coercivas.
- **LxData Aplicação móvel para apoio aos processos de urbanização** – O objetivo deste projeto é conceber uma aplicação para dispositivos móveis que permita o acesso a dados sobre a caracterização dos edifícios existentes nos centros urbanos, que reduza o tempo para obtenção dos dados necessários para informar um projeto de arquitetura sobre o edifício/local em causa, facilite as tarefas de inspeção ou fiscalização dos técnicos municipais, mediante o uso de tecnologias móveis como *smartphones* e *tablets*.
- **Reabilitação para arrendamento municipal** – Reabilitação e colocação no mercado de oferta habitacional municipal para arrendamento. O arrendamento urbano municipal deveria ser mais diversificado, não se limitando apenas ao arrendamento social (por natureza deficitário), garantindo um equilíbrio financeiro global através dos lucros obtidos pela colocação de imóveis municipais no mercado livre de arrendamento. Esta medida permitiria oferecer habitação a diferentes estratos da população, designadamente jovem, mantendo as mais-valias imobiliárias, oferecidas aos particulares na venda de habitação a custos controlados, na posse do município e contribuindo para a regulação do mercado de arrendamento. Esta garantia de retorno financeiro permitiria ainda a reabilitação dos imóveis devolutos municipais.
- **Reabilitar sem destruir** – Implementar algumas ações de baixo custo para reabilitar sem destruir, destinadas principalmente a áreas urbanisticamente desqualificadas, como as AUGIS, em Lisboa e arredores, constituídas muitas vezes por edifícios pouco qualificados, cujo sistema construtivo de carácter permanente (estrutura em betão armado) e dimensões (por vezes atingem 6 pisos e mais) dificultam a tradicional (e dispendiosa) solução de destruir tudo para construir de novo.

6.4 Formação e qualificação de agentes do sector

- **Projeto ‘Estaleiro-Escola’** – Realização de ações de formação em “estaleiro”, permitindo conjugar os conhecimentos teóricos com a prática da reabilitação em edifícios/quarteirões que ficariam reabilitados no final da formação, estrategicamente selecionados para maximizar a aprendizagem e o impacto da sua reabilitação.

- **Projeto ‘Formação de encarregados / encarregados gerais em escolas técnico-profissionais’** – No setor da reabilitação/conservação as necessidades são muito diferentes da construção nova, o que implica competências distintas. O projeto propõe ações de formação para encarregados em escolas técnico-profissionais, adaptadas às necessidades específicas da reabilitação de edifícios.
- **Formação avançada em técnicas de reabilitação estrutural de paredes de edifícios antigos** – Elaboração de documento (manual) de referência com as principais anomalias estruturais, técnicas de inspeção e diagnóstico e técnicas de reabilitação de paredes e fundações de edifícios antigos, com ênfase para as paredes de alvenaria de pedra tradicional. O documento servirá de base a ações de formação avançada de técnicos da CML e de empresas de construção que pretendam obter formação na área de reabilitação estrutural de edifícios antigos.
- **Mobilizar os centros de formação** – Mobilizar os centros de formação existentes em torno de uma estratégia comum de formação que apoie a qualificação e reorientação do setor da construção para reabilitação do edificado.
- **Qualificação dos projetistas e dos técnicos na área da conservação e reabilitação** – formação específica dirigida ao aumento da qualificação dos projetistas e dos técnicos na área da conservação e reabilitação. Tendo em conta que a qualidade da conservação depende diretamente da qualidade do processo de conhecimento prévio, serão desenvolvidos os seguintes conteúdos: i) bases para a elaboração de estudos prévios para a reabilitação do património arquitetónico; ii) estruturação de documentos de referência para organizar o processo de conhecimento necessário e base para o processo de representação (do desenho aos dados a ter em conta, por diversas disciplinas).
- **Certificação das profissões** – Projeto que visa a certificação das profissões (+ de 100) na construção que permita promover a qualidade da intervenção de reabilitação mediante a certificação dos seus agentes.

6.5 Conhecimento / boas práticas

- **Observatório de risco sísmico** – Constituição de uma estrutura de acompanhamento municipal e com Instituições universitárias e promotores da área da construção para acompanhar e detetar situações anómalas.
- **Risco sísmico** – Conjunto de estudos que visam a identificação e sistematização das características geotécnicas e construtivas e do estado de conservação dos edifícios de Lisboa (antigos e recentes, e ao nível do edifício/quarteirão), bem como infraestruturas de transportes (pontes, viadutos, túneis e outras estruturas integrantes das redes rodo e ferroviária) e identificação dos fatores de ordem social, económica e institucional que se colocam a uma política pública de mitigação do risco sísmico. Os estudos neste âmbito têm por objetivos a avaliação da vulnerabilidade face ao risco sísmico, a definição de estratégias de intervenção (edifício/quarteirão) e de propostas de consolidação e reforço estrutural, o mapeamento do nível de vulnerabilidade social e o apoio à tomada de decisões fundamentadas visando a mitigação do risco, que permita não só a garantia de salvaguarda de pessoas e bens, como o normal funcionamento da cidade em caso de catástrofe e ainda o normal funcionamento das atividades sociais e económicas em situações de pós-sismo. Esta caracterização das estruturas construídas poderá permitir ainda a melhoria do desempenho energético-ambiental dos edifícios, a elaboração de manuais e especificações de reabilitação para projetistas, informar as ações de formação dos técnicos do setor e garantir a qualidade de dados cadastrais para a sua correta utilização no âmbito da determinação do preço técnico das frações e atualização do valor patrimonial do bem e atualização do IMI a cobrar.
- **Eficiência energética** – Desenvolvimento de estudos que permitam apoiar a reabilitação térmica do edificado, nomeadamente, mediante o desenvolvimento de um modelo integrado de projeto de sistemas passivos para a eficiência energética, a identificação de um conjunto otimizado de medidas viáveis/acessíveis de reabilitação térmica e energética e o suporte à decisão sobre quais as componentes de construção que deverão ser substituídas/reabilitadas, que tenha potencial de aplicação em larga escala (territorial e social) no município de Lisboa, e que estabeleça um equilíbrio ótimo, em termos de rentabilidade, entre os investimentos efetuados e os custos de energia economizados ao longo do ciclo de vida do edifício.
- **ENERG-ACQUA: Comportamentos eficientes e sustentáveis no uso de recursos** (água e energia) – Estudo comparativo da eficácia de diferentes formas de monitorização e de *feed-back* de consumos de recursos naturais (água e energia) na promoção de uma cidade ambientalmente sustentável e eficiente na forma como os seus habitantes utilizam os recursos, incentivando a utilização de recursos renováveis e a continuidade dos sistemas naturais, aumentando a resiliência urbana através da promoção de medidas comportamentais adaptativas.
- **Escola sustentável** – Com o presente projeto propõe-se aprofundar o conhecimento sobre a utilização dos edifícios escolares e o potencial de gerar dinâmicas que influenciem o desempenho energético e a sustentabilidade. A procura

da sustentabilidade na reabilitação e gestão dos edifícios escolares terá um duplo objetivo: reduzir o impacto ambiental dos edifícios escolares, mas também a promover comportamentos mais responsáveis, estimulando uma mudança cultural, necessária para alcançar objetivos integrados de sustentabilidade.

- **Adequação da reabilitação habitacional à procura atual** – Estudos que permitam aprofundar o conhecimento sobre as estratégias e produtos residenciais e dos padrões de procura de habitação no contexto da atual crise económica e de transformações sociodemográficas com impacto na procura de habitação e identificar as características físicas preferenciais dos usuários, estabelecendo conexões entre o desenho urbano, as soluções edificadas e o tipo de iniciativa permite identificar áreas de maior ou menor grau de interesse por parte da população. Pretende-se com estes estudos criar conhecimento que apoie as estratégias de atração e fixação de população em Lisboa.
- **Projetos de outro futuro: construir no (e com) o construído** – Na oportunidade de responder aos novos desafios colocados no âmbito da habitação urbana como a reordenação e recomposição do agregado familiar, perante as alterações multiétnicas e multiculturais aceleradas a que assistimos (outras comunidades, outros vizinhos) propõe-se a realização de uma reflexão sobre novos modelos de intervenção reabilitadora, formalizando possibilidades de projeto e estudando novas hipóteses de heterofuncionalidades e de novas (hetero)tipologias na reabilitação de edifícios pré-modernos.
- **Recomendações técnicas para a reabilitação de edifícios na cidade de Lisboa** – A aplicação da regulamentação técnica da construção nas obras em edifícios existentes pode conter exigências desadequadas ou ser omissa relativamente a algumas exigências. Neste quadro, propõe-se o desenvolvimento de um projeto com os seguintes objetivos: definir recomendações técnicas a cumprir nas obras realizadas em edifícios existentes; apresentar exemplos de soluções construtivas que cumprem recomendações técnicas; desenvolver um método para verificar a satisfação das recomendações técnicas. No projeto serão estudadas as exigências de espaço e equipamento, segurança contra incêndios, acessibilidade, proteção contra o ruído, economia de energia e isolamento térmico, e instalações técnicas.
- **Valores de referência de preços para trabalhos de reabilitação de edifícios** – Desenvolver uma base de dados com valores de referência para os trabalhos mais correntes e significativos na área da reabilitação de edifícios. Esta base de dados integrará fichas de rendimentos, nas quais, para cada trabalho de reabilitação, serão identificados os recursos associados (materiais, equipamento e mão-de-obra), os respetivos custos unitários e o custo e preço do trabalho.
- **Elaboração de relatórios sobre os valores histórico-patrimoniais dos edifícios sujeitos a obras de reabilitação** – Elaboração realizada por alunos de relatórios sobre os elementos arquitetónicos e os sistemas construtivos que caracterizam os edifícios antigos, destacando o que deve ser preservados, precavendo-se riscos de destruição de valores histórico-patrimoniais durante as operações de reabilitação urbana. Do relatório constará também um estudo sumário sobre a história da zona onde estão implantados.
- **REVHIS: Revestimentos históricos: critérios e técnicas de conservação** – Este projeto propõe a definição de uma matriz de critérios de conservação de revestimentos para edifícios históricos eruditos e vernaculares (até ao início século XX), orientando a implementação de uma intervenção qualificada e vocacionada para a salvaguarda destes elementos construtivos.
- **Avaliação do impacto económico e ambiental da corrosão na cidade de Lisboa** – Elaboração de um estudo sobre o impacto económico e ambiental da corrosão na cidade de Lisboa. O estudo deverá abranger os custos diretos relacionados com a inspeção, reparação e manutenção de estruturas e infraestruturas da cidade afetadas por problemas de corrosão, bem como estimar os custos indiretos, tais como danos ambientais, o seu impacto na vida e segurança das pessoas e bens. Tem também como objetivo propor a implementação de tecnologias e métodos inovadores que contribuam para a redução do impacto económico e ambiental da corrosão.
- **Avaliação de danos em edifícios após a ocorrência de um sismo** – O presente projeto pretende contribuir para a atualização do Plano Municipal de Emergência de Lisboa, propondo-se desenvolver as ferramentas necessárias para auxiliar a avaliação de danos em edifícios correntes após a ocorrência de um sismo que afete a cidade de Lisboa, identificar possíveis medidas de atuação imediatas que permitam ultrapassar ou corrigir situações de insuficiência ou de risco, elaborar diversas recomendações sobre a habitabilidade de edifícios correntes e estabelecer um programa de formação dos técnicos deste Município.
- **Bases para a elaboração de estudos prévios para a reabilitação de património: estruturas metálicas** – Projeto para dotar a cidade de Lisboa de uma ferramenta que permita a melhor sistematização e qualificação para as intervenções de projetistas na área da conservação e da reabilitação do património baseado em estruturas metá-

licas. Propomos formalizar as bases para a elaboração de estudos prévios para a reabilitação do património; uma estruturação de documentos de referência para organizar o processo de conhecimento necessário e as bases para o processo de documentação e de representação (do registo, do desenho aos dados a ter em conta, para integrar as diversas disciplinas do conhecimento no processo de projeto).

- **Divulgação de casos de sucesso na área da reabilitação urbana e património histórico** – Projeto que visa promover a divulgação de boas práticas, a troca de experiências e a sensibilização para a reabilitação urbana e do património histórico.

7. Governança e outras condições para o sucesso da intervenção

Para além dos projetos devem ser consideradas diversas ações visando assegurar as condições adequadas para potenciar a eficiência e a eficácia das intervenções, nomeadamente:

- **Parcerias** – Reforço da cooperação entre a Autarquia, empresas e outras entidades para identificar, promover e executar programas de reabilitação; reforço da cooperação entre os atores da cidade para a definição de um quadro legislativo e institucional favorável ao investimento em reabilitação.
- **Via Rápida para a Reabilitação** – garantia de celeridade no processo de licenciamento e redução dos custos de contexto.

ACESSIBILIDADE PARA TODOS / MOBILIDADE INTELIGENTE E INCLUSIVA

Projeto estruturante: Lisboa cidade acessível

1. Enquadramento

O fomento da mobilidade sustentável é uma prioridade, quer do ponto de vista ambiental e económico, quer social. No espaço urbano, essa questão coloca-se com particular acuidade dada a concentração de tráfego e os movimentos pendulares, com as respetivas consequências em termos de emissões, qualidade de vida e funcionamento urbano. Lisboa tem ainda como agravante a sua orografia, com implicações relevantes para a acessibilidade, em particular de idosos, crianças ou pessoas com mobilidade condicionada. Uma intervenção global no domínio da mobilidade sustentável e inclusiva na cidade de Lisboa, conjugando novas tecnologias, incentivo à utilização de transportes coletivos, acalmia e moderação de tráfego e soluções de acessibilidade para todos, articulada com intervenções de escala metropolitana, pode gerar importantes contributos para a prossecução das metas da Estratégia Europa 2020 no que se refere à redução de emissões de carbono. Terá ainda um efeito relevante em termos de combate à exclusão, otimização do funcionamento e gestão das infraestruturas e melhoria da qualidade de vida e do ambiente urbano, aspetos fundamentais da estratégia de desenvolvimento da cidade.

2. Eixos de intervenção

Para alcançar os objetivos de Acessibilidade para Todos / Mobilidade Inteligente e Inclusiva na cidade de Lisboa, a intervenção terá de ser abrangente e tocar diferentes aspetos da mobilidade e acessibilidade urbanas, de forma sinérgica e integrada, que vão desde a aposta na redução da dependência energética e das emissões e da melhoria da gestão do tráfego e da logística urbana, à promoção dos meios suaves de locomoção e da acessibilidade, sem esquecer a criação de conhecimento e promoção de boas práticas. Para tal, a intervenção deve contemplar diversos eixos de ação complementares:

- Mobilidade sustentável e inclusiva
- Micrologística e logística urbana
- Mobilidade suave ciclável
- Mobilidade suave pedonal / Acessibilidade para todos
- Conhecimento/boas práticas

Para cada um destes eixos foi identificado um conjunto de projetos, propostos por diversas entidades, que se listam sumariamente no esquema seguinte e são detalhados no ponto 6.

ACESSIBILIDADE PARA TODOS / MOBILIDADE INTELIGENTE E INCLUSIVA

| Projeto estruturante: Lisboa cidade acessível | |
|----------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|
| Mobilidade sustentável e inclusiva | |
| <i>Lisbon Smart City Program</i> | DMTT |
| CITELIS: Controlo inteligente de tráfego de Lisboa | DMTT |
| <i>Adaptive Open Traffic Management System</i> | ISEL-IPL |
| Mobilidade elétrica em Lisboa | E-NOVA |
| Rede de larga escala de dispositivos multiusos sensíveis ao movimento e de baixo custo | ISCTE-IUL, FCT-UNL |
| Plataforma de serviços e produtos da mobilidade | EMEL |
| Fiscalização de estacionamento por leitura de matrícula | EMEL |
| CITY VEECO | ISEL-IPL |
| Corredores da TCSP | DMTT |
| Sinalização indicativa | DMTT |
| Micrologística e logística urbana | |
| Plano de logística urbana para os bairros históricos de Lisboa | PM |
| Gestão das cargas e descargas | EMEL |
| Geração de atividade logística por sector de atividade | IST-UTL |
| Mobilidade suave ciclável | |
| Eco-pista ribeirinha Algés-Expo | FCSH-UNL |
| Pista ciclável no Lumiar | CALL |
| Lisboa-Ciclo-Metro | IGNITE |
| Melhoria e integração das vias cicláveis existentes | UL |
| Promoção das bicicletas elétricas | IST-UTL |
| Uso turístico e estudantil de bicicletas na cidade de Lisboa | FCSH-UNL |
| Sistema de <i>Bike-Sharing</i> elétrico | EMEL |
| <i>B-Energy</i> | FA-UTL |
| Mobilidade suave pedonal / Acessibilidade para todos | |
| Lisboa amiga - Percursos para todos | IGNITE |
| Elevador do Corpo Santo | CALL |
| INCLUI | FA-UTL |
| Passagem pedonal e ciclável sobre a A5 | PAUEV |

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|
| Moderação da circulação e apoio à mobilidade pedonal na Baixa e Centro Histórico da cidade | DMTT |
| Conhecimento/boas práticas | |
| Mobilidade urbana, redes e interfaces | ISCTE-IUL, FA-UTL IST-UTL, ISEL-IPL |
| Rede ciclável na cidade e comportamentos associados | ISCTE-IUL, FA-UTL |
| Rede pedonal de espaço público | ISCTE-IUL |
| <i>Move to Well Being</i> | IST-UTL |
| <i>MobiNotes</i> : notificações de mobilidade | ISEL-IPL |

3. Principais parceiros a envolver

- Operadores de transportes e estacionamento
- Operadores logísticos
- Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional – Universidades, Centros de Investigação, Laboratórios de Estado
- Empresas novas tecnologias/TIC
- Câmara Municipal de Lisboa

4. Potenciais fontes de financiamento

De nível nacional:

- A incluir na ITI/áreas privilegiadas de intervenção da AML (trabalho em curso JML)
- Acordo de Parceria/ Programa regional

Outras fontes:

- Ações inovadoras no domínio do desenvolvimento urbano sustentável
- Programas de Cooperação

5. Projeto estruturante

Nesta temática foi identificado como projeto estruturante e emblemático, com capacidade de arrastamento e de contribuir para a concretização desta intervenção, o seguinte projeto:

Lisboa cidade acessível - Implementação do Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa, cuja estratégia se orienta para três objetivos específicos: impedir a criação de novas barreiras, promover a adaptação progressiva dos espaços e edifícios existentes e mobilizar a comunidade para a criação de uma cidade para todos. Intervém em cinco áreas operacionais, que resultam do cruzamento das exigências legais com as competências municipais: 1) Via pública, 2) Equipamentos municipais, 3) Fiscalização dos particulares, 4) Articulação com a rede de transportes públicos e 5) Desafios transversais (entre os quais se contam a formação e o turismo acessível).

6. Projetos

Para cada eixo da intervenção foi feito um primeiro exercício de listagem e aglutinação dos projetos propostos que poderão contribuir para a concretização da intervenção, e que se apresentam seguidamente.

6.1 Mobilidade sustentável e inclusiva

- **Lisbon Smart City Program (por ex^o. no Polo Empresarial e Tecnológico de Carnide)** – Propõe-se instalar em Lisboa a cidade sustentável e inteligente do futuro, através do desenvolvimento, teste e introdução de soluções integradas de energia e mobilidade, bem como de tecnologias, produtos e serviços relacionados. Este projeto contará com o envolvimento de cidadãos e da comunidade, empresas, organizações de investigação e desenvolvimento e entidades públicas.
- **CITELIS: Controlo inteligente de tráfego de Lisboa** – Visa melhorar a gestão e a segurança do trânsito de Lisboa, através de diversos subsistemas implementados, tais como sistemas centralizados de semáforos, câmaras de TV, cinemómetros (radar, semáforos acionados por controladores de velocidade e dos painéis de mensagens variáveis, etc.). Outros objetivos deste sistema são a melhoria das condições do tráfego, a agilização da manutenção dos semáforos, a melhoria das condições ambientais e a redução do consumo de energia.
- **Adaptive Open Traffic Management System AOTMS (Reference Implementation)** – Desenvolvimento e validação de arquitetura aberta num quadro de serviços (arquitetura SOA) para o sistema integrado e adaptativo de gestão inteligente de tráfego. A concretização de novos serviços de mobilidade inteligente passa pela necessidade de integrar novos sistemas que terão que interoperar com existentes e novos que venham a ser adotados. Os sistemas TMS existentes são dependentes de um único fornecedor (integrador), o que não permite o desenvolvimento de processos de inovação num quadro competitivo e potenciador de envolvimento de pequenas e médias empresas (PME) da área das TIC.
- **Mobilidade elétrica em Lisboa** – Estratégia para adoção de veículos elétricos na cidade de Lisboa, que conta já com 514 pontos de carregamento na cidade.
- **Rede de larga escala de dispositivos multiusos sensíveis ao movimento e de baixo custo** – Instalação de uma rede de larga escala de dispositivos multiusos de baixo custo com base em componentes sensíveis ao movimento de alta precisão com vista à obtenção de informação exata e fidedigna e monitorização em tempo real e com alta precisão dos movimentos terrestres (atividade sísmica) através da colocação dos dispositivos nos edifícios e ruas da cidade de Lisboa. Esta rede deverá estar ligada a um sistemas de processamento da informação, permitindo assim adquirir, pré-processar e utilizar a informação em “tempo real”, para otimizar recursos, melhorar a qualidade de serviços, e monitorizar infraestruturas críticas e o edificado em geral.
- **Plataforma de serviços e produtos da mobilidade** – Desenho e desenvolvimento de plataforma informática, destinada a computadores, *tablets* e *smartphones*, que permita aceder a informações, serviços e produtos, bem como efetuar reservas ou pagamentos de serviços e produtos de mobilidade urbana da cidade de Lisboa.
- **Fiscalização de estacionamento por leitura de matrícula** – Estudo, análise e desenvolvimento de sistema automático de fiscalização do estacionamento e circulação (controlo das ZER) através de tecnologia de deteção, leitura e registo de matrículas.
- **CITY VEECO** – Desenvolvimento de um veículo de tração elétrica de baixa velocidade e multiusos passível de ser utilizado nas zonas pedonais pelos Serviços Técnicos da CML.
- **Corredores da TCSP** – Estudo e desenvolvimento de dois corredores de transporte coletivo em sítio próprio, de forma a responder às necessidades de deslocação de utentes e residentes, tanto atuais como previsíveis, associados ao desenvolvimento urbanístico em curso.
- **Sinalização indicativa** – Alteração do sistema de sinalização indicativa da cidade com o objetivo de encaminhar o tráfego para as vias com mais capacidade e onde os impactos urbanísticos e ambientais são menores, e proteger do tráfego de atravessamento os bairros residenciais, as áreas universitárias e as de concentração de atividades urbana.

6.2 Micrologística e logística urbana

- **Plano de logística urbana para os bairros históricos de Lisboa** – Implementação de um plano de logística urbana que dê resposta às condições específicas dos bairros históricos de Lisboa.

- **Gestão das cargas e descargas** – Estudo e implementação de sistema inovador inteligente para apoio à gestão e controlo das atividades de logística na cidade de Lisboa, nomeadamente no que diz respeito à utilização racional de lugares de estacionamento na via pública, especialmente reservados para o efeito. O sistema deverá detetar, verificar e validar, em tempo real, a execução das ações de cargas e descargas de âmbito comercial, efetuadas por viaturas registadas e previamente autorizadas.
- **Geração de atividade logística por sector de atividade** – Determinação das necessidades logísticas para os diversos sectores de atividades na cidade de Lisboa. As necessidades logísticas serão caracterizadas através de um conjunto de indicadores a determinar ao longo do projeto.

6.3 Mobilidade suave ciclável

- **Eco-pista ribeirinha Algés-Expo** – Criação de um “eco eixo” ao longo de toda a faixa ribeirinha entre Algés e a Expo, incluindo transporte público “verde” (de preferência elétrico), passeio pedonal e ciclovia. Alguns troços deste eixo já possuem estas características, visando agora garantir-se um percurso contínuo, nas três modalidades (transporte público, via pedonal e ciclovia). Este eixo deve ser articulado transversalmente com os bairros históricos.
- **Pista ciclável no Lumiar** – Construção de pista ciclável desde o Campo Grande até ao Novo Parque Oeste.
- **Lisboa-Ciclo-Metro** – Disponibilização de rede de bicicletas em pontos estratégicos do território da cidade, mediante a utilização de cartões pré-pagos. Na utilização de passes intermodais, passe do Metro ou bilhete diário, criar a possibilidade de utilização das bicicletas mediante um valor simbólico adicional. Criação de um centro de manutenção de bicicletas e uma rotina de recolha para manutenção. Disponibilização de suportes para estacionamento seguro nos restantes pontos do metro/comboios/barcos que servem a cidade.
- **Melhoria e integração das vias cicláveis existentes** – Melhoria do piso e da sinalização horizontal/vertical das pias cicláveis e implantação de locais de descanso cobertos.
- **Promoção das bicicletas elétricas** – O projeto visa desenvolver a utilização da bicicleta elétrica, contemplando os seguintes aspetos: i) avaliação dos potenciais corredores e percursos para a B.E.; ii) ações de sensibilização à população; iii) definição de modelos de negócio; iv) estudos de viabilidade e análise custo-benefício.
- **Uso turístico e estudantil de bicicletas na cidade de Lisboa** – Incentivar a utilização de bicicletas junto de estudantes e turistas da cidade de Lisboa, qualificando a oferta e criando rotas dedicadas que sigam os padrões de mobilidade destes públicos-alvo, quantificando a procura e medindo os efeitos das ações a implementar.
- **Sistema de Bike-Sharing elétrico** – Implementação de um sistema inovador de bicicletas partilhadas (*Bike-Sharing*) com recurso a bicicletas elétricas. Considerando a instalação de “estações” em locais estratégicos de especial relevância turística, maioritariamente servidos por vias cicláveis e coincidentes com os principais eixos da cidade (por ex., Arco Ribeirinho Algés-Expo; Eixo Central Baixa-Entrecampos; Ligação às Colinas Bairro Alto-Castelo).
- **B-Energy** – Desenvolvimento de um dispositivo de acumulação de energia, a ser integrado na bicicleta, que permita acumular a energia produzida pelo utilizador do veículo durante a sua deslocação pela cidade, permitindo a sua utilização como carregador de dispositivos elétricos pessoais.

6.4 Mobilidade suave pedonal / Acessibilidade para todos

- **Lisboa amiga - Percursos para todos** – Criação de uma rede de ascensores como resposta as características morfológicas da cidade, de modo a vencer os desníveis físicos existentes e promover uma mobilidade mais franca e cómoda aos cidadãos, proporcionando uma maior equidade e qualidade no seu viver quotidiano. Por exemplo, elevadores na zona do Castelo, de Alfama e da Graça.
- **Elevador do Corpo Santo** – Para ligar a cidade beira-rio à Alta da Baixa, propõe-se a criação de um novo itinerário, que parte desde o interface do Cais Sodré, seguindo até ao Largo do Corpo Santo, subindo depois até à rua dos Duques de Bragança e ligando os Largos do Chiado e S. Carlos.
- **INCLUI** – Análise e diagnóstico de patologias de acessibilidade em vários edifícios públicos da cidade de Lisboa, com o auxílio de uma ferramenta já desenvolvida, com suporte analógico e informático. Esse levantamento permitirá identificar as barreiras físicas e comunicacionais, e encontrar soluções para a remoção das mesmas, tornando a sua acessibilidade e mobilidade global e inclusiva.
- **Passagem pedonal e ciclável sobre a A5** – O maior parque urbano da cidade de Lisboa encontra-se fraturado por

uma autoestrada (A5) com 8 faixas de rodagem. No âmbito da promoção do Parque Florestal de Monsanto como espaço turístico, quer para servir a Área Metropolitana de Lisboa, quer como atrativo para turistas estrangeiros, é fundamental a minimização dos efeitos barreira e promover a facilidade de acesso ao parque a partir da cidade.

- **Moderação da circulação e apoio à mobilidade pedonal na Baixa e Centro Histórico da cidade** – Implementação de medidas que reduzam a pressão da circulação automóvel (tanto os de transporte individual como os de transporte coletivo de passageiros e de mercadorias – ligeiros e pesados), que melhorem a qualidade do ar e potenciem o seu usufruto pelas pessoas, favorecendo ainda a mobilidade pedonal na zona da Baixa-Chiado e nas colinas do centro histórico da cidade.

6.5 Conhecimento/boas práticas

- **Mobilidade urbana, redes e interfaces** – Conjunto de estudos que visam aprofundar o conhecimento sobre a mobilidade da população da Região de Lisboa, na sua relação com as novas dinâmicas de reestruturação urbana e no que respeita aos padrões de mobilidade laboral e comportamento dos atores sociais envolvidos, bem como no que respeita às tecnologias e gestão de mobilidade, ordenamento do território e clima, alterações climáticas e impactos no meio urbano, de modo a informar o desenvolvimento de modelos de mobilidade urbana sustentáveis e inclusivos. Os estudos incidem ainda sobre as redes de transportes coletivos e interfaces, nomeadamente no que respeita à acomodação do tecido urbano em situações de limite e atravessamento por linhas infraestruturais pesadas, qualificação do espaço público organizado a partir de nós de mobilidade coletiva, e potenciação de espaços multimodais de escala internacional, na relação com a diversificação e atracção de atividades de relevância.
- **Rede ciclável na cidade e comportamentos associados** – Aprofundar o conhecimento relativamente à rede ciclável de Lisboa, no que respeita à ligação dos principais locais de origem e destino da cidade, infraestruturas de transporte, zonas de acalmia de tráfego, tendo em conta as experiências e boas práticas de outras cidades europeias e as práticas quotidianas, necessidades e incentivos aos diversos tipos de utilizadores.
- **Rede pedonal de espaço público** – Aprofundar o conhecimento sobre a relação entre a vida social da cidade e a configuração dos espaços públicos, visando apresentar um projeto-piloto de pedonalização de Lisboa – na sequência das recomendações da carta internacional *Walk21-International Charter for Walking* – que abranja a área central da cidade correspondente à designada “Lisboa das sete colinas” podendo mais tarde vir a ser alargado a toda a cidade e respetiva envolvente.
- **Move to Well Being: Avaliação dos níveis de bem-estar e segurança na mobilidade focado sobre os utilizadores mais frágeis** – O projeto pretende avaliar os aspetos sociais de bem-estar e segurança associados à mobilidade urbana e às suas infraestruturas de suporte.
- **MobiNotes: notificações de mobilidade** – O sistema *MobiNotes* tem como objetivo melhorar a mobilidade na cidade de Lisboa através do envio de informações de mobilidade relevantes para os seus utilizadores.

7. Governança e outras condições para o sucesso da intervenção

Para além dos projetos devem ser considerados outros aspetos, visando assegurar as condições institucionais adequadas, para potenciar a eficiência e a eficácia das intervenções, nomeadamente:

- **Equacionar as questões da mobilidade de forma coordenada com os agentes de transportes coletivos** (Carris, Metro, Fertagus, etc.) e de inscrever os objetivos e orientações para o desenvolvimento futuro da cidade nas suas estratégias de atuação.
- **Pensar as questões da mobilidade a uma escala metropolitana.**
- **Programar de forma integrada** a estratégia de intervenção do município nesta matéria com os grandes projetos nacionais (ex. TGV, aeroporto).

QUALIDADE DE VIDA E AMBIENTE URBANO

Projeto estruturante: Lisboa cidade solar

1. Enquadramento

A melhoria da qualidade de vida e do ambiente urbano são fatores fundamentais, quer para manter a população existente, quer para atrair nova população. Neste âmbito, Lisboa tem de aproveitar todo o seu potencial e reforçar as vantagens oferecidas pela centralidade, pelo seu património cultural, edificado e paisagístico, diminuindo, simultaneamente, os seus inconvenientes. Assegurar a qualidade de vida a todos os seus habitantes e do ambiente urbano na totalidade do seu território são desígnios que a cidade tem de almejar se pretende reduzir as assimetrias e assumir-se como um lugar atrativo para viver para todos os setores da população.

2. Eixos de intervenção

Para alcançar os objetivos de melhorar a qualidade de vida e o ambiente urbano na cidade de Lisboa, a intervenção terá de ser abrangente e tocar diferentes aspetos como sejam a rede de equipamentos, a melhoria do espaço público, as intervenções visando a sustentabilidade ambiental da cidade e ainda um eixo de conhecimento e boas práticas. Para tal, a intervenção deve contemplar diversos eixos de ação complementares:

- Rede de equipamentos
- Espaço público
- Sustentabilidade Ambiental
- Conhecimento/boas práticas

Para cada um destes eixos foi identificado um conjunto de projetos, propostos por diversas entidades, que se listam sumariamente no esquema seguinte e são detalhados no ponto 6.

QUALIDADE DE VIDA E AMBIENTE URBANO

| Projeto estruturante: Lisboa cidade solar | |
|----------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------|
| Rede de equipamentos | |
| Consolidação, racionalização e rendibilização da rede de equipamentos | IMOE, CALL |
| Dispositivo de segurança de Lisboa | PU |
| Espaço público | |
| Requalificação da Madragoa | DMPRGU |
| Requalificação da Doca de Pedrouços | DPRU |
| Frente Ribeirinha da Baixa Pombalina -Cais do Sodré/Corpo Santo | DPRU |
| Frente Ribeirinha da Baixa Pombalina- Campo das Cebolas/Doca da Marinha | DPRU |
| Jardins da Cidade | FCSH-UNL, ISA-UTL |
| Corredores urbanos verdes | CALL, PAUEV |
| Sustentabilidade Ambiental | |
| Implementação dos Planos de Ação da Agenda 21 | FCT-UNL |
| Gestão dos consumos de água e energia | AECOPS, PAUEV, FCT-UNL, IGNITE, E-NOVA, LNEC |
| Paragem-ON | IGNITE |
| Desenvolvimento urbano sustentável: Aplicação no Campus da Universidade | UL |
| Projeto “Eco-Escola” | CALL |
| Protótipo IPL Casa sustentável | IPL |
| Semáforo do ruído e qualidade do ar | IPL |
| Grau de resiliência perante o risco de ocorrência de fenómenos naturais extremos | FCSH-UNL |
| Sistema de aviso de tsunamis | DMPRGU, IST-UTL |
| Abrigos antissísmicos | IPL |
| Rede integrada de coordenação para a proteção civil | ISEL-IPL |

| Conhecimento/boas práticas | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|
| Ambiente urbano/Clima urbano | E-NOVA |
| <i>Urban Efficiency: Evaluation Tool</i> | FA-UTL |
| Eventos extremos hídricos no contexto de alterações climáticas | ISCTE-IUL, LNEC, FCT-UNL, FA-UTL |
| Gestão da água e do território de uma forma integrada | LNEC, IGNITE, E-NOVA |
| MONTEJO | ISEL-IPL |
| Solos contaminados | IPL |
| Resíduos sólidos alimentares | IPL |
| Plataforma para a determinação (...) de investimentos em infraestruturas "verdes" (...) | CALL |
| Monitorização da qualidade ambiental | FCT-UNL, CALL |
| Informação/divulgação | AERLIS, IGNITE |

3. Principais parceiros a envolver

- Proteção Civil
- Empresas do sector energia, água, saneamento básico, recolha de resíduos e reciclagem
- Associações e comunidades locais
- Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional – Universidades, Centros de Investigação, Laboratórios de Estado
- Escolas
- Câmara Municipal de Lisboa

4. Potenciais fontes de financiamento

De nível nacional:

- A incluir na ITI/áreas privilegiadas de intervenção da AML (trabalho em curso JML)
- Acordo de Parceria/ Programa regional

Outras fontes:

- Ações inovadoras no domínio do desenvolvimento urbano sustentável
- Life

5. Projeto estruturante

Nesta temática foi identificado como projeto estruturante e emblemático, com capacidade de arrastamento e de contribuir para a concretização desta intervenção, o seguinte projeto:

Lisboa cidade solar: produção de energia em larga escala em meio urbano –

O Plano de Ação Solar para Lisboa, inserido na Estratégia Energético Ambiental de Lisboa e já iniciado com a produção de uma carta do Potencial Solar de Lisboa com um horizonte de execução de 2010 a 2020, visa promover o potencial solar térmico, designadamente para aquecimento das águas e a exploração de metodologias inovadoras de aproveitamento de sistemas micro-produtores de energia no parque edificado existente e a construir através de tecnologias de energia renovável e reduzir as emissões de CO2 em mais de 20% até 2020.

Considerando que 28% de todas as coberturas de Lisboa estão otimamente orientadas para o aproveitamento da energia solar, recebendo mais de 1600kWh/m²/ano de radiação solar, livres de obstáculos e sombreamentos, existe um potencial de produção 590GWh/ano, ou seja 17% do consumo elétrico do Concelho de Lisboa. Adicionando a este potencial as coberturas orientadas a Oeste, com radiação da ordem dos 1400kWh/m²/ano, será possível colmatar, no total, cerca de 40% das necessidades elétricas de Lisboa através de tecnologias solares, o que constitui uma oportunidade singular no contexto das cidades capitais europeias.

6. Projetos

Para cada eixo da intervenção foi feito um primeiro exercício de listagem e aglutinação dos projetos propostos que poderão contribuir para a concretização da intervenção, e que se apresentam seguidamente.

6.1 Rede de equipamentos

- **Consolidação, racionalização e rendibilização da rede de equipamentos** – Consolidação da rede de equipamentos, promoção do seu uso adequado e acessibilidade universal, com vista à melhoria da qualidade de vida e da coesão social e territorial, bem como à criação de condições para famílias com crianças ou pessoas idosas permanecerem ou ponderarem vir residir para Lisboa. Este projeto terá por base a implementação da Carta de Equipamentos da cidade de Lisboa e a congregação de parcerias com os atores sociais, desportivos e culturais adequados.
- **Dispositivo de segurança de Lisboa** – O conceito do Dispositivo de Socorro da Cidade de Lisboa (DSCL), compreende a i) Construção do Centro Estratégico de Prevenção e Socorro (CEPS) nos terrenos da CIE em Chelas e que reúne as seguintes valências: Estrutura de Comando, serviços de apoio do RSB, Departamento de Proteção Civil, Escola do RSB, Companhia de Intervenção Especial, e parque dos veículos de reserva; ii) Construção do Centro de Comando e Coordenação Operacional (CCCO) no antigo Restaurante Panorâmico de Monsanto; iii) Implantação dos Postos de Socorro Avançados (PSA), em diversas localizações na Cidade, através de construções novas ou da reorganização dos quartéis existentes.

6.2 Espaço público

- **Requalificação da Madragoa** – A área de intervenção deste Programa será coincidente com a do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana da Madragoa, atualmente em elaboração. Prevê-se o restabelecimento da ligação deste bairro ao rio através de passagens pedonais, a requalificação do espaço público com reordenamento de circulação e estacionamento para melhoria de segurança, de acessibilidade e de mobilidade e a renovação da infraestrutura de saneamento. Dada a carência de equipamentos sociais neste bairro, prevê-se ainda o seu complemento, bem como a criação de estruturas que proporcionem emprego e que sejam geradoras de empreendedorismo.
- **Requalificação da Doca de Pedrouços** – Reversão integrada de duas áreas distintas: toda a frente da doca de Pedrouços, área destinada para a futura marina de recreio (que integrará as valências necessárias para a realização de grandes eventos nacionais e internacionais de vela oceânica). A outra zona, constituída pela faixa ao longo da Av. Brasília e os remates com os extremos nascente e poente, será destinada às acessibilidades, estacionamento público, espaços verdes e construção nova.



- **Frente Ribeirinha da Baixa Pombalina - Cais do Sodré/Corpo Santo** – Requalificação e articulação entre os espaços públicos praça do Cais do Sodré (incluindo o Jardim Roque Gameiro) polo das Agências Europeias-Estação do Cais do Sodré e terminal fluvial- praça do Corpo Santo-Ribeira das Naus e área urbana a norte, nomeadamente o Chiado, promovendo a sua relação com a malha urbana consolidada e com o Tejo, contrariando a sua descaracterização e otimizando as condições de circulação pedonal nesta área da cidade.
- **Frente Ribeirinha da Baixa Pombalina- Campo das Cebolas/Doca da Marinha** – O projeto a desenvolver no Campo das Cebolas/Doca da Marinha deverá, de acordo com os objetivos que constam do documento estratégico Frente Tejo, considerar a articulação desta área da cidade em complemento com a envolvente, nomeadamente o tecido consolidado da Sé e de Alfama e o novo terminal de cruzeiros de Lisboa. De forma particular, deverão ser criadas condições no espaço afeto à Doca da Marinha para a estadia de embarcações emblemáticas e conceber a construção de um equipamento cultural nesta área.
- **Jardins da Cidade** – Requalificação do espaço físico dos “jardins de bairro” e reforço da imagem identitária e da integração com a envolvente, bem como dos grandes jardins da cidade (3 Jardins Botânicos, 1 Parque Botânico, 1 Parque Florestal e 1 Jardim Zoológico), que servirão de suporte ao desenvolvimento de ações de promoção da educação e consciencialização sobre a diversidade, o papel dos meios de subsistência sustentáveis e a sua importância para toda a vida na Terra.
- **Corredores urbanos verdes:**
 - **Lumiar** – Ligando o Campo Grande e o Parque Oeste, numa extensão de cerca de 2 Km ao longo Alameda das Linhas de Torres, propõe a plantação de cerca de 800 árvores, limitações ao tráfego, promovendo a melhoria da qualidade do ar, reduzindo a impermeabilização e diminuindo o ruído.
 - **Vale de Alcântara** – Criação de um Corredor Verde Urbano com funções de regularização hídrica para controlo de cheias em Alcântara, drenagem atmosférica, combate à ilha de calor e ligação pedonal e ciclável entre os corredores da Frente Ribeirinha e o Corredor Verde Monsanto - Parque Eduardo VII.
 - **Periférico** – Criação de um corredor verde urbano correspondendo à ligação entre o Parque Florestal de Monsanto e a Área Metropolitana Norte de Lisboa, constituindo um canal verde unificador entre territórios desqualificados, com impacte social relevante pela criação de uma reserva de solos de capacidade de produção de biomassa (hortas urbanas), bem como o controlo de reservas estratégicas de água subterrânea.
 - **Vale Montanha** – Desde a área planáltica do Areeiro até ao Rio Tejo, para Oriente, o Vale da Montanha representa uma importante área estratégica em matéria de retenção e infiltração de águas bem como um espaço fundamental para a conservação de solos com elevada capacidade de produção de biomassa. O projeto consagra a criação de uma bacia de retenção naturalizada para redução da ponta de cheia na bacia, a criação de um percurso de circulação de distribuição de um Parque Hortícola.
 - **Multifuncional Olivais** – A construção de dois parques hortícolas nos antigos viveiros da Avenida do Brasil e nos viveiros da Quinta do Conde Arcos exige uma ligação entre eles, com a construção de uma ligação entre o Parque do Vale Fundão e o novo Parque a Norte. Esta interligação destes parques, associada à matriz verde existente na envolvente, tal como a Alameda da Encarnação, mas também para Norte o Parque Hortícola do Vale de Chelas e o Parque da Bela-Vista, vão proporcionar um corredor estratégico multifuncional de grande importância na cidade.
 - **Multifuncional Oriental** – O Corredor Verde Oriental é uma ligação estruturante potencial, entre o Parque da Bela-Vista e o Rio, passando pelo Parque Hortícola do Vale de Chelas, Parque do Vale Fundão e Parque da Quinta das Flores. Envolve a consignação ao uso de verde de áreas de miolo ainda restantes entre as mesmas, sendo necessário criar-se uma ligação ciclo-pedonal sobre uma via rápida urbana (Avenida do Santo Condestável). O Parque do Vale Fundão deve ser aumentado para nascente à custa da qualificação de uma área para hortas e linha de água associada.

6.3 Sustentabilidade Ambiental

- **Implementação dos Planos de Ação da Agenda 21** – Implementação de projetos articulados contidos no Plano de Ação da Agenda21 que visam o desenvolvimento urbano sustentável nos seguintes territórios: Bairro Quinta do Charquinho (Benfica), Bairro de Telheiras (Lumiar), Bairro Padre Cruz (Carnide), Bairro PER da Ameixoeira (Ameixoeira), Bairro Quinta do Reguengo (Charneca).
- **Gestão dos consumos de água e energia:**
 - **Eficiência energética em equipamentos municipais e espaços públicos** – O âmbito deste projeto refere-se à implementação de medidas de redução do consumo energético em edifícios municipais, mas também em espaços

públicos, quer através da substituição de luminária na iluminação pública mas também pela semaforização. A aposta em energias alternativas em espaços municipais, otimizando a Carta do Potencial Solar é uma vertente a integrar, bem como a substituição integral da frota municipal por veículos a gás ou elétricos, tirando partido da ampla rede de carregamento elétrico da Cidade.

- **Otimização energética e ambiental na recolha de resíduos** – Otimização da recolha de resíduos, através do investimento na melhoria do sistema de transporte a destino final (construção de uma estação de transferência), bem como das condições da recolha no que respeita aos meios de transporte (substituição e adaptação integral das viaturas de recolha a fontes de energia alternativas) e ainda através do aumento do aproveitamento da componente orgânica dos resíduos urbanos (criação de “pequenas centrais de compostagem” para resíduos verdes provenientes de parques e jardins municipais).
- **Sistema otimizado de recolha de vidrões e papelarias** – Sistema de integração de sensores nos contentores que permite redução dos custos da recolha dos mesmos e, ao mesmo tempo, melhores condições de habitabilidade na cidade e quantificação dos resíduos dentro destes contentores.
- **Redução do consumo de água em edifícios públicos** – Instalação de dispositivos redutores de fluxo em edifícios municipais com elevados consumos de água, nomeadamente nos duches, em instalações como as piscinas municipais e outros equipamentos.
- **Eficiência hídrica nos espaços verdes e espaços municipais** – Conjunto de ações concertadas visando a redução drástica do uso de água potável nos espaços verdes e em espaços municipais, constituído por diferentes eixos: i) redução da necessidade de água potável, substituindo-se o coberto de relvados e prados em zonas verdes de baixa carga por prados biodiversos mediterrânicos; ii) construção de uma rede canalizada de água reciclada a partir das ETARs da Cidade, para irrigação dos maiores parques; iii) investimento na renovação de redes de rega obsoletas, reduzindo as perdas e automatizando mecanismos de rega; iv) implementação de mecanismos de recolha, armazenamento e disponibilização de águas pluviais e residuais tratadas como material para sistemas de reutilização em autoclismos, auxiliar em sistemas de arrefecimento e para rega e lavagens.
- **Avaliação dos consumos de água em espaços verdes** – Monitorização de todos os espaços verdes da cidade a fim de qualificar estes espaços em termos dos seus consumos e futuramente monitorizar os mesmos no que concerne às suas necessidades hídricas a fim de regular o processo de rega de acordo com as necessidades.
- **Reutilização de águas tratadas, aproveitamento de águas pluviais** – Projetos piloto nesta área.
- **Paragem-ON** – Paragem de autocarros autossuficiente em termos energéticos através da instalação painéis fotovoltaicos na cobertura. A energia disponibilizada serviria a população com pontos carregamento de baterias de telemóvel, de carros elétricos de deficientes, painéis publicitários e iluminação.
- **Desenvolvimento urbano sustentável: Aplicação no Campus da Universidade** – Desenvolvimento de um “Campus” mais sustentável e aplicação/teste do conhecimento existente sobre o desenvolvimento sustentável (sistema de gestão ambiental para as faculdades, gestão energética dos edifícios, sistema de gestão integrada de resíduos, mobilidade sustentável e inovação social etc.). Promover projetos de investigação relacionados com o desenvolvimento sustentável. Disseminar conhecimento sobre desenvolvimento sustentável, mediante formação ao longo da vida sobre este tema para professores, investigadores e funcionários.
- **Projeto “Eco-Escola”** – Projetos de sensibilização ambiental junto das escolas.
- **Protótipo IPL Casa sustentável** – Criação e construção de 3 protótipos de casas (à escala real) para explorar o desenvolvimento e integração de tecnologias sustentáveis para habitação tradicional e de baixo custo e difusão de formas de construir com menor impacto ambiental e maiores ganhos sociais. Numa fase inicial os protótipos serão usados inicialmente para simular a vivência de uma família de quatro pessoas e monitorizar o seu desempenho não só do ponto de vista energético, mas também de gestão da água e resíduos. Posteriormente os protótipos serão usados para testar a eficiência de novos materiais e tecnologias sustentáveis, para além de simultaneamente constituírem alojamentos para estudantes do ISEL/IPL.
- **Semáforo do ruído e qualidade do ar** – Instalar na cidade de Lisboa um sistema de semáforos do ruído e qualidade do ar, começando por um bairro piloto e promover uma campanha de educação ambiental. O sistema de semáforos do ruído condicionara a circulação de veículos em certas zonas da cidade (sensível ou mista) tendo em consideração o mapa de ruído e o regulamento do ruído e a qualidade do ar da cidade. Em simultâneo, deverá ser desenvolvida uma campanha de sensibilização/educação ambiental com o objetivo de formar e informar a população.

- **Grau de resiliência perante o risco de ocorrência de fenómenos naturais extremos** – Implementar os objetivos de uma estratégia à escala da comunidade nos bairros degradados da cidade de Lisboa, de maneira a reduzir a vulnerabilidade ao desastre, aumentar a consciência da necessidade de aplicar medidas de precaução, dotar as comunidades de mecanismos de prevenção e fomentar a participação na resolução dos seus próprios problemas.
- **Sistema de aviso de tsunamis** – Dotar a cidade de um sistema de aviso de tsunamis, tendo como base a rede de sismógrafos, que avalia o sismo em termos de profundidade e intensidade, poderá ser calculada a probabilidade de ocorrência de *tsunami*. Para além do alerta à população, ter em conta a informação e preparação da mesma para reduzir o número de vítimas em caso de ocorrência de *tsunamis*.
- **Abrigos antissísmicos** – O projeto consiste na seleção das zonas da cidade de Lisboa que devem ser objeto da construção de abrigos antissísmicos, delimitando-as e caracterizando a população residente e visitantes, definindo locais para a implantação de cada abrigo em cada uma das zonas selecionadas e estudando um protótipo de abrigo numa das zonas mais sensíveis (prioritárias).
- **Rede integrada de coordenação para a proteção civil (RICC)** – Desenvolvimento de uma plataforma computacional que integre os mecanismos de coordenação e comunicação das entidades envolvidas em atividades relacionadas com as operações da proteção civil.

6.4 Conhecimento/boas práticas

- **Ambiente urbano/Clima urbano** – Estudo da Ilha de Calor e parâmetros relativos à qualidade do ar e condições de conforto na cidade. Projetos de previsão e monitorização da qualidade do ar em diversos pontos da cidade, identificação de zonas de risco no que concerne a inundações, etc..
- **Urban Efficiency: Evaluation Tool** – Análise e avaliação dos fatores condicionantes e determinantes para a dinâmica e utilização dos espaços, dada a importância dos níveis de conforto no espaço público na qualidade da vivência urbana.
- **Eventos extremos hídricos no contexto de alterações climáticas** – Estudos sobre os efeitos das alterações climáticas no ecossistema estuarino e, conseqüentemente, na cidade, nomeadamente, estudo dos impactos de cenários de subida do nível médio das águas do Tejo por efeitos das alterações climáticas na estrutura urbana e na operacionalidade das infraestruturas e serviços públicos, bem como restantes usos e funções urbanas e a produção de indicadores objetivos e fundamentados, com vista a constituir a base de implementação de estratégias de governança, planeamento e gestão sustentáveis. Pretende-se identificar também as perceções sociais e avaliar as vulnerabilidades locais, a fim de desenvolver um quadro de adaptação municipal.
- **Gestão da água e do território de uma forma integrada:** Maior qualidade de vida, melhor ambiente urbano e maior resiliência face à dinâmica climática – O projeto visa melhorar a gestão integrada da água e do território na cidade de Lisboa, com reflexos na qualidade de vida e do ambiente da cidade, no seu valor turístico, no funcionamento mais eficiente e fiável dos sistemas e serviços urbanos e na resiliência de Lisboa face aos efeitos das dinâmicas climáticas. Este objetivo será prosseguido através da adoção de abordagens integradoras de várias dimensões, suportadas em novas metodologias e ferramentas avançadas de suporte do trabalho técnico e dos processos de decisão técnica e política dos serviços municipais e dos concessionários, num quadro de governança territorial multinível. O projeto irá aprofundar e adaptar à cidade de Lisboa conhecimento específico desenvolvido pelo LNEC em anos recentes, nomeadamente no quadro de projetos de I&DE com cofinanciamento comunitário.
- **MONTEJO: Monitorização de poluição no Tejo** – Desenvolvimento de um sistema permanente de monitorização de níveis de poluição no Tejo.
- **Solos contaminados** – Caracterização e registo cartográfico dos solos disponíveis na cidade de Lisboa com o objetivo de identificar as possíveis utilizações. Elaboração de levantamento dos solos contaminados na cidade e proceder à sua requalificação.
- **Resíduos sólidos alimentares** – Caracterização em termos qualitativos e quantitativos os resíduos alimentares produzidos a nível doméstico, com o objetivo de identificar as possíveis valorizações, nomeadamente a compostagem doméstica. Fomentar a utilização do composto produzido em espaços verdes e nas hortas urbanas. Informar e sensibilizar a população para o desperdício alimentar.
- **Plataforma para a determinação e cálculo da viabilidade económica e benefícios (sociais e ambientais) de investimentos em infraestruturas “verdes” e em recursos naturais** – Plataforma para avaliação (quantitativa,

qualitativa e económica) dos recursos e serviços naturais existentes no município, de forma a se poderem identificar novas oportunidades de negócio.

■ **Monitorização da qualidade ambiental:**

- **Desenvolvimento de SPLRs para análise de terrenos contaminados e resíduos** – Desenvolver sistemas portáteis com ligação remota (SPLRs) para analisar terrenos contaminados e resíduos, nomeadamente quanto ao seu conteúdo em metais tóxicos, como chumbo e mercúrio, fornecendo ao operador indicações das concentrações dos elementos e descarregar simultaneamente dados para um sistema central para análise mais sofisticada a realizar posteriormente.
- **Diagnóstico e monitorização de poluição atmosférica** – Desenvolvimento de sistemas para medir a poluição atmosférica / metodologias avançadas para a recolha de dados e modelação ambiental, que recolherão dados sobre a qualidade do ar, permitindo o desenvolvimento de mapas de alta resolução de qualidade do ar e exposição a poluentes atmosféricos dos utentes da via pública, o seu controlo à distância e a monitorização das medidas em tempo real. Propõe-se também a possibilidade de todos os cidadãos lisboetas acederem a estes dados num *smartphone*.

■ **Informação/divulgação:**

- **Para uma Lisboa sustentável** – Criação e conceção de um espaço físico e virtual que, com uma vertente pedagógica e lúdica, promova junto do grande público (os cidadãos de Lisboa) uma atitude ambientalmente correta e a sensibilização para as boas práticas ambientais e energéticas.
- **Quiosque-Verde-Lisboa** – Ponto de interação física da CML com o município, para as ações de sustentabilidade. Distribuiriam informações sobre como reduzir consumos doméstico, como a energia e a água, conteriam exemplos de acessórios para redução de fluxo de água, informariam onde reciclar, com mapas da cidade com a localização onde se depositam resíduos mais específicos. Nos quiosques far-se-ia também a promoção de campanhas e entrega de materiais específicos. Poderia incluir ou ser pontualmente substituído por “quiosque eletrónico interativo”.
- **Site www.lisboasustentavel.pt** – Criação de um site de informação ao município para matérias de sustentabilidade e de divulgação das ações do município. Esse site estabeleceria o *link* entre diversas entidades e os diversos projetos que a câmara leva a efeito relacionados com o tema. Aí se divulgariam também “boas práticas” para a construção e redução de consumos e divulgariam experiências internacionais para o edificado e urbano, etc..

7. Governança e outras condições para o sucesso da intervenção

Para além dos projetos devem ser consideradas diversas ações visando assegurar as condições adequadas para potenciar a eficiência e a eficácia das intervenções, nomeadamente:

- **Parceria e articulação entre agentes.**
- **Capacitação institucional e dos técnicos.**

REGENERAÇÃO URBANA

Projeto estruturante: Regeneração BIP/ZIP 2020

1. Enquadramento

A regeneração das áreas degradadas ou em declínio da cidade é fundamental para a promoção da coesão social e territorial, a qualificação global do ambiente urbano, o aumento da atratividade da cidade e o cabal aproveitamento das oportunidades e recursos instalados. As áreas degradadas ou em declínio de uma cidade apresentam geralmente um fenómeno de concentração de carências e vulnerabilidades, que atua de forma complexa e cumulativa, deixando-as fora do processo global de desenvolvimento da cidade. Para alcançar a sua regeneração, é essencial dar uma resposta integrada aos múltiplos problemas em presença, englobando diversas políticas e objetivos sectoriais. Neste contexto, uma intervenção neste domínio poderá enquadrar um conjunto alargado de objetivos identificados para Lisboa no período 2014-2020, como por exemplo: promover o emprego e apoiar a mobilidade profissional; promover a inclusão social e o combate à pobreza; investir na educação, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida; reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; melhorar o acesso, o uso, e a qualidade das tecnologias de informação; proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos; promover o transporte sustentável e superar os estrangulamentos em redes de infraestruturas.

A intervenção visando promover a regeneração urbana em Lisboa deve assim prosseguir uma abordagem territorial integrada em territórios prioritários de intervenção. Essa abordagem territorialmente integrada faz com que possam confluir na configuração de cada uma das intervenções a desenvolver as temáticas e projetos apresentados de forma sectorial no quadro das outras fichas de intervenção.

2. Eixos de intervenção

Uma intervenção ao nível das áreas e comunidades urbanas desfavorecidas ou em declínio deve incidir prioritariamente nas áreas de maior concentração de carências sociais, económicas e ambientais. Neste sentido, os BIP/ZIP (Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária), oportunamente identificados na cidade, serão os territórios privilegiados de intervenção. A Carta dos BIP/ZIP identifica e delimita 67 Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP), com uma população estimada de cerca 140.000 residentes. Estes são bairros ou zonas, públicos, privados ou mistos, são áreas onde se concentram carências sociais, habitação degradada, falta de equipamentos e transportes ou outras carências urbanísticas e ambientais e que por isso necessitam de uma estratégia de intervenção municipal. O objetivo prioritário das intervenções nestes territórios é assim a eliminação da fratura socio-territorial, no quadro de políticas de proximidade, que viabilizem respostas a situações de carência social e urbanística que são um desafio para o bem-estar da comunidade.

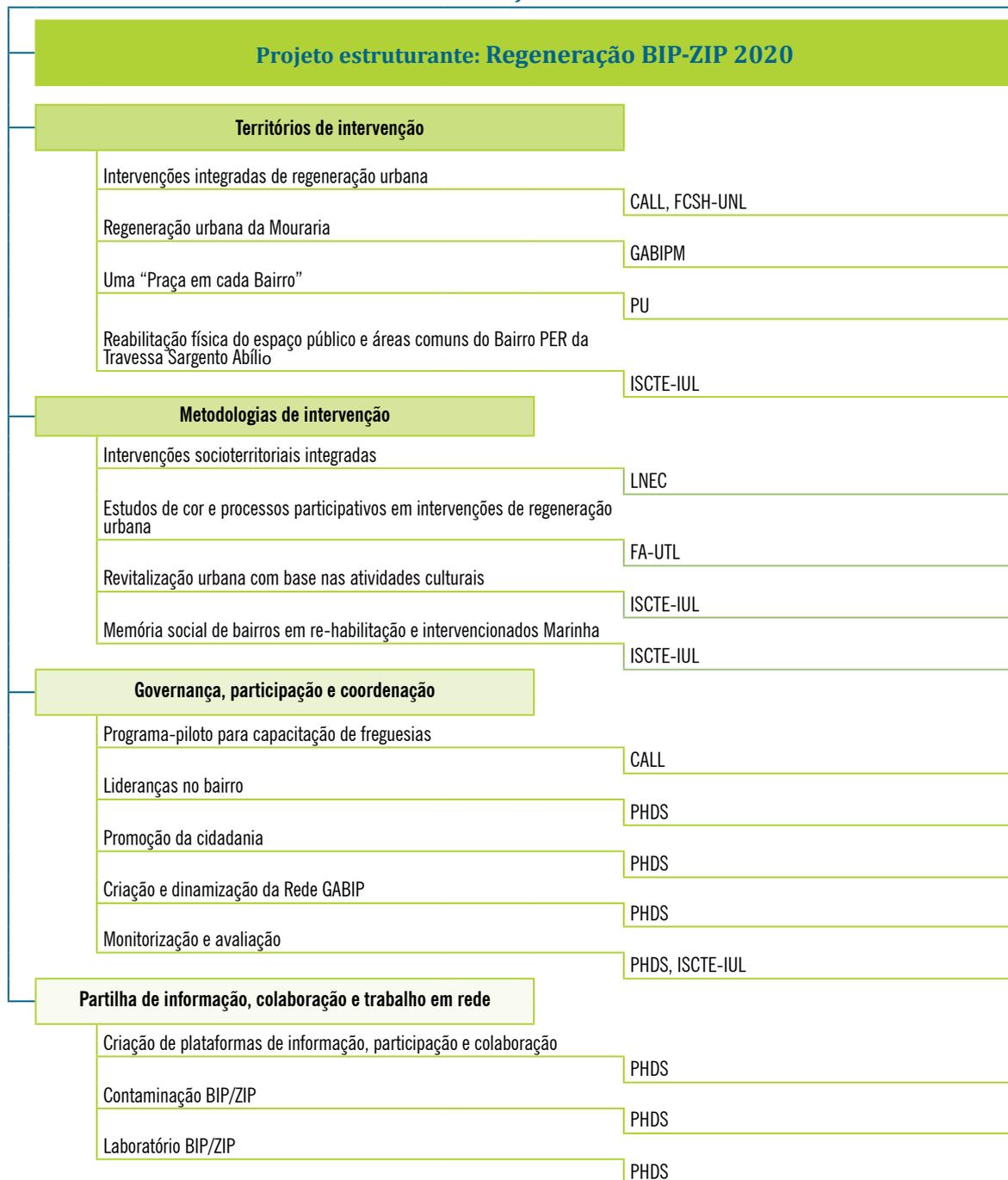
Também face à natureza e complexidade dos problemas existentes nestes territórios, as intervenções devem contemplar a experimentação e ações inovadoras como forma de lhes dar resposta. Dada a sua complexidade, carácter integrado e base local, é necessário explorar e desenvolver metodologias, novos modelos de governança e o trabalho em parceria.

A intervenção visando a regeneração urbana na cidade de Lisboa assim deve contemplar diversos eixos de ação complementares:

- Territórios de intervenção
- Metodologias de intervenção
- Governança, participação e coordenação
- Partilha de informação, colaboração e trabalho em rede

Para cada um destes eixos foi identificado um conjunto de projetos, propostos por diversas entidades, que se listam sumariamente no esquema seguinte e são detalhados no ponto 6.

REGENERAÇÃO URBANA



3. Principais parceiros a envolver

- Organizações, associações e comunidades locais
- ONG, IPSS e Entidades da Rede Social de Lisboa
- Santa Casa Misericórdia de Lisboa
- AERLIS, UACS, ACL
- IAPMEI, AICEP e LNEG
- Gestores de espaços de incubação
- Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional – Universidades, Centros de Investigação, Laboratórios de Estado
- Agrupamentos Escolares
- Conselhos Municipais de Interculturalidade e Cidadania e da Habitação
- Juntas de Freguesia
- Câmara Municipal de Lisboa

4. Potenciais fontes de financiamento

De nível nacional:

- Acordo de Parceria/ Programas nacionais de valorização do território
- Acordo de Parceria/ Programa regional – valorizando operações DLOC

Outras fontes:

- Ações inovadoras no domínio do desenvolvimento urbano sustentável
- Fundos JESSICA segunda geração
- Responding together
- Europa Criativa
- LIFE
- URBACT II e III

5. Projeto estruturante

Nesta temática foi identificado como projeto estruturante e emblemático, com capacidade de arrastamento e de contribuir para a concretização desta intervenção, o seguinte projeto:

Regeneração BIP/ZIP 2020 Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa – Com base no diagnóstico e nos resultados já alcançados através das diversas iniciativas BIP/ZIP, pretende-se construir uma moldura estratégica de intervenção que permita incrementar e articular a resposta nos territórios prioritários. Pretende-se fomentar a cidadania ativa, a capacidade de auto-organização e a procura coletiva de soluções através da participação da população na melhoria das suas condições de vida nos territórios BIP/ZIP. Pretende-se ainda contribuir para uma imagem positiva destes espaços, de forma a permitir e reforçar a sua integração harmoniosa na cidade, sem discriminações no acesso aos bens e serviços que a todos são devidos, e criar um clima favorável ao empreendedorismo e à capacidade de iniciativa local. É essa a matriz da estratégia de atuação nos 67 territórios BIPZIP, que agora se pretende estender a médio e longo prazo.

A operacionalização da moldura estratégica para os territórios BIP/ZIP organizar-se-á em quatro grandes eixos: Governança/Coordenação, Plataforma de Participação e informação, Iniciativa Local, Programas de Desenvolvimento Local, a partir do qual surgem os projetos.

Programas de Desenvolvimento Local (DELOC) – estabelecer, de acordo com o diagnóstico da consulta pública da Carta BIPZIP, entretanto avaliado e atualizado, programas para cada uma das quatro tipologias BIPZIP - Histórico, (Castelo, Mouraria, Alfama, Anjos, Pena, São José/Santa Marta, São Paulo, Marvila Velha), Municipal (Padre Cruz, Boavista, Lóios, Amendoeiras, Flamengo, Condado, Armador, Casalinho da Ajuda, Bairro 2 de Maio, Rio Seco), AUGI (Grafanil, Quinta da Torrinha, Quinta da Mourisca, Sete Céus, Galinheiras, Lumiar/Carnide, Quinta do Olival, Azinhagas dos Lameiros/ Torre do Fato), Outros/Mistos (Horizonte, Cooperativas João Nascimento Costa e Carlos Botelho, Portugal Novo III, Cooperativa 25 de Abril e Unidade do Povo, Prodac, Bela Flor, Liberdade, Tarujo, Bairro S. João de Brito/Pote de Água), que enquadrem respostas articuladas às necessidades dos territórios e que funcionarão como o retorno/refluxo da base local;

- **Governança/Coordenação** - constituir e dinamizar unidades de suporte local – GABIP – que garantam a cobertura de todos os territórios BIPZIP e estabelecer uma rede GABIP de âmbito concelhio, tendo como objetivo a resposta à necessidade de coordenação e articulação, na vertente institucional e de parceria, da própria CML e dos parceiros;
- **Participação e informação** - Implementação de sistemas de informação e participação partilhados, que estructurem a rede e a abram a todos os cidadãos e proposta de sistemas de diagnóstico e avaliação, que de forma independente, permitam acompanhar o processo, avaliá-lo e incentivar a sua evolução
- **Iniciativa Local** - amplificação do atual Programa BIPZIP reforçando a capacidade de apoio da iniciativa local nas áreas de intervenção estratégica já definidas, eventualmente em outras a definir se a avaliação dos territórios assim o aconselhe, mas que aqui surgem como projetos autónomos.

6. Projetos

Para cada eixo da intervenção foi feito um primeiro exercício de listagem e aglutinação dos projetos propostos que poderão contribuir para a concretização da intervenção, e que se apresentam seguidamente.

6.1 Territórios de intervenção

- **Intervenções integradas de regeneração urbana** – Promoção de um conjunto de intervenções integradas, em territórios que apresentem uma especial concentração de carências, e que deem uma resposta local e territorializada aos problemas sociais, económicos, físicos e ambientais em presença, a par com a promoção e valorização do potencial em presença, nomeadamente em Bairros BIP-ZIP municipais, privados ou mistos –por exemplo, Bairro das Galinheiras (AUGI); Bairros Padre Cruz, Boavista, 2 de Maio, Alto da Eira (municipais); Bairro Horizonte, Portugal Novo e Cooperativas do Beato (Ex-SAAL).
- **Regeneração Urbana da Mouraria** – Continuação e consolidação da atual intervenção no bairro da Mouraria integrando as seguintes áreas: i) intervenção no espaço público, ao nível das acessibilidades e mobilidade no bairro; ii) revitalização e dinamização do comércio local, tradicional e étnico, de forma criar *clusters* comerciais únicos

nesta zona da cidade; iii) atrair empresas de indústria criativa, artistas plásticos e outros atores culturais da cidade de Lisboa e de todo o mundo, de forma a tornar o bairro um local único na cidade de Lisboa; iv) resposta integrada e qualificada de capacitação para o mercado de trabalho, aumentando o potencial de empregabilidade de pessoas desempregadas; v) reabilitação do espaço público, ruas secundárias e escadas de acesso a artérias principais.

- **Uma “Praça em cada Bairro”** – Assegurar a coesão territorial e identitária de cada Bairro da Cidade, valorizando um polo referenciador em cada um destes bairros, seja em espaço público, equipamento social/comunitário e/ou de atividade comercial.
- **Reabilitação física do espaço público e áreas comuns do Bairro PER da Travessa Sargento Abílio** (Calhariz de Benfica) – Reabilitação física do espaço público e áreas comuns do Bairro PER da Travessa Sargento Abílio. A proposta preconiza uma melhoria da qualidade de vida no concelho de Lisboa, pela via da reabilitação urbana, valorizando a interculturalidade e promovendo uma cidadania ativa que possa reforçar a coesão dos vários agentes envolvidos na área urbana do Calhariz de Benfica. A proposta permitirá o envolvimento de proximidade entre a academia (ISCTE-IUL) e a autarquia, aproximando estudantes, docentes e investigadores, com os técnicos municipais, numa ação de valorização do património municipal recente.

6.2 Metodologias de intervenção

- **Intervenções socioterritoriais integradas: Apoio e consultoria à montagem e desenvolvimento de projetos** – Propõe-se a preparação de planos de intervenção integrada e o acompanhamento da sua aplicação em termos técnicos ou de monitorização, através da mobilização de metodologias ativas e adequadas à especificidade de cada contexto de intervenção. Na abordagem integrada serão acionadas as valências da arquitetura e urbanismo, da construção, da economia e das ciências sociais.
- **Estudos de cor e processos participativos em intervenções de regeneração urbana integradas** – A metodologia trabalha, numa perspetiva contextual, a função da cor e da animação de fachadas na reversão de fatores de criticidade e na promoção de imagens urbanas mais positivas e qualificadas. As populações visualizam antecipadamente os resultados finais da reabilitação (simulações digitais de pontos de vista do quotidiano dos bairros), otimizando a sua compreensão e a sua participação na escolha das hipóteses de solução. São ainda promovidas estratégias de comunicação e aproximação com as populações das vizinhanças próximas e com a comunidade em geral. Propõe-se generalizar esta metodologia às intervenções propostas pela CML e a elaboração de manuais de apoio à sua utilização.
- **Revitalização urbana com base nas atividades culturais/mobilizar as dinâmicas criativas de base territorial** – Promoção da regeneração e revitalização de áreas urbanas em declínio com base na dinamização de meios criativos assentes na produção e consumo de bens culturais. A partir da análise do desenvolvimento e da sustentabilidade de dinâmicas territoriais assentes em meios criativos em diversos tipos de territórios urbanos em declínio (zonas industriais e portuárias em reconversão, bairros históricos, bairros críticos, zonas comerciais em reestruturação), incluindo a análise das suas lógicas de governança específicas, pretende-se promover estratégias de intervenção pública para fazer face aos desafios de transformação e sustentabilidade deste tipo de territórios.
- **Memória social de bairros em re-habilitação e intervencionados** – Parte-se do princípio que só tomando em conta os fatores que contribuem para fixar as pessoas aos bairros intervencionados e em re-habilitação, e bem como os fatores que podem dar qualidade relacional de vida nestes, se pode obter processos de intervenção e requalificação bem-sucedidos. Propõe-se estudar as relações com o lugar e com os vizinhos, relacionando estas dimensões com as memórias sociais vividas dos bairros em transformação que os residentes tradicionais detêm, e com as memórias em construção dos novos habitantes, e que estão por sua vez relacionadas com memórias habitacionais anteriores.

6.3 Governança, participação e coordenação das intervenções

- **Programa-piloto para capacitação de freguesias** – Programa que, tendo por base o contexto de reestruturação, apoie e teste as soluções de criação das competências necessárias para uma intervenção integrada no seu território de políticas de inclusão e coesão social, e que lhes permita dar resposta às exigências de novas formas de governança emergentes (reforço da mobilização da sociedade civil, necessidade de intervenções multisectoriais, etc.), de modo a reforçar a sua capacidade de intervenção junto da população.
- **Promoção da cidadania** – Promover as iniciativas de liderança local e participação ativa dos cidadãos e comunidade

na vida do bairro e da cidade. Promoção de iniciativas pessoais e coletivas para melhorar a convivência intergeracional e intercultural.

- **Criação e dinamização da Rede GABIP** – Constituição de Rede GABIP (Gabinetes de Apoio aos Bairros de Intervenção Prioritária) Concelhia de que promova a articulação e monitorização das diferentes iniciativas e resposta locais das unidades de suporte GABIP existentes e a constituir. Tem como principal objetivo otimizar e potenciar os recursos e ações locais, possibilitando uma resposta local mais eficaz através das diversas redes, assegurando e fortalecendo as sinergias dos diversos atores e parceiros no desenvolvimento comunitário no município. Os GABIP, juntando técnicos municipais, freguesias, associações de moradores e outras entidades, têm-se revelado verdadeiras estruturas de co-gestão nos bairros onde existem, constituindo uma forma inovadora de governança e participação das comunidades na resolução dos seus problemas.
- **Monitorização e avaliação:**
 - **Cluster BIP/ZIP** – Reavaliação da Carta/BIP ZIP e nova caracterização dos BIP/ZIP tendo em conta os Censos de 2011. Estabelecimento de um contrato ou protocolo com uma entidade externa para o estabelecimento de um sistema de monitorização do impacto do projeto a médio prazo, e que avalie e monitorize o projeto na globalidade e em cada uma das suas intervenções, com o objetivo da sua contínua melhoria e atualização. Esta monitorização deverá também contemplar o estudo das áreas de influência dos territórios BIP/ZIP que permitam a constituição de agrupamento de BIP/ZIP que revelem interligação ou interdependência de carências ou respostas para a determinação de estratégia e atuação comum.
 - **Plataforma Intermunicipal BIP/ZIP** – Diagnóstico e monitorização das áreas de fronteira em articulação com os concelhos limítrofes da cidade de Lisboa, para preparação e aumento da eficácia da resposta intermunicipal.
 - **ARU BIP** – Identificação, delimitação, programação e monitorização de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) Sistemática em territórios BIP/ZIP.
 - **Avaliação da mudança social-territorial da Mouraria** – A Mouraria tem sido alvo de várias intervenções. Neste caso pretendemos avaliar os avanços conseguidos com os últimos programas de intervenção, QREN e Plano de desenvolvimento comunitário e social da Mouraria, aproveitando o conhecimento adquirido ao longo dos últimos três anos no qual a equipa proponente desenvolveu um projeto de investigação no terreno.

6.4 Partilha de informação, colaboração e trabalho em rede

- **Criação de plataformas de informação, participação e colaboração:**
 - **Portal BIP/ZIP** – Plataforma on-line de partilha de informação sobre os territórios BIP/ZIP. Partilha de informação com os cidadãos e entre as entidades das várias edições do programa BIP/ZIP.
 - **Rede de Parceiros** – Plataforma de parceiros e atores locais com o objetivo de facilitar a cooperação nos territórios e promoção de diagnósticos locais em tempo real.
 - **Rede de Serviços** – Plataforma de contacto e articulação entre os vários serviços da CML e outras entidades públicas, a intervir em territórios BIP/ZIP em vista de uma programação e execução articulada.
- **Contaminação BIP/ZIP** – Partilha de projetos, iniciativas e experiências que contribuam para o reforço da coesão sócio-territorial e melhoria dos 'Habitats' BIP/ZIP, entre os diferentes GABIP. Dar continuidade às boas práticas das edições anteriores do Programa BIP/ZIP, promovendo a sua disseminação por outros territórios. Sinalizar e promover a continuidade de iniciativas de sucesso na esfera da Programação Municipal (UIT, DMHDS, DMAU, etc).
- **Laboratório BIP/ZIP** – Estrutura de pesquisa e colaboração em BIP/ZIP, entre diversos núcleos e meios académicos e o tecido empresarial para a criação de novas respostas de valor acrescentado para potenciar a iniciativa local.

7. Governança e outras condições para o sucesso da intervenção

Para além dos projetos devem ser considerados outros aspetos, visando assegurar as condições institucionais adequadas, para potenciar a eficiência e a eficácia das intervenções, nomeadamente:

- **Criação redes de parceria e comunicação**, nomeadamente suportadas por plataformas de informação com recurso a TIC.



- **Reforço de política de proximidade** para atingir maior credibilidade junto dos atores locais e o alargamento da base de apoio local para diagnóstico, ação e gestão de proximidade.
- **Reforço da capacitação dos atores locais** através de iniciativas de formação, nomeadamente nas áreas do desenvolvimento comunitário, cidadania e empreendedorismo
- **Monitorização e avaliação de resultados e dos processos**, nos vários níveis de atuação (Bairro/Freguesia/Concelho/Área Metropolitana).
- **Reforço e animação das redes locais e da sociedade civil** que possam estar na base do lançamento de estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas próprias comunidades.
- **Capacitação institucional, incluindo:**
 - **Capacitação das freguesias** para dar resposta às exigências de novas formas de governança emergentes (reforço da mobilização da sociedade civil, necessidade de intervenções multisectoriais, etc.) e que possam vir a reforçar a sua capacidade de intervenção junto da população.
 - **Necessidade de quadros técnicos altamente qualificados** e diferenciados para dar resposta às necessidades de inovação social e de respostas territoriais integradas e “*bottom up*”, que concretizam experiências de verdadeiro “grassroots planning”, rompendo com as lógicas tradicionais de atuação setorial e “*top down*”.



INCLUSÃO E COESÃO SOCIAL

Projeto estruturante: Integração da pessoa sem-abrigo

1. Enquadramento

Na cidade de Lisboa, a taxa de risco de pobreza em Lisboa era, em 2010, de 42,5% e, mesmo após as transferências sociais, de 18%, o que equivale a quase cem mil pessoas. Trinta mil crianças e vinte e cinco mil idosos estavam assim em risco de pobreza, números que em 2013 se terão agravado. Com 17,6% da população da cidade desempregada em 2012, a região de Lisboa também é a região do país com o maior índice de desigualdade do rendimento em todo o país. No início de 2013, o número total de desempregados oficialmente inscritos no IEFP era de 31.822 pessoas. A estes números acresce um número significativo não inscrito em centros de emprego ou com vínculos precários de trabalho – como falsos recibos verdes. Com 547.733 habitantes em 2011, a população de Lisboa estabilizou. Mas há novidades demográficas: o número de idosos permanece elevado (23,9%), o número de famílias aumentou e o declínio demográfico começou a inverter-se, em especial no centro histórico. A diminuição do afluxo de imigrantes ao país não diminui o impacto em Lisboa de uma comunidade diversificada e ativa, constituída por cerca de 44 mil pessoas. O universo da multiculturalidade é no entanto superior ao da imigração, pois inclui portugueses com diferentes origens étnicas e diferentes tradições culturais e religiosas.

Para além da pobreza, do desemprego e do desequilíbrio da estrutura etária e social, outros fatores ameaçam a coesão social em Lisboa: a falta de acesso a uma habitação condigna, à educação e aos cuidados básicos de saúde, bem como ao exercício da cidadania, entendida como a liberdade de intervenção e usufruto do espaço público sem discriminação nem violência.

As principais políticas e respostas de desenvolvimento social na cidade de Lisboa são implementadas por três grandes instituições – o Centro Distrital de Lisboa do Instituto da Segurança Social, a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa e a Câmara Municipal de Lisboa, hoje articuladas, na Rede Social de Lisboa, com mais de 330 entidades, de diversas naturezas e dimensões, congregando uma multiplicidade de recursos humanos e materiais, com prevalência de organizações não-governamentais sob a forma de Instituições Particulares de Solidariedade Social.

A Rede Social de Lisboa aprovou em 2012 o Plano de Desenvolvimento Social para o triénio 2013-2015, atingindo um patamar de implementação e integração cujo resultado esperado é uma maior articulação de todos os atores.

2. Eixos de intervenção

A coesão social, a inclusão e o combate à pobreza têm de ser um objetivo subjacente a todas as ações previstas num plano estratégico para Lisboa – o desenvolvimento da cidade e uma melhoria da qualidade de vida, deve beneficiar todos os seus cidadãos.

Ao estabelecê-lo como grande área temática da estratégia Lisboa 2020, há que definir eixos de intervenção e prioridades



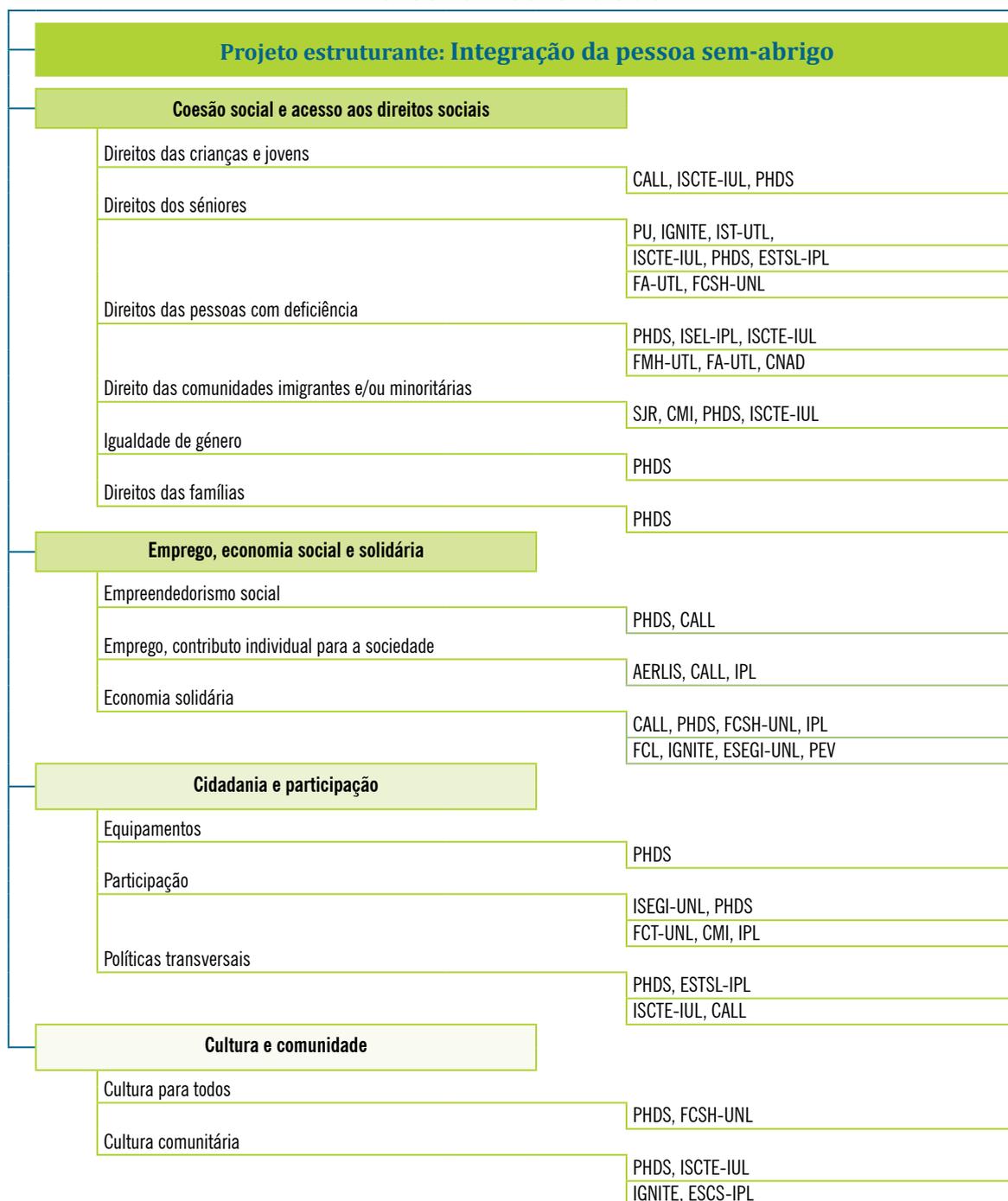
que permitam a definição de metas de médio prazo, prevendo uma implementação em contínuo, suscetível de adaptação e alteração a muito curto prazo.

Propõem-se quatro eixos de intervenção, cada um deles integrando vários projetos que contribuem para um fim comum:

- Coesão social e acesso aos direitos sociais
- Emprego, economia social e solidária
- Cidadania e participação
- Cultura e Comunidade

Para cada um destes eixos foi identificado um conjunto de projetos, propostos por diversas entidades, que se listam sumariamente no esquema seguinte e são detalhados no ponto 6.

INCLUSÃO E COESÃO SOCIAL



3. Principais parceiros a envolver

- Rede Social de Lisboa
- Associações e comunidades locais
- Organizações do Terceiro Sector
- Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional – Universidades, Centros de Investigação, Laboratórios de Estado
- Agrupamentos Escolares do Ensino Básico
- ARS Lisboa e Vale do Tejo
- Centro Distrital de Lisboa do Instituto da Segurança Social
- IEFP
- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
- Juntas de Freguesia
- Câmara Municipal de Lisboa

4. Potenciais fontes de financiamento

De nível nacional:

- A incluir na ITI/áreas privilegiadas de intervenção da AML (trabalho em curso JML)
- Acordo de Parceria/ Programas nacionais de promoção inclusão social
- Acordo de Parceria/ Programa regional – valorizando operações DLOC

Outras fontes:

- Ações inovadoras no domínio do desenvolvimento urbano sustentável

5. Projeto estruturante

Nesta temática foi identificado como projeto estruturante e emblemático, com capacidade de arrastamento e de contribuir para a concretização desta intervenção, o seguinte projeto:

Integração da pessoa sem-abrigo – Definição e estabelecimento de uma estrutura de serviços e infraestruturas que tenham como objetivo ultrapassar o limiar da pobreza que constitui a condição de sem-abrigo envolvendo, nomeadamente:

- **Implementar o “Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem Abrigo (NPISA)”**, para reorganizar e otimizar a rede de equipamentos, implementar um modelo de intervenção integrada de todos os agentes que na cidade trabalham com e para a população sem abrigo, qualificar a intervenção existente e estabelecer plataformas para ação de “Núcleos de Ação Local”;
- **Estabelecimento da “Unidade de Atendimento da Pessoa Sem Abrigo”**, no âmbito da Rede Social de Lisboa, para acolhimento, acompanhamento e encaminhamento das pessoas sem-abrigo para a resposta existente mais adequada à sua situação, com o objetivo de ninguém ficar mais de 24 horas na rua sem ser atendido;
- **Estabelecimento da rede de “Núcleos de Apoio Local”**, em diversos locais da cidade, usando infraestruturas públicas já existentes para, em horário complementar, serem centro de apoio, distribuição de alimentação e bens essenciais junto da PSA;
- **Definição de uma estratégia para a plena integração da pessoa sem-abrigo na sociedade, que considere as suas diversas vertentes** – por exemplo saúde, habitação, económica – cuja implementação individualizada seja efetuada pelo NPISA;

- **Diversificação dos modelos de resposta à necessidade de habitação, do ocasional à resolução definitiva, desenvolvendo e melhorando modelos já existentes ou implementando modelos experimentais:** reorganização da rede de alojamento temporário para uma resposta de proximidade e escala humana; ampliar a rede de “Casas primeiro”, em oferta privada e municipal, para público-alvo diversificado; apoiar a instalação de um “hotel social”; participar na implementação de modelos experimentais

A iniciativa poderá ainda integrar:

- **Plataforma solidária de apoio e combate à exclusão: balneário, roupeiro, posto médico e alojamento sócio-solidário** – Recuperação de edifícios devolutos para apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, como os sem-abrigo (p. ex. área municipal desativada de Alcântara-mar). O potencial da área e conjunto de edifícios a CML pode e deve desempenhar uma ação positiva, útil e solidária contra a degradação da vida humana.
- **Casas primeiro** – Projeto com o objetivo de apoiar, em 4 anos, 400 pessoas sem-abrigo com doença mental, no acesso e manutenção de uma habitação estável e integrada na comunidade. Utilizando uma metodologia de “housing first”, a tónica é colocada no apoio às pessoas para saírem das ruas, não exigindo a participação prévia em programas de tratamento ou reabilitação, mas considerando a casa como um ponto de partida para um percurso de recuperação, autonomia e integração social.

6. Projetos

Para cada eixo da intervenção foi feito um primeiro exercício de listagem e aglutinação dos projetos propostos que poderão contribuir para a concretização da intervenção, e que se apresentam seguidamente.

6.1 Coesão social e acesso aos direitos sociais

Este eixo inclui projetos que procuram proporcionar ou fomentar a equidade social, propondo medidas concretas de intervenção junto de determinados grupos, contrariando vulnerabilidades que poderão estar na origem da sua exclusão social, tais como i) direitos das crianças; ii) direitos dos seniores; iii) integração da pessoa sem-abrigo; iv) direito das pessoas com deficiência; v) direito das comunidades imigrantes e/ou minoritárias; vi) igualdade de género e vii) direito à alimentação.

■ Direitos das crianças e jovens

- **Educação** – Estratégia e programas que assegurem condições básicas para a frequência do ensino obrigatório:
 - **Combate à iliteracia e ao abandono escolar precoce** – Realização de formações de combate à iliteracia junto de populações carenciadas, com baixo nível de escolaridade, e implementação de medidas de combate ao abandono escolar precoce.
 - **Aplicação de medidas de redução do abandono escolar precoce** – Um estudo já realizado identificou a existência de problemas de articulação entre entidades com intervenção na promoção da frequência escolar, a ausência de algumas entidades potencialmente relevantes no processo (c.f. Câmaras Municipais) e a inexistência de um plano de intervenção que assegure os objetivos de redução de abandono escolar precoce definidos na agenda 2020. Este projeto visa a conceção de uma metodologia integrada de combate ao abandono escolar precoce em Lisboa, superando as limitações identificadas.
 - **Mecanismos de prevenção da violência em contextos escolares e urbanos:** integração socioeducativa e redes locais – Implementar um plano e medidas de prevenção à violência, partindo do estudo das respostas locais às práticas e atitudes violentas por parte de crianças e jovens.
 - **Programa de integração educativa e social** – Dinamização da interação nos diferentes níveis de ensino, universitário ao jardim-de-infância, de troca de conhecimento e experiências, motivadores da progressão educacional e de outras perspetivas socioculturais.

- **Alimentação e saúde** – Definição do perfil de saúde da população infantil e jovem, tendo em consideração hábitos alimentares e estilos de vida, de um sistema de acompanhamento da população e implementação de programas que assegurem as condições básicas de alimentação e saúde.
- **Tempos de lazer** – A educação não formal, o acesso à cultura e ao desporto, como processo de sociabilização e de participação cívica dos jovens; a sua disponibilização de forma equitativa a todos quantos queiram dele usufruir, com especial atenção àqueles que de outra forma a tal não tenham acesso, é uma estratégia de prevenção ao risco de marginalização e um contributo para a formação cívica da futura população da cidade.
 - **Tempo útil** – Com base num programa integrado, planeado para os diversos níveis etários, estabelecer projetos de ocupação do tempo extracurricular da população em ensino obrigatório, com atividades de apoio ao estudo, desporto, cultura, participação cívica, articulando recursos públicos – desde logo escolas e autarquia – e do terceiro sector; monitorizado e avaliado periodicamente.
 - **Tempo de férias** – Os períodos de férias na cidade é uma preocupação das famílias, cuja capacidade de acompanhar e apoiar os menores é limitada; em articulação com o terceiro sector, rede de equipamentos, estabelecer programas alternativos de ocupação no tempo de férias.
 - **A “geração à rasca” em Lisboa: um estudo prospetivo** – Realização de um estudo prospetivo sobre a juventude do concelho de Lisboa. O estudo deve integrar trabalho retrospectivo, um diagnóstico sincrónico e projeções no futuro. Trata-se de analisar tendências e sinais de mudança na população juvenil no que toca à condição perante o trabalho, principal meio de vida, emprego, profissão, situação na profissão, grupo socioeconómico, rendimento e grau de escolaridade.
- **Direitos dos séniores**
 - **Habitação** – Estratégia de criação de condições de habitabilidade para diferentes situações de independência, da total autonomia à necessidade de cuidados permanentes:
 - **Casa do Sénior** – Promoção de residências assistidas pelo município e IPSS, nos bairros com maior incidência de idosos que constituam um polo de dinamização do apoio e mobilização para esta faixa etária.
 - **Conforto dos seniores na habitação** – Promover a realização de pequenas obras em habitações de seniores, em situação de vulnerabilidade socioeconómica, e a melhoria da utilização e adequação do espaço habitacional às suas necessidades (mudança de lâmpadas, arrumação, etc.) através de recursos da comunidade: voluntariado, relações de vizinhança ou outros; apoio ao estabelecimento de “oficinas de bairro”. [desenvolver “Acupuntura Urbana”].
 - **Habitação municipal assistida** – Para evitar a institucionalização da população sénior em lares de idosos, desertificando a cidade, urge propor um novo paradigma habitacional: envelhecer em casa. Estudar-se-á o funcionamento e características das “residências assistidas” para adaptação aos edifícios municipais de habitação coletiva, transformando-os em edifícios-residência, colmatando uma lacuna em termos de oferta habitacional para classes mais desfavorecidas.
 - **Oferta integrada de serviços e produtos** (apoio domiciliário a idosos e pessoas com deficiência) – Alimentação, higiene, limpeza, companhia, monitorização remota de quedas, de situações de intrusão, ou de emergência, e outros com a utilização de uma plataforma eletrónica para apoio ao e-commerce especificamente destinada a esse segmento de utentes.
 - **Outros modelos de habitar** – Estudar e avaliar outros modelos de habitar, promovendo aqueles que se verifiquem válidos e fiáveis, nomeadamente sistemas de partilha inter-geracional (isolado/estudantes).
 - **Teleassistência** – Alargamento das experiências de teleassistência, em parceria com os operadores de comunicações móveis.
 - **Registo de saúde eletrónico em casas inteligentes** – Desenvolvimento de casas inteligentes que permitem prevenção de situações de emergência, uma abordagem holística dos problemas de saúde. Será promovida a inovação e a transferência de conhecimento para realização de sistemas de baixo custo baseadas em “*smartphone*” ou “*tablet*” e redes de sensores inteligentes e de tecnologias assistidas de baixo custo.
 - **Participação** – Estratégia integrada de participação da comunidade sénior na vida da cidade, através da criação de programas de ação específicos e desenvolvimento de procedimentos colaborativos intergeracionais:
 - **Aprendizagem ativa para pessoas idosas ou com deficiência** – Criação de uma oferta integrada de ações de formação, de desenvolvimento pessoal e de ocupação dos tempos livres dirigidas para idosos e pessoas com deficiência. Para tal será utilizada uma plataforma eletrónica para apoio ao *eLearning* (*e-blended learning*) especificamente destinada a esse segmento de utentes.



- **Promoção da atividade física em idosos** – Este projeto pretende, através de um modelo de autorregulação, aumentar a atividade física nos idosos, visando aumentar a autonomia funcional, a participação social e consequentemente promover a qualidade de vida.
- **Promoção de projetos intergeracionais** – Estabelecimento de parcerias diversas que fomentem o desenvolvimento de programas intergeracionais, estabelecendo condições que favoreçam a sua implementação nomeadamente através de medidas de descriminação positiva.
- **Participação social** – Participação em soluções para a sustentabilidade das políticas públicas e combate à exclusão social através de dinâmicas de voluntariado diferenciadas.
- **Outros projetos:**
 - **Geriatría Mais** – Plataforma Web de apoio à geriatría com o objetivo de facilitar a comunicação entre entidades de cuidado e idosos, incluindo um sistema de consultas médicas não presenciais, vídeos alusivos a cuidados de enfermagem nas situações clínicas mais frequentes na terceira idade, bem como informação entre instituições que prestem cuidados de saúde e um sistema de contratualização de cuidados de saúde para o subscritor. Existirá ainda um fórum com questões e respostas por profissionais qualificados que serão consultores nas áreas da saúde, psicologia e jurídica.
 - **GO FAR** – Trata-se de uma abordagem inclusiva de indivíduos com determinadas capacidades e condicionamentos, levando os profissionais envolvidos no projeto (reúne especialistas do ambiente construído e da engenharia juntamente com os das áreas da saúde, "fitness" e social) a colaborar com os utilizadores com idade de 65 anos ou superior, a fim de se desenvolverem estratégias que conduzam, não só à prevenção de quedas no espaço exterior, como ao incentivo desta comunidade a usufruir do que a cidade oferece, em igualdade de oportunidades com os demais habitantes.
 - **Envelhecimento ativo: Benfica** – Estudo de caso para analisar as características populacionais, ambientais e sociais do bairro de Benfica e formular propostas de implementação do envelhecimento ativo na comunidade. Pretende-se contribuir para a conceção de novas perspetivas que enformem as políticas locais, de modo a que se tornem flexíveis e adequadas às novas exigências de estruturas sociodemográficas envelhecidas.
 - **Estudos sobre participação social e projetos de vida dos idosos** (focado nas Universidades de 3ª idade) – Produção de conhecimento que favoreça uma alteração das perspetivas de marginalização laboral e a perda de valor e influência social dos mais velhos, desta forma, reforçando as representações que os projetam numa categoria social homogénea, constituída por pessoas segregadas e carenciadas, no essencial, vistas como não úteis e não contribuintes ativas para o progresso económico e social. Duas questões nucleares são assinaladas nesse âmbito: o combate à global exclusão social das pessoas idosas e a procura de soluções para o problema da sustentabilidade das políticas públicas neste domínio.
- **Direito das pessoas com deficiência**
 - **Eliminação de barreiras à plena integração da pessoa com deficiência** – Implementação de uma política ativa de implementação de soluções universais e de sistemas de resolução de constrangimentos:
 - **Acessibilidade universal aos equipamentos sociais** – Aplicação das medidas minimizadoras dos condicionamentos e restrições à acessibilidade, física e social, dos Equipamentos Sociais na cidade, no interior das instalações e na envolvente imediata, de acordo com a Carta de Acessibilidade Universal aos Equipamentos Sociais elaborado no âmbito da Rede Social de Lisboa (PDS).
 - **MEVIN: Mensagens variáveis para deficientes visuais** – Desenvolvimento de um sistema auditivo e sem fios que permita a um invisual conhecer informações variáveis ou fixas que estão disponíveis ao público de forma visual.
 - **Arquitetura, domótica, ambiente inclusivos** – Pesquisa centrada na definição de estratégias de reabilitação da habitação para atender às necessidades dos idosos com a integração das TIC. O objetivo é a definição de estratégias que permitam a pessoas idosas a viver de forma autónoma em suas casas.
 - **Outros projetos:**
 - **Inclusão de pessoas com deficiência cognitiva através do golfe** – O golfe apresenta um conjunto de características que têm um potencial imenso no desenvolvimento de pessoas com limitações cognitivas. Há apenas uma experiência de introdução do golfe em pessoas com esta limitação bem-sucedida, e este projeto consiste em dar continuidade em condições mais favoráveis a esta iniciativa, garantindo um suporte pedagógico e logístico mais consistente e articulado.
 - **TACTILE** – Os pavimentos tácteis utilizados ao nível do espaço urbano têm-se revelado muito importantes para uma maior autonomia ao nível da mobilidade dos cegos. Contudo, verifica-se também que estes pavimentos

tácteis são um grave problema, sobretudo para a mobilidade dos utentes da terceira idade e para as crianças, proporcionando quedas constantes. Pretende-se desenvolver um estudo que permita analisar profundamente a situação e identificar uma solução para este problema, o que poderá conduzir à substituição dos pavimentos tácteis por um material mais inclusivo.

- **Acessibilidades e meios de segurança nas escolas** – Levantamento, criação de base de dados e relatório informativo relativamente às intervenções necessárias para garantir a acessibilidade e meios de segurança apropriados, nas escolas do município de Lisboa.

■ **Direito das Comunidades Imigrantes e/ou Minoritárias**

- **Valorizar a interculturalidade e promover a cidadania** – A construção de uma visão de cidade diversa e integradora, enfrenta o desafio de saber acolher e respeitar o outro, mas antes de mais, saber promover o diálogo intercultural, dando oportunidade aos cidadãos para se envolverem e participarem no sentido de uma cidade mais próxima e enriquecida pela sua diversidade cultural. Para o alcançar a intervenção deverá ser abrangente e transversal mas em particular deverá promover o diálogo e as iniciativas culturais, apoiar o associativismo e ações em rede, incentivar à participação e iniciativas locais:
 - **Estruturas de acolhimento para imigrantes** – Este projeto tem como objetivo requalificar espaços urbanos presentes na cidade de Lisboa, com vista à criação de estruturas de acolhimento a migrantes em situação de particular vulnerabilidade. Estes espaços ganhariam uma nova vida e um novo sentido, podendo servir não apenas os mais vulneráveis, mas promovendo serviços de apoio e interação com a comunidade.
 - **Bolsa de formação** – Apoio ao terceiro sector no desenvolvimento de bolsas de formação, com vista à capacitação de população imigrante e à sua intervenção no mercado de trabalho.
 - **Sensibilização escolar para o diálogo intercultural** – Desenvolver projetos interculturais em contexto, nomeadamente em parceria com o terceiro sector.
 - **Atividade associativa** – Implementação de programas de apoio à dinamização de atividades associativas de carácter intercultural, nas mais diversas vertentes – da cultura ao desporto, dinamizando coletividades e espaço público.
 - **Cultura e cidadania** – Partindo de uma iniciativa âncora como o Festival Todos, ponto de confluência e mostra à cidade, estruturar uma rede de agentes – sejam criadores, promotores, associações – e iniciativas interculturais.
 - **Comércio intercultural** – Articulação e dinamização do comércio de origem e carácter intercultural, apostando na sua valorização económica e cultural para a cidade, integrando e promovendo formas diversificadas de organização, nomeadamente especialização de locais da cidade ou mercados ou programas para tipos específicos de serviços como seja a restauração.
 - **Diversidade religiosa, diversidade social** – Estabelecer plataforma de contacto e partilha de programas, entre as diversas práticas religiosas, para usufruto da comunidade no seu todo.
 - **Apoio à saúde mental** – Ações de apoio à saúde mental e terapias de autoajuda.
 - **Políticas sociais, educativas e habitacionais e impactos na comunidade cigana** – O objetivo destes estudos é conhecer as medidas de política social em contextos nacionais e locais (bairros de Lisboa), e conhecer os impactos sobre indivíduos e famílias ciganas e as transformações sociais subjacentes a esses processos de reconfiguração social, em particular no que respeita ao percurso escolar e habitacional.

■ **Igualdade de Género**

- **Promoção da igualdade de género** – O princípio constitucional da Igualdade exige a implementação de programas e projetos que visem a sua garantia no que respeita às questões de género, no quotidiano e em situações de risco. Uma estratégia que conjugue a avaliação da situação na cidade, a prevenção, assistência e apoio em situações de risco.
- **Promoção de campanhas de sensibilização** – Definição de campanhas para a população em geral, de diversas escalões etários, para o fenómeno da discriminação de género – como se caracteriza e consequências – assim como públicos específicos, com especial ênfase para a população escolar.
- **Sociedade pela igualdade** – Implementação de uma rede de organizações, públicas e do terceiro sector, que participem no estudo das questões de género na cidade e na definição de políticas e programas que a promovam.

■ **Direitos das famílias**

- **Promoção de condições de equidade para famílias com dependentes** – Rejuvenescer a cidade atraindo/retendo famílias jovens com filhos através da promoção de políticas transversais de equidade e contribuindo



desta forma, nomeadamente, para a dinamização da economia local, fortalecimento de redes sociais de apoio e promoção da intergeracionalidade.

- **Equidade económica e fiscal para a família** – Estabelecimento de procedimentos de cálculo de impostos, taxas e outros custos socialmente participáveis, que tenham em consideração não o rendimento mas sim a sua distribuição *per capita*.
- **Práticas, significados e contextos de vizinhança em Lisboa** – Investigação acerca dos fatores que determinam as práticas e trocas de vizinhança em dois bairros situados na metrópole de Lisboa. É um projeto de investigação que contempla **aplicações** em termos de espacialização de políticas públicas, nos tópicos da idade e do envelhecimento, da juventude e da vida familiar, do tecido económico local e da vida associativa. Pretende contribuir para o estudo da constituição do capital social.

6.2 Emprego, economia social e solidária

Na origem da pobreza está muitas vezes a ausência de trabalho, em si mesmo um direito social. Neste eixo integram-se medidas de promoção do emprego e novas estratégias de desenvolvimento económico para as diferentes configurações sociais, incentivando a economia do chamado terceiro sector, na lógica cidadã e de desenvolvimento socioeconómico local, com projetos que visam i) criar um “Cluster de Empreendedorismo Social”, no âmbito da Rede Social de Lisboa, conjugando a dimensão material e imaterial do desenvolvimento económico com base social e promovendo o desenvolvimento de atividades e serviços partilhados; ii) promover o emprego, da oferta à sustentabilidade, potenciando novos mercados e a capacitação individual e iii) criar condições de sustentabilidade das iniciativas solidárias de base local.

- **Empreendedorismo social** – Criação de um “cluster” de empreendedorismo no âmbito da Rede Social de Lisboa, conjugando material e imaterial, como potencial de desenvolvimento económico com base social:
 - **Rede de empreendedorismo social** – Estabelecimento de rede de entidades e indivíduos, como estrutura de suporte à sua ação, implementação e desenvolvimento de atividades partilhadas, assim como disseminação de boas práticas e valorização de experiências de sucesso nomeadamente através da atribuição de prémios.
 - **Incubadora social de Lisboa** – Implementação de uma estrutura física e de serviços, para acolhimento de iniciativas diferenciadas com fins e necessidades distintas, permitindo atividades conjuntas e partilha de custos, tendo como fim comum uma economia solidária.
 - **Laboratórios de comunidade** – Implementação de “Community Labs” (Laboratórios de Comunidade) – Promovem o desenvolvimento de comunidade através do apoio de projetos de: i) empreendedorismo social de resposta às necessidades locais e promoção de emprego; ii) responsabilidade social, procurando recursos financeiros através de parcerias com empresas que apoiem estas iniciativas; voluntariado, dinamizando uma rede de voluntários ao nível local para apoio às iniciativas promovidas pelo “Community Lab”; iii) desenvolvimento de capital social, através do apoio a coletividades de bairro e iniciativas de moradores que promovam o desenvolvimento de recursos sociais das redes de vizinhança. Desenvolvimento da comunidade através do apoio a projetos de empreendedorismo social e promoção de emprego; responsabilidade social; desenvolvimento de capital social.
- **Emprego, contributo individual para a sociedade** – Promoção do emprego, da oferta à sustentabilidade, promovendo novos mercados e a capacitação individual:
 - **Autoemprego para a integração/reintegração social** – Com enfoque na população mais desfavorecidas, este projeto contempla: i) a criação de Centros de Incubação para o empreendedorismo focado nestas populações; ii) o acompanhamento dos projetos nos primeiros meses de gestação (mentores).
 - **Empreendedorismo inclusivo** – Programa de empreendedorismo dirigido a empresários “não tradicionais” (desempregados, população em risco/situação de pobreza, etc.), com potencial de empreendedorismo não explorado, e que implica um trabalho com esta população que inclui apoio para: i) mudança de atitude; ii) seleção do projeto; iii) definição da estratégia/plano de negócio; iv) financiamento/apoio ao início de atividade.
 - **Bolsa de profissões** – Constituição de uma bolsa de profissões (eletricistas, canalizadores, sapateiros, etc.) nas Juntas de Freguesia que promova uma acreditação desses profissionais, mediante formação técnica e comportamental e que permita aos municípios acederem à bolsa e contactarem diretamente os profissionais. Deve ser assegurada a formação regular e periódica para a manutenção da inscrição na Bolsa das Profissões.
 - **Percursos integrados de formação/emprego** – Promoção da empregabilidade, em particular dos jovens e

desempregados, por via dos percursos de inserção, que de forma adaptada a cada contexto promova a ligação entre a entidade criadora de emprego e o indivíduo.

- **Apoio empreendedorismo sénior e ao envelhecimento ativo.**
- **Envolver para aprender, reabilitar e empreender** – Os destinatários deste projeto serão jovens ou adultos que estando numa situação de desemprego possam ser mais competitivos no acesso ao mercado de trabalho ou na criação do próprio emprego, mediante o desenvolvimento de competências nas áreas das tecnologias de informação e de comunicação associadas a técnicas de aquisição/tratamento de imagens, que constituem um tópico emergente em variadas áreas
- **Artes e ofícios tradicionais** – Promoção, em parceria com Centros de Emprego e entidades de formação, ações de formação e profissionalização em artes e ofícios tradicionais.
- **Economia solidária** – Promoção e criação de condições de sustentabilidade das iniciativas de base local e individual, e de base solidária e não económica:
 - **Apoio à economia social e solidária** – Programa de apoio a iniciativas de organização económica “autónoma”, que visam dar resposta problemas comuns e uma menor dependência dos beneficiários, e as atividades económicas que visem a maximização dos retornos sociais.
 - **Lojas sociais** – Apoio à implementação, em zonas de intervenção prioritária, de estabelecimentos de rede entre prestadores e fornecedores, como sistema de fornecimento de bens “livre” e participado.
 - **Hortas urbanas** – Apoio ao desenvolvimento de uma rede municipal de espaços de cultivo agrícola, sob a forma de hortas, eventualmente integrados na estrutura verde municipal de Lisboa, tanto mediante a criação de novos espaços para este fim como de apoio e enquadramento dos existentes, formais e informais (p. ex., parte sul da Alameda das Linhas de Torres). Analisar de que modo essas hortas municipais podem reforçar as várias dimensões da sustentabilidade urbana da capital e monitorizar os produtos hortícolas produzidos para garantir que são adequados para consumo humano. Pode incluir o incentivo à inclusão de espaços comuns para a produção alimentar nos novos projetos.
 - **Sistemas de trocas de bens e serviços** (como o “Dia da Troca entre Vizinhos”) – Promoção da troca de equipamentos, materiais, brinquedos, livros e outros, cujo princípio será a reutilização dos materiais e equipamentos de forma a aumentar o seu ciclo de vida com a sua reutilização ou mesmo reciclagem.
 - **Lisboa Empreende / Lisboa Inclui** – Projeto de Empreendedorismo e Empregabilidade de pessoas pertencentes a grupos socialmente vulneráveis, sobretudo imigrantes, como forma de combater a pobreza e a exclusão social.
 - **Meter a mão na massa:** Tomar o gosto aos ofícios – Promover a inclusão social e reduzir a pobreza de jovens e mulheres em situação vulnerável, através da aposta na formação/capacitação, “empowerment” e desenvolvimento da criatividade e do gosto pelas artes e pelos ofícios, dotando-as de competências cidadãs, profissionais, artísticas e práticas conducentes à redução de desigualdades, à elevação da autoestima, a uma atividade profissional que os insira na sociedade e os ajude a ultrapassar o problema do desemprego e da pobreza. Inclui também reabilitação de uma escola básica desativada com o objetivo de instalar uma escola de artes e ofícios.
 - **Devolver os bairros a Lisboa:** requalificação, ocupação dinamização dos espaços públicos de proximidade – Lisboa, em toda a sua diversidade, possui localmente espaços urbanos onde uma mistura de criatividade, comércio tradicional e empreendedorismo pode gerar múltiplos espaços comuns que em rede servem de força centrípeta, capaz de atrair múltiplos agentes. Este projeto pretende estabelecer as condições estruturais adequadas que facilitem uma dinâmica “bottom-up” sustentável do tecido urbano. Para tal ir-se-à identificar os espaços públicos existentes, caracterizar os seus ocupantes, assim como as dinâmicas demográficas da envolvente e desenvolver uma ferramenta a disponibilizar para plataformas móveis (IOS, Android), onde cada agente regista a sua atividade e a associa ao bairro e demonstração e potenciação de iniciativas associativas locais para a estão dos espaços comuns.
- **Outros projetos:**
 - **Cadeia sinérgica Hortas/Mercados de rua e cobertos/Gastronomia** – Hortas de maior dimensão (Rio Seco, Vale Fundão, Vale de Chelas, Vale da Ameixoeira, Olivais) e de menor dimensão (Telheiras, Bem Saúde, ...) potenciam Lazer/Rede social/Subsistência, incentivando a comercialização, potenciando os mercados (de rua e cobertos) e consequentes atividades/iniciativas empreendedoras ligadas à fileira da Gastronomia/Cultura/Turismo, favorecendo a criação de emprego qualificado e diferenciado, dinamizando a economia local.
 - **Campanha “Parceiros-Verdes”** – A CML organizaria grupo de parceiros e patrocinadores para os diferentes projetos versando a sustentabilidade, ficando com um “banco” de colaboradores entusiastas com que poderia contar para a promoção de diferentes ações versando a sustentabilidade. Para tal poderia preparar campanha de sensibilização junto a empresas como por ex. fábrica de bicicletas, fábrica de mobiliário urbano, Metro,

Valor Sul, Carris, Universidades, EDP, Galo, etc..

- **CrowdULx:** Crowdsourcing social universitário – Adotando uma estratégia de “crowdsourcing” e tirando partido de uma estratégia de inteligência coletiva, propõe-se a construção de uma plataforma colaborativa que permita o cruzamento da oferta de horas de trabalho especializado de alunos do ensino superior de Lisboa a organizações do terceiro sector desta cidade.
- **Quiosques inclusivos** – Promover concurso de ideias de cariz social, inovadoras e sustentáveis de forma a dinamizar os quiosques municipais atribuídos à área social, e que se encontram fechados, como forma de prevenção de situações geradoras de exclusão social para desempregados e jovens à procura de 1º emprego.

6.3 Cidadania e participação

A coesão social só será real quando construída com a participação de todos, desde instituições e organizações aos próprios cidadãos, sendo para isso necessário desenvolver ou criar as condições que visam i) consolidar, racionalizar e rentabilizar a rede de equipamentos sociais existentes, melhorando a oferta e as condições de utilização; ii) fortalecer o trabalho em parceria, nomeadamente através da participação na Rede Social e da criação de projetos e programas que incentivem o seu funcionamento e iii) definir e concretizar políticas e projetos de intervenção comunitária de natureza transversal

- **Equipamentos** – Consolidação, racionalização e rentabilização da rede de equipamentos, melhoria de oferta e adequabilidade de condições de utilização:
 - **Implementação de modelo de gestão integrada de equipamentos sociais, saúde, desporto e outros (PDS).**
 - **Articulação do sistema de equipamentos e valências existentes através da Carta Social georreferenciada (PDS).**
- **Participação** – Fortalecimento do trabalho em parceria, nomeadamente através do fortalecimento da Rede Social, criação de infraestruturas e de modelos de suporte ao funcionamento dos programas e projetos definidos no seu âmbito:
 - **Reforço da Rede Social** – A Rede Social como base de intervenção na cidade, partindo dos seus agentes, como plataforma de partilha de experiências e monitorização das intervenções.
 - **Plataforma do terceiro sector** – criação de uma plataforma, física e virtual, do terceiro sector, que facilite a sua interação e fomente a colaboração.
 - **Implementar sistema universal de suporte a redes colaborativas** – Estender redes de apoio ou colaboração entre os habitantes a todo tipo de serviço (reclamações, sugestões, “carpooling” e outros) e promover a progressiva implementação da internet livre.
 - **Capacitação das estruturas autárquicas** – Programa-piloto para capacitação de freguesias, no contexto da reestruturação das freguesias, apoie criação de competências para intervenção integrada de políticas de coesão social.
 - **Voluntariado** – Articulação dos programas de voluntariado da cidade, com vista à maximização dos recursos humanos disponíveis para a promoção da coesão social, promoção da participação cidadã e melhoria das condições do exercício de voluntariado (PDS).
 - **Bolsa de Voluntariado** – Consolidar as Bolsas de voluntariado existentes e promover a formação dos potenciais voluntários em articulação com organizações do 3º setor.
 - **Outros projetos:**
 - **Daqui Lisboa: Comunicação digital ao serviço das comunidades desfavorecidas** – Projeto formativo na área das novas tecnologias e plataformas de comunicação eletrónica, dirigido às comunidades desfavorecidas da cidade e à sua capacitação para funcionarem em rede e colocarem informação e conteúdos no espaço público digital, através de “small” e “social media”.
 - **Reclusos: A universidade na (re)inclusão** – Estabelecimento de parcerias para viabilização do ensino superior em estabelecimentos prisionais a fim de assegurar uma melhor reintegração na sociedade. O modelo de ensino proposto é um ensino à distância, com uso privilegiado das TIC, mas com possibilidade de interação entre alunos e professores, associando as vantagens do ensino à distância com as vantagens do ensino presencial (ainda que virtual). Neste contexto preconiza-se o desenvolvimento de um sistema de TI para permitir o uso seguro das

TIC nos estabelecimentos prisionais, que inclua o uso de redes privadas virtuais (VPN), “firewall” e servidores dedicados adaptados às necessidades organizacionais e pedagógicas e exigências de segurança.

- **Desenvolvimento na instituição universitária de atividades de integração social** – Colaboração da universidade com a escola de modo a que interactivamente se possa intervir com os alunos apoiando-os na realização de trabalhos escolares e no saber como lidar com situações de violência e indisciplina.
- **Políticas transversais** – Políticas e projetos de intervenção comunitária no combate a problemas sociais de impacto transversal cuja implementação depende da participação de instituições e da comunidade:
 - **Saúde** – Implementação das medidas preconizadas no Perfil Municipal de Saúde e Plano Municipal de Saúde (CML/ARSLVT/Rede Social).
 - **Prevenção da violência** – Implementação do modelo de intervenção integrada para a área da violência (PDS).
 - **Outros projetos:**
 - **Avaliação de indicadores de saúde física socio-emocional e ambiental na população infantil e geriátrica de meios socialmente desfavorecidos** – Este projeto tem como elemento agregador a saúde física, emocional, social e ambiental, e como alvo específico a saúde das populações infantil e geriátrica, a viver em bairros desfavorecidos da cidade de Lisboa. O objetivo será avaliar indicadores de saúde física, psicológica e ambiental das populações alvo e dar indicadores para intervenções efetivas que visem a promoção da Saúde e do desenvolvimento dessas populações em Lisboa.
 - **MEM+ : Aplicação para a doença de Alzheimer** – Desenvolvimento de uma aplicação informática direcionada a doentes diagnosticados com a doença de Alzheimer num estado intermédio da doença. Os objetivos da aplicação informática são predominantemente i) ajudar os profissionais de saúde a diagnosticar a evolução da doença em doentes já diagnosticados e ii) ajudar os doentes através da realização de jogos que auxiliem a estimulação das suas capacidades cognitivas.
 - **Durmibus** – Reutilização dos transportes públicos desativados na cidade, tornando-os num meio de ajuda e aproximação aos sem-abrigo.

6.4 Cultura e Comunidade

A identificação da comunidade como base do trabalho de coesão social e das diferentes culturas como veículo de transposição de barreiras e aproximação entre indivíduos e comunidades, prevendo-se como grandes vetores i) cultura para todos – programas de arte para todos, incluindo diferentes formas de expressão – música, dança, teatro, canto, literatura e mesmo desporto e ii) cultura comunitária – implementação de processos participativos e de capacitação de comunidades na transformação, conservação e valorização identitária dos seus bairros.

- **Cultura para todos**
 - **Programas de universalização da arte a todos** – Apresentação e introdução de diferentes formas de expressão – música, dança, teatro, cantamos, literatura – preferencialmente junto das populações mais jovens.
 - **Estúdios musicais comunitários** – Criar através da música uma mudança positiva nas atitudes e comportamentos. Criação de 10 estúdios baseados na tecnologia de edição digital (baixo custo), e em pequenos conjuntos instrumentais do tipo pop/rock. Formação de uma rede de músicos agentes (brokers) para a utilização destes estúdios. Promoção de eventos regulares.
 - **Dança na Diver©idade** – Pretende-se demonstrar o potencial da dança enquanto expressão artística e agente transformador das atitudes face a pessoas com deficiência ou de grupos em situação de exclusão social, pretendendo ainda reconhecer o seu papel na promoção do bem-estar e da qualidade de vida. Desta forma, pretende-se intervir a nível local, junto de grupos diversos dinamizando um conjunto de ações práticas, nomeadamente sessões abertas, workshops, laboratórios coreográficos, espetáculos artísticos e a caracterização de programas ou recursos atualmente existentes na cidade, ilustradores de ‘boas práticas’ no âmbito da dança.
 - **Arte na cidade** – Programa de apoio à disseminação pela cidade de produtores culturais tendo como objetivo a valorização dos intervenientes em processos de dinamização local desenvolvidos juntos das comunidades, captação de novos públicos, atração de público para outros locais da cidade e dessa forma promovendo a coesão social-territorial.

■ Cultura comunitária

- **Processos participativos e de capacitação** – Implementação de processos participativos e de capacitação de comunidades na transformação e conservação dos seus bairros, tendo como instrumento a cultura ou práticas culturais.
- **Os cidadãos fazem a sua história** – O projeto pretende integrar os cidadãos mais idosos em redes de recolha de testemunhos sobre as vivências urbanas dos cidadãos comuns que envolva jovens, a administração das freguesias e instituições escolares, contribuindo para diminuir o seu isolamento. A ação poderia ser acompanhada por uma formação que permitisse aos idosos um acesso, ainda que básico, a um pequeno computador. Visaria também incitar jovens das escolas da freguesia a fazer pequenos filmes ou narrativas digitais com fotografias antigas que fossem acionáveis pelos turistas nalguns locais.
- **Imagens pela inclusão** – Projeto de investigação-ação visando envolver ativamente indivíduos que passaram pela situação de sem-abrigo, bem como pessoas que se encontrem a beneficiar de habitação apoiada, nomeadamente pensões. São aliadas duas vertentes centrais: a investigação na área da inclusão social, e em particular acerca das dinâmicas habitacionais e percursos dos sem-abrigo da cidade de Lisboa, e o domínio da ação social, visando não só uma inclusão ativa dos participantes, mas também contribuir para delinear estratégias de atuação integradas dirigidas a este público marginalizado.
- **Outros projetos:**
 - **Arte urbana, um traço na identidade de Lisboa** – A Galeria de Arte Urbana (GAU) define como alguns dos objetivos do seu programa educativo, particularmente atento ao impacto social das atividades artísticas, o contributo para o alívio das tensões sociais, o melhoramento das relações comunitárias, a inserção no meio social, a prevenção da criminalidade e do absentismo escolar. Revelando-se como um espaço de liberdade criativa dedicado pela CML ao “graffiti” e à “street art”, a Galeria tem vindo a afirmar-se como a principal plataforma de atuação do município nestes universos plásticos que hoje se manifestam transversalmente, no espaço público das cidades.
 - **Carências e exclusões** – Recolha e edição de histórias de vida no âmbito do jornalismo de proximidade. Identificação pelos residentes de áreas de intervenção urgente e inventariação dos recursos humanos e materiais existentes para projetos autogeridos. Autoimagem e avaliação de programas de desenvolvimento comunitário urbano.

7. Governança e outras condições para o sucesso da intervenção

Para além dos projetos devem ser asseguradas as condições institucionais adequadas, para potenciar a eficiência e a eficácia das intervenções, nomeadamente:

- **Implementação das políticas e projetos** no âmbito da **Rede Social de Lisboa**
- **Animação das redes locais e da sociedade civil** que possam estar na base da implementação de estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas próprias comunidades
- **Participação em redes nacionais e internacionais**, para partilha de boas-práticas e implementação de projetos comuns
- **Plataforma de partilha de experiências, monitorização e avaliação das intervenções**
- **Monitorização, avaliação e melhoria contínua da estratégia**
- **Capacitação institucional e técnica, de:**
 - **Freguesias**, para dar resposta às exigências de novas formas de governança emergentes (reforço da mobilização da sociedade civil, necessidade de intervenções multisectoriais, etc.) e que possam vir a reforçar a sua capacidade de intervenção junto da população.
 - **Município**, para dar resposta às necessidades de intervenção social e de respostas territoriais, integradas e de base local, que rompam com as lógicas tradicionais de atuação sectorial e institucional.
 - **Terceiro sector**, para dar resposta a novas exigências institucionais e funcionais, de financiamento e gestão, ao mesmo tempo aperfeiçoamento e qualificação da intervenção com critérios de certificação e validação.



ENTIDADES PROPONENTES DOS PROJETOS

ACL

Associação Comercial de Lisboa

ADIST-UTL

Associação para o Desenvolvimento do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa

AECOPS

Associação de Empresas de Construção Obras Públicas e Serviços

AEIPS

Associação para o Estudo e Integração Psicossocial

AERLIS

Associação Empresarial da Região de Lisboa

ATL

Associação de Turismo de Lisboa

CALL

Proposta individual apresentada no âmbito da Call for Ideas

CIES-IUL

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia - Instituto Universitário de Lisboa

CMI

Conselho Municipal da Interculturalidade

CNAD

Cooperativa Nacional de Apoio a Deficientes

DC

Dupla Cena

DCM

Direção Municipal de Cultura

DMEI

Direção Municipal de Economia e Inovação

DMHS

Direção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social

DMPRGU

Direção Municipal de Planeamento, Reabilitação e Gestão Urbanística

DMTT

Direção Municipal de Transportes e Trânsito

DPRU

Departamento de Planeamento e Reabilitação Urbana

DPU

Departamento de Planeamento Urbano

EMEL

Empresa Pública Municipal de Estacionamento de Lisboa

E-NOVA

Agência Municipal de Energia-Ambiente de Lisboa

ESCS-IPL

Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa

ESE-IPL

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa

ESTSL-IPL

Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa do Instituto Politécnico de Lisboa

FA-UTL

Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa

FC-UL

Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa



**FCL**

Fundação Cidade de Lisboa

FCSH-UNL

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

FCT-UNL

Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa

FEEM

Fórum Empresarial da Economia do Mar

FMH-UTL

Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa

GABIPM

Gabinete de Apoio ao Bairro de Intervenção Prioritária da Mouraria

GP

Gabinete do Presidente

GECORPA

Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico

IBM

Companhia IBM Portuguesa, S.A.

IGNITE CML

Proposta individual apresentada internamente por funcionários CML no âmbito do processo IGNITE

IMOE

ImoEconometrics

IPL

Instituto Politécnico de Lisboa

ISA-UTL

Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa

ISCTE-IUL

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - Instituto Universitário de Lisboa

ISEL-IPL

Instituto Superior de Engenharia do Instituto Politécnico de Lisboa

ISEGI-UNL

Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação - Universidade Nova de Lisboa

IST-UTL

Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa

LNEC

Laboratório Nacional de Engenharia Civil

MNAA

Museu Nacional de Arte Antiga

PAUEV

Pelouros do Ambiente Urbano e Espaços Verdes

PC

Pelouro da Cultura

PEJ

Pelouro Educação e Juventude

PEIM

Pelouro da Economia, Inovação e Modernização

PHDS

Pelouros da Habitação e Desenvolvimento Social

PM

Pelouro da Mobilidade

PU

Pelouro do Urbanismo

SJR

Serviço Jesuíta aos Refugiados

UACS

União de Associações do Comércio e Serviços

UL

Universidade de Lisboa

UNL

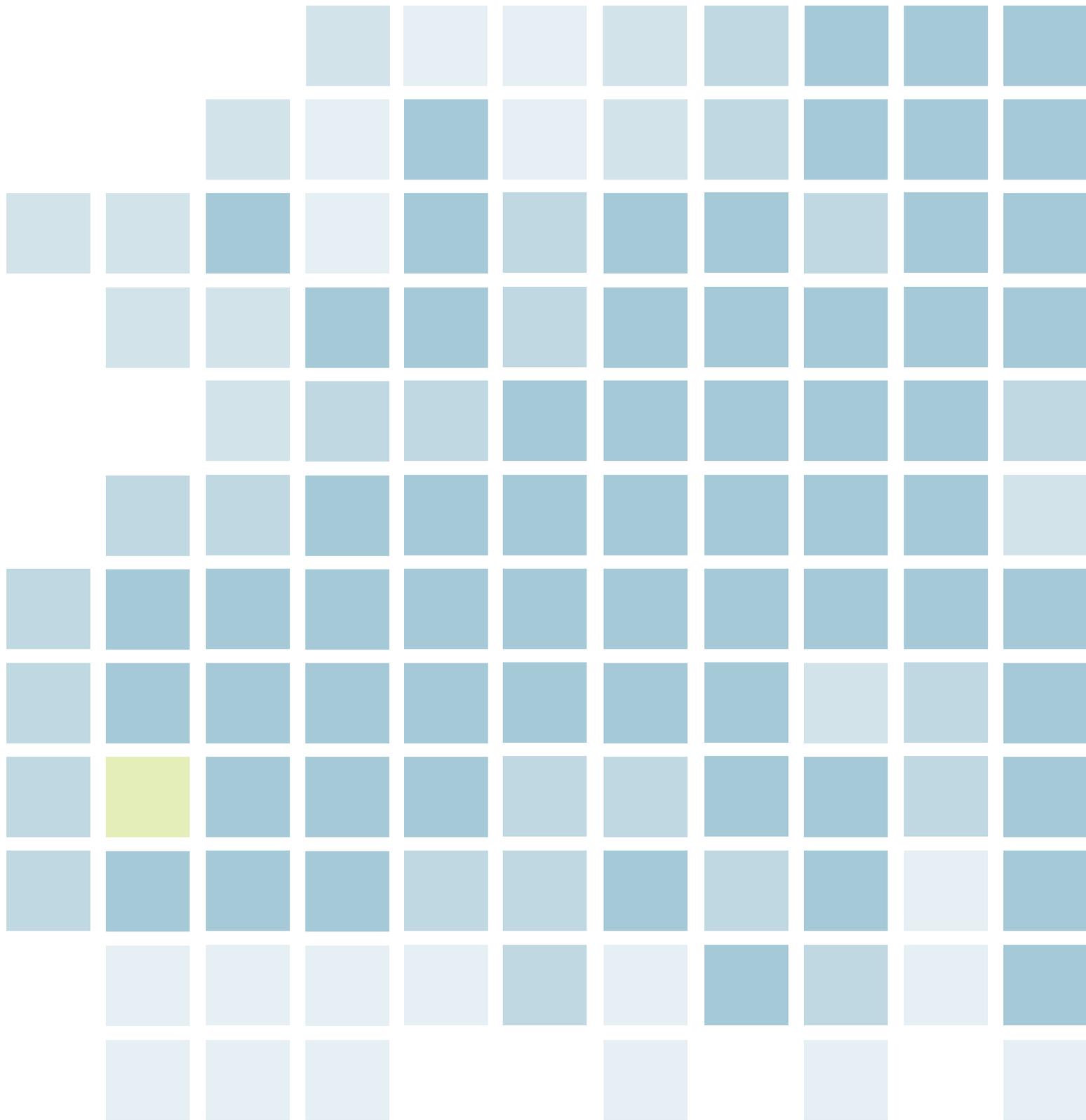
Universidade Nova de Lisboa

UTL

Universidade Técnica de Lisboa







ANEXO I

LX-Europa 2020

Principais aspectos a ter em conta na
conceção e negociação do acordo de parceria:
a perspetiva de Lisboa



ASPETOS A TER EM CONTA NA CONCEÇÃO E NEGOCIAÇÃO DO ACORDO DE PARCERIA: A PERSPETIVA DE LISBOA

1. Aspectos gerais

Uma forte aposta no desenvolvimento urbano sustentável

Mensagem principal: *É estratégico para Portugal, no próximo período de programação financeira, fazer uma forte aposta no desenvolvimento urbano sustentável. Deve ser reservado um montante significativo do FEDER a nível nacional para ações integradas de desenvolvimento urbano sustentável geridas pelas cidades.*

Descrição:

As cidades e a aposta no desenvolvimento urbano são essenciais para alcançar os objetivos de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. O reconhecimento pela UE do papel fundamental das cidades para o futuro da Europa está claramente refletido nos documentos preparatórios do próximo período de programação.

Portugal enfrenta um conjunto de desafios urbanos específicos que precisam de uma forte resposta, nomeadamente, em termos de dispersão urbana e forte dependência do automóvel privado, parque edificado em mau estado de conservação e com fraco desempenho energético, despoamento dos centros e desaproveitamento dos recursos construídos, concentração de carências socioeconómicas e de bolsas de desemprego. Só uma forte aposta em abordagens integradas e estratégicas ao desenvolvimento urbano sustentável permitirá dar resposta a estes desafios e aproveitar a oportunidades competitivas das cidades para o progresso do país.

O reforço da dimensão urbana no quadro da Estratégia Europa 2020 e da Política de Coesão e os novos instrumentos criados não podem deixar de ser tidos como uma oportunidade por Portugal, para promover a coesão social e territorial a par com o desenvolvimento sustentável e o crescimento económico.

Refletir a importância de Lisboa, como capital e como motor do desenvolvimento regional, no Acordo de Parceria

Mensagem principal: *Para afirmar Portugal no panorama global e para dar resposta aos desafios e objetivos de desenvolvimento que se colocam ao país, Lisboa tem um papel importante a desempenhar. É necessário que a*

importância de Lisboa para o desenvolvimento do país, como sua capital e como o motor da competitividade regional no mundo globalizado, seja refletido no Acordo de Parceria.

Descrição:

A capacidade de Portugal se afirmar num mundo globalizado está intimamente ligada à afirmação de Lisboa, a sua capital, no exterior. Lisboa é a principal porta de entrada no país, simboliza em grande medida a sua imagem, encabeça uma região que representa perto de 40% do PIB nacional e onde habita um terço da população, da mais qualificada do país. É a única detentora de massa crítica e das condições necessárias para se candidatar e atrair grandes projetos, recursos e investimentos de escala europeia e global. Aproveitar estes recursos e oportunidades implica, para Portugal, apostar em Lisboa. Para Lisboa implica, mais do que uma afirmação no seio da Área Metropolitana, uma aposta na sua atratividade externa, assumindo um papel não de concorrente mas de catalisador e potenciador do desenvolvimento regional e nacional.

Convém sublinhar ainda, neste âmbito, a chamada de atenção do Comité das Regiões¹ para o caso particular de cidades que, como Lisboa, são capital de um país pouco desenvolvido mas que se localizam em regiões desenvolvidas. Estas cidades e países enfrentam desafios territoriais particulares, derivados da condição específica da sua capital, que são ainda acrescidos quando o país é de reduzida dimensão. Com efeito, muitos dos investimentos e necessidades prementes de países desfavorecidos, que por questões de escala só façam sentido ser desenvolvidos a nível central, podem não ser elegíveis nas regiões mais desfavorecidas, ficando assim sem apoio.

Este aspeto deve ser tido em conta no âmbito da negociação do Acordo de Parceria, salvaguardando-se que investimentos estruturais para Portugal, onde 71,6% da população ainda se encontra em regiões do Objetivo Convergência, e necessidades que devem ter resposta na sua capital, não ficam sem apoio meramente em consequência da localização de Lisboa.

Com vista a dar resposta a este desafio específico, chama-se a atenção para o disposto no Artigo 85.º da proposta de

¹ No seu parecer sobre o Quadro Estratégico Comum, aprovado em Outubro de 2012.

regulamento que estabelece as disposições comuns para os fundos QEC (COM(2012) 496 final), que permite «*em casos devidamente justificados que estejam associados à execução de um ou vários objetivos temáticos, a proposta formulada por um Estado-Membro aquando da primeira apresentação do Contacto de Parceria de transferir até 2 % da dotação total atribuída a uma determinada categoria de regiões para outra categoria de regiões*».

2. Governança

Dar plena realização aos princípios da parceria, governação multiníveis e participação

Mensagem principal: *Devem ser amplamente aproveitadas as novas oportunidades previstas para o próximo período de programação em termos de parceria, governação multiníveis e participação em todas as fases do processo, em particular no que respeita ao desenvolvimento urbano sustentável.*

Descrição:

A execução da Estratégia Europa 2020 exige uma parceria ativa de múltiplos atores, já que só esta pode garantir a apropriação das intervenções previstas pelas partes interessadas e explorar a experiência e o saber-fazer dos intervenientes relevantes, bem como assegurar compromisso melhorado, competências alargadas, uma maior transparência e eficácia do processo de criação e implementação das políticas.

Com efeito, a descentralização, a parceria e a participação não são só princípios de boa governança, mas antes importantes mais-valias para a conceção, programação, execução e avaliação das políticas, e fatores essenciais para alcançar os objetivos do desenvolvimento urbano. Em particular, dado o quadro atual de gestão cautelosa dos recursos públicos e a pouca disponibilidade de financiamentos quer públicos quer privados, importa assegurar que são estabelecidas parcerias duradouras com uma base ampla de atores, que permitam adequar o desenho das políticas às suas necessidades e objetivos específicos, garantindo assim a maior diversidade possível de fontes de investimento, a maximização da eficácia e eficiência dos investimentos e o sucesso da fase de implementação.

Neste contexto, é estratégico para Portugal garantir uma participação coerente dos parceiros na preparação, execução, monitorização e avaliação dos contratos de parceria e dos programas do Acordo de Parceria, dando plena concretização ao Artigo 5.º da proposta de regulamento

que estabelece as disposições comuns para os fundos QEC. Em particular, que a nova possibilidade de parceria com as autoridades locais em matéria de desenvolvimento urbano deve ser uma aposta forte na elaboração e negociação do Acordo de Parceria.

A este respeito, convém ainda sublinhar que, segundo a proposta de regulamento das disposições comuns dos fundos QEC (Artigo 14.º, alínea a), subalínea i)), os Estados-Membros devem fixar no Acordo de Parceria de que forma as diferentes fontes de financiamento, da União e nacionais, contribuem para enfrentar os desafios identificados pelas recomendações específicas por país em causa e os objetivos estabelecidos nos respetivos Programas Nacionais de Reforma, o que só poderá ser feito em estreita consulta com as autoridades locais.

De igual modo, no que respeita à questão da adicionalidade (Artigo 86.º da proposta de regulamento que estabelece as disposições comuns para os fundos QEC), recorda-se que os Estados-Membros devem obrigatoriamente manter, para o período de 2014-2020, um nível de despesa pública ou de despesa estrutural equivalente, no mínimo, equivalente ao nível de referência definido no Acordo de Parceria, algo que só poderá ser estabelecido e assegurado, de forma prudente e rigorosa, conjuntamente com as autoridades locais.

O Acordo de Parceria deve ainda criar um quadro de governança dos programas que incentive as intervenções descentralizadas e em parceria, tanto ao nível dos objetivos como dos procedimentos. Estas parcerias devem ser efetivas em todas as fases do processo, evitando a frequente relegação dos diferentes agentes para um papel consultivo ou informativo. É imperioso para Portugal conseguir a máxima base de apoio e de adesão às opções estratégicas e aos programas a definir para o próximo período de programação, algo que não será possível se os parceiros forem chamados a participar somente na fase de execução.

3. Prioridades de investimento

3.1 Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)

Segundo as disposições estabelecidas para o FEDER, nas regiões mais desenvolvidas é obrigatória a concentração de 80% do financiamento nos objetivos temáticos 1, 3 e 4 do Artigo 9.º da proposta de regulamento que estabelece as disposições comuns para os fundos QEC, e a um mínimo de 20% para o objetivo 4. Tendo em conta este en-

quadramento, os desafios específicos que Portugal e, em particular, a região onde Lisboa enfrentam, bem como os resultados do processo participado e da ampla consulta que a cidade de Lisboa realizou com vista a preparar-se para o próximo período de programação, considera-se que o Acordo de Parceria deve privilegiar uma forte aposta num conjunto de prioridades de investimento, a saber:

Objetivo 1 – Reforço da investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação

- a) Fomento da infraestrutura de investigação e inovação (I&I), promoção da excelência na I&I, promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu
- b) Promoção do investimento em I&I das empresas, desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social e aplicações de interesse público, estimulação da procura, redes, clusters e inovação aberta através de especialização inteligente

Objetivo 3 – Reforço da competitividade das PME

- a) Promoção do espírito empresarial, nomeadamente facilitando a exploração económica de ideias novas e incentivando a criação de novas empresas
- b) Desenvolvimento de novos modelos empresariais para as PME, tendo especialmente em vista a sua internacionalização

Objetivo 4 – Apoio à transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os sectores

- c) Apoio à eficiência energética e às energias renováveis nas infra-estruturas públicas e no sector da habitação
- e) Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para as zonas urbanas

A aposta nestas prioridades não exclui a necessidade de incentivar o investimento noutros domínios, nem a necessária articulação entre prioridades, programas e fundos, mesmo tratando-se de fundos relativos a diferentes políticas. Seguidamente faz-se uma breve descrição das razões que justificam a seleção proposta de prioridades, as áreas de intervenção que se consideram estratégicas, e apontam-se os casos em que é mais evidente a necessidade e as mais-valias da referida articulação.

OBJETIVO 1

REFORÇO DA INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO

Prioridade a) Fomento da infraestrutura de investiga-

ção e inovação (I&I), promoção da excelência na I&I, promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu

A importância da investigação, do desenvolvimento tecnológico (I&DT) e da inovação para um reposicionamento competitivo na globalização é hoje uma evidência. Portugal tem vindo a fazer uma aposta consistente neste âmbito, tendo atingido resultados consideráveis em áreas como, por exemplo, o aumento do número de doutorados. No entanto, existem ainda muitos desafios que se colocam nesta matéria, em particular os que se prendem com a falta de competitividade e de escala das instituições de investigação portuguesas para concorrer com as restantes instituições europeias a financiamentos para I&DT, que são em grande medida a base para a inovação, ou para integrarem as redes internacionais e projetos europeus de I&DT. Por esta razão, Portugal, um país pobre no contexto da União Europeia (UE), é um contribuinte líquido da política da UE de I&DT, dado que não tem a competitividade suficiente para recuperar o seu próprio investimento nesta realizado.

Convém a este respeito sublinhar que Lisboa tem já hoje uma vocação universitária significativa, com mais de 140 mil estudantes e inúmeros centros de investigação. A exploração deste potencial em termos económicos e de desenvolvimento é fundamental. Lisboa tem a massa crítica necessária para posicionar Portugal como um ator no panorama europeu de investigação.

Mas para tal é necessário estimular a inserção das suas instituições nas redes internacionais, capacita-las para se assumirem como locais de excelência, promover as iniciativas de escala e a criação de massa crítica, e a alta qualificação dos recursos humanos, nomeadamente, através de políticas de mobilidade e de apoio aos investigadores.

Neste contexto, considera-se que uma das grandes apostas do próximo período de programação deve ser feito nesta prioridade de investimento, aproveitando as oportunidades criadas de **articulação do financiamento dos Fundos Estruturais** com os dos programas **Horizonte 2020, Erasmus para todos e Parcerias Europeias de Inovação**. Tendo em conta que estes financiamentos são atribuídos numa lógica de competição sem fundos nacionais, uma aposta bem-sucedida neste domínio permitirá um reforço das verbas disponibilizadas para Portugal. Sublinha-se ainda que para ser bem-sucedida, esta articulação terá de ser forjada numa estreita parceria com as cidades, as instituições de ensino superior e de investigação, e as empresas com potencial de inovação.

A aposta nesta prioridade e, em particular, o desenvolvimento de estratégias de investimento integradas entre vários fundos devem ter em conta as áreas consideradas como prioritárias para o desenvolvimento do país, bem como as áreas em que as instituições portuguesas já adquiriram uma significativa especialização e que tenham um grande potencial de aplicação. Destas destacam-se a **área da construção**, em particular no que respeita à reabilitação do edificado em termos sísmicos e energéticos (novos materiais e tecnologias sustentáveis) e à reabilitação do património cultural (inovação ao nível da compatibilização com os materiais e técnicas tradicionais); a **área dos transportes**, em particular no que respeita à redução das emissões, à aplicação de novas tecnologias para a melhoria da gestão do tráfego, entre outras; a **área da exploração marítima**, que é uma área na qual o potencial de Portugal é assinalável, dada a extensão da placa continental e da localização dos Açores junto à cordilheira central, onde existem um com grande potencial em termos de recursos naturais e energéticos, mas que necessita de um forte investimento no apoio à investigação e ao desenvolvimento tecnológico e inovação, e no forjar de parcerias internacionais fortes, tanto entre empresas como entre instituições com vista ao aproveitamento destas oportunidades; e as **áreas do envelhecimento ativo e saúde**, que para além de serem decisivos para o futuro da sociedade, dariam a hipótese de **atrair para Lisboa uma co-localização de um pólo do EIT**. Conseguir essa co-localização daria visibilidade às instituições de investigação portuguesas que integrassem esse pólo e atrairia novos investigadores para Lisboa e Portugal. Permitiria ainda congregar instituições universitárias, empresas (por exemplo dos sectores farmacêutico e biotecnologia), e instituições públicas, inseridas numa lógica de rede internacional, e beneficiar da oportunidade criada pela instalação do novo Hospital de Lisboa Oriental.

Prioridade b) Promoção do investimento em I&DT das empresas, desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social e aplicações de interesse público, estimulação da procura, redes, clusters e inovação aberta através de especialização inteligente

Outro dos desafios que Portugal enfrenta coloca-se ao nível da transferência do conhecimento produzido para as empresas, no investimento das mesmas em I&DT e na aplicação da I&DT à criação de novos produtos e serviços.

A este respeito, é fundamental apoiar o investimento privado em investigação e promover as ligações das empresas às universidades e aos centros de investigação. O conhecimento gerado pela investigação é não uma

mais-valia mas um recurso absolutamente crítico na sociedade do conhecimento. Aproveitar e desenvolver este potencial mediante a formação de parcerias, o desenvolvimento de projetos conjuntos e o apoio à transferência de conhecimento para o mercado é prioritário.

Por outro lado, a consolidação e vitalização do tecido económico existente é essencial tanto para manter as estruturas produtivas como para o próprio potencial de atração, e esta consolidação terá de passar pelo apoio à modernização das empresas, à inovação e à transferência de conhecimento.

Os investimentos feitos no âmbito desta prioridade, bem como da prioridade anterior, têm de ser coordenados com investimentos a realizar no âmbito de outros objetivos temáticos, nomeadamente, o objetivo 2, **Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade**, em particular no que respeita à **disponibilização do acesso às TIC** (em termos de infraestruturas, do acesso a banda larga, da maximização do acesso por parte da população e da promoção das competências e capacidades necessárias para um verdadeira inclusão digital) e do **incentivo à sua aplicação** (nomeadamente, no que respeita à melhoria da gestão, da produtividade e da utilização dos recursos nos mais diversos domínios, seja no âmbito da administração pública, gestão das cidades e fornecimento de serviços, seja no desenvolvimento das atividades económicas, de novos produtos e dos sistemas produtivos). Deve ainda haver uma forte ligação com as prioridades de investimento do objetivo 3, descritas seguidamente.

OBJETIVO 3 REFORÇO DA COMPETITIVIDADE DAS PME

Prioridade a) Promoção do espírito empresarial, nomeadamente facilitando a exploração económica de ideias novas e incentivando a criação de novas empresas

O crescimento económico e o emprego dos principais desafios que se colocam nesta altura a Portugal. Neste âmbito, o apoio ao empreendedorismo e à criação de empresas é crucial, bem como o incentivo à inovação e à criatividade nesta matéria. A criação de emprego por conta própria e o empreendedorismo são alternativas relevantes ao trabalho por conta de outrem enquanto mecanismo gerador de empregos, tendo também papel fundamental na modernização da economia. A disseminação de uma cultura de iniciativa, inovação e risco deve ser promovida na sociedade globalmente e no sistema

educativo e de formação em particular. O estímulo ao aumento da presença do terceiro sector nesta área, o apoio à realização de projetos em parceria entre diferentes instituições, o apoio à capacitação das instituições ao nível da organização e gestão, da qualificação dos recursos humanos e da capacidade de inovação são também linhas de ação importantes.

A articulação com o investimento relativo ao objetivo 1, em particular na alínea b) Promoção do investimento em I&I das empresas, desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social e aplicações de interesse público, estimulação da procura, redes, clusters e inovação aberta através de especialização inteligente, é fundamental para o incentivo à exploração de ideias inovadoras, ao desenvolvimento das empresas criativas e à abertura de novas áreas de negócio, aumentando o valor acrescentado e a competitividade das iniciativas.

Tal como já foi referido a propósito da I&DT, a aposta nesta prioridade deve ter em conta as áreas consideradas como prioritárias para o desenvolvimento do país, bem como as áreas em que as instituições e empresas portuguesas já adquiriram uma significativa especialização e que tenham um grande potencial de aplicação e/ou desenvolvimento, nomeadamente, as áreas da **reabilitação do edificado, desenvolvimento turístico, empresas culturais e criativas, sustentabilidade, exploração marítima, envelhecimento e saúde**.

Prioridade b) Desenvolvimento de novos modelos empresariais para as PME, tendo especialmente em vista a sua internacionalização

A internacionalização das empresas portuguesas é uma prioridade que ganha ainda maior relevância no atual quadro de restrição do consumo interno. Por esta razão, o crescimento económico e a criação de emprego no país estarão diretamente relacionadas com a capacidade de as empresas se internacionalizarem.

A ação neste domínio pode ganhar com uma articulação com os domínios já referidos anteriormente, tanto a propósito da promoção do empreendedorismo como de apoio à **I&DT** e às **TIC**, de modo a gerar produtos e serviços inovadores, e com suficiente valor acrescentado para serem competitivos ao nível internacional e para captarem investimento internacional nas empresas e território nacional. Deve também ser articulada com as oportunidades de financiamento relativo ao **Desenvolvimento dos viveiros de empresas e do apoio à atividade por conta própria e à criação de empresas** (alínea a), objetivo 8).

OBJETIVO 4

APOIO À TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA DE BAIXO TEOR DE CARBONO EM TODOS OS SECTORES

Prioridade c) Apoio à eficiência energética e às energias renováveis nas infra-estruturas públicas e no sector da habitação

Portugal é um país altamente dependente de combustíveis fósseis, com uma consideravelmente baixa eficiência energética ao nível do edificado e transportes, e que enfrenta importantes desafios nesta área para dar resposta à sua cota de objetivos a alcançar no âmbito da Estratégia Europa 2020.

Neste âmbito, considera-se estratégico garantir um amplo apoio à reabilitação energética do edificado. A reabilitação dos edifícios é considerada, consensualmente, como uma área de intervenção estratégica para Portugal, derivado não só do mau estado de conservação do património construído, como do potencial que uma ação a este nível teria para gerar emprego, dinamizar a economia, melhorar as condições de vida da população, reduzir a expansão urbana e o recurso ao transporte privado e aumentar a atratividade turística.

A reabilitação de edifícios contribui significativamente para alcançar os objetivos da Estratégia Europa 2020 e de diversas das prioridades temáticas da Política de Coesão, nomeadamente, no que se refere à proteção do património, à promoção do turismo, à redução dos riscos e, à eficiência energética: *«Os edifícios devem constituir um ponto fundamental na política de eficiência energética da UE, uma vez que cerca de 40 % do consumo energético final (e 36 % das emissões dos gases com efeito de estufa) provém de habitações, escritórios, lojas e outros edifícios. Além disso, os edifícios fornecem o segundo maior potencial de eficácia de custos por explorar, no que diz respeito à poupança de energia, seguido do setor da energia. Estima-se que o potencial de eficácia de custos por explorar no que diz respeito à poupança de energia no setor da construção (isto é, incluindo edifícios residenciais e não residenciais) seja equivalente a 65 Mtep1, o que corresponde a uma necessidade de investimento cumulativo de cerca de 587 mil milhões de euros para o período de 2011-2020. Tal traduz-se numa necessidade de investimento de cerca de 60 mil milhões de euros por ano para concretizar este potencial de poupança.»*²

² Parlamento Europeu, Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia dirigido à Comissão do Desenvolvimento Regional – Parecer da proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo

Neste contexto, é estratégico garantir um apoio abrangente à reabilitação de edifícios, incluindo os habitacionais, que permita alavancar o investimento privado nesta área, algo que tem nesta prioridade de investimento com ampla margem de financiamento, uma grande oportunidade.

No entanto, dada a importância estratégica da reabilitação, e os seus contributos para um amplo leque de objetivos temáticos, considera-se que se deve articular as oportunidades de financiamento nesta área com outras prioridades temáticas, a saber: a **Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes** (alínea b), objetivo 5), com vista a permitir apoiar a reabilitação sísmica (estrutural) dos edifícios bem como as ações com vista a aumentar a segurança ao incêndio, aumentando a resiliência da cidade, e dando a hipótese de alcançar uma massa crítica de financiamento na área da reabilitação que seja verdadeiramente catalisadora do investimento privado; **Proteção, promoção e desenvolvimento do património cultural** (alínea c), objetivo 6), que permite apoiar a reabilitação de edifícios classificados como património cultural e, por esta via, aumentar a atratividade da cidade, em particular para o setor do turismo; e **Ações para melhorar a qualidade do ambiente urbano, incluindo a regeneração de instalações industriais abandonadas e a redução da poluição do ar** (alínea e), objetivo 6). No que respeita ao apoio em prol da eficiência energética e da utilização de energias renováveis nas infra-estruturas públicas, sublinha-se a possibilidade de articulação com investimentos do **Fundo de Coesão**.

Prioridade e) Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para as zonas urbanas

O fomento da mobilidade sustentável é uma prioridade para as cidades que querem assegurar um crescimento duradouro, uma atratividade competitiva e uma melhor qualidade de vida. No espaço urbano essa questão coloca-se com particular acuidade dada a concentração de tráfego, com as respetivas consequências em termos de emissões. Uma intervenção global no domínio da mobilidade sustentável e inclusiva, que apoie estratégias de mobilidade integradas de baixo teor de carbono para as áreas urbanas, conjugando novas tecnologias, uma gestão inteligente do tráfego, a promoção da utilização de transportes coletivos e dos modos de transporte "limpos" e suaves, a acalmia e moderação de tráfego, e soluções

de acessibilidade para todos, pode gerar importantes contributos para a prossecução das metas da Estratégia Europa 2020 no que se refere à redução de emissões de carbono. Acresce ainda um efeito relevante em termos de combate à exclusão, otimização do funcionamento e gestão das infraestruturas e melhoria da qualidade de vida e do ambiente urbano.

Esta prioridade estratégica deve também ser articulada com as oportunidades de financiamento de outras prioridades temáticas, em particular, relativas à **I&DT e à TIC** e ao **Desenvolvimento de sistemas de transportes ecológicos e com baixo teor de carbono e promoção da mobilidade urbana sustentável** (alínea c), objetivo 7). O **Fundo de Coesão** pode também dar um importante contributo para complementar a ação neste domínio.

Outros objetivos temáticos

Para além dos objetivos temáticos que são referidos a propósito da concentração temática, e das prioridades de investimento que foram anteriormente referidas a propósito da sua articulação, considera-se que no âmbito do FEDER deve ser dada ainda uma atenção particular ao objetivo 9, **Promoção da integração social e combate à pobreza**. Este objetivo concentra para o FEDER as seguintes prioridades:

Prioridade a) Investir na saúde e nas infra-estruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde e para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária

Pode ser estratégico apostar nesta prioridade, tendo em vista não só os seus fins específicos, como criar sinergias com a aposta estratégica de Portugal no âmbito do envelhecimento ativo e da saúde que já foi referida anteriormente.

Prioridade b) Apoio à regeneração física e económica das comunidades urbanas e rurais desfavorecidas

Garantir a qualidade de vida de todos os habitantes e da totalidade do território da cidade implica uma atenção particular às áreas de concentração de carências sociais, económicas e ambientais. É fundamental uma aposta na regeneração das áreas desfavorecidas ou em declínio, que vise de forma global e integrada dar resposta à concentração de carências e vulnerabilidades que se verificam nestas áreas. Esta aposta é crucial para a coesão

ao Fundo de Coesão e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1084/2006 do Conselho.

social e territorial das cidades, bem como para a inclusão das comunidades que nelas habitam e onde se encontra parte significativa da população urbana jovem, garante do futuro do país. Uma estreita articulação com a atuação do FSE neste domínio, em particular no que respeita às **estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais** (alínea vi, objetivo 9) é também fundamental.

Prioridade c) Apoio para empresas sociais

A promoção do desenvolvimento da economia social e solidária constitui uma importante oportunidade de criação de emprego, contribuindo paralelamente para melhorar a resposta a diversos problemas ambientais e para a valorização a resolução de diversos problemas sociais. As dinâmicas de base local, alicerçadas em mecanismos de confiança e relações interpessoais, podem constituir a base de desenvolvimento de iniciativas que qualificam as respostas dadas a alguns problemas sociais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de muitas populações em risco de exclusão, e têm um potencial de geração de emprego não despendendo. Assim, considera-se que pode ser estratégico o investimento ao nível desta prioridade, em articulação próxima com as prioridades dos **objetivos 3, 8 e 9**, e da atuação do **FSE** nestes domínios.

3.2 Fundo Social Europeu (FSE)

Segundo as disposições estabelecidas para o FSE, nas regiões mais desenvolvidas é obrigatória a concentração de 80% da dotação de cada programa operacional no máximo, em quatro das prioridades de investimento previstas no artigo 3.º, n.º 1 do respetivo regulamento, relativas aos objetivos 8, 9, 10 e 11 do Artigo 9.º da proposta de regulamento que estabelece as disposições comuns para os fundos QEC e a um mínimo de 20% para o objetivo 9. Tendo em conta este enquadramento, os desafios específicos que Portugal e, em particular, a região onde Lisboa enfrentam, bem como os resultados do processo participado e da ampla consulta que a cidade de Lisboa realizou com vista a preparar-se para o próximo período de programação, considera-se que o Acordo de Parceria deve privilegiar uma forte aposta num conjunto de prioridades de investimento, a saber:

Objetivo 8 – Promoção do emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores

i) O acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores

iii) O emprego por conta própria, o empreendedorismo e a criação de empresas
vi) o envelhecimento ativo e saudável

Objetivo 9 – Investimento na educação, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida

i) a redução do abandono escolar precoce e o estabelecimento de condições de igualdade no acesso ao ensino infantil, primário e secundário
ii) a melhoria da qualidade, da eficiência e da abertura do ensino superior e equivalente, com vista a aumentar os níveis de participação e de habilitações

Objetivo 11 – Promoção da inclusão social e luta contra a pobreza

i) a inclusão ativa
vi) estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais

De novo se sublinha que a aposta nestas prioridades não exclui a necessidade de incentivar o investimento noutros domínios, nem a necessária articulação entre prioridades, programas e fundos, mesmo tratando-se de fundos relativos a diferentes políticas. Seguidamente faz-se uma breve descrição das razões que justificam a seleção proposta de prioridades, as áreas de intervenção que se consideram estratégicas, e apontam-se os casos em que é mais evidente a necessidade e as mais-valias da referida articulação.

OBJETIVO 8

PROMOÇÃO DO EMPREGO E APOIO À MOBILIDADE DOS TRABALHADORES

Prioridade i) O acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores

A promoção do emprego é hoje consensualmente considerada uma das áreas de intervenção prioritárias para Portugal. A taxa de desemprego nacional tem mantido uma tendência crescente, sendo especialmente importante o desemprego jovem que atingiu os 34% no último trimestre de 2011 e o desemprego de longa duração que é em Portugal consideravelmente mais elevado que a média da UE (6,2% em 2011 contra os 4,1% da UE).

Neste contexto, a inversão das tendências recentes de aumento do desemprego, em particular do desemprego jovem e de longa duração, deve ser um desafio fortemente

assumido, e para o qual o recurso ao financiamento comunitário poderá dar um contributo essencial.

Considera-se que devem ser especialmente apoiadas medidas, ativas e preventivas, de promoção da integração no mercado de trabalho, que incluam a identificação das necessidades individuais, personalização dos serviços e da orientação, formação orientada e individualizada, validação das competências e dos conhecimentos adquiridos e reinserção profissional.

As medidas a apoiar devem ser especialmente articuladas com as restantes prioridades deste objetivo e com as ações a desenvolver no âmbito do objetivo 11 "Promoção da inclusão social e luta contra a pobreza".

Prioridade iii) O emprego por conta própria, o empreendedorismo e a criação de empresas

A promoção do emprego por conta própria e do empreendedorismo é uma alternativa relevante ao trabalho por conta de outrem enquanto mecanismo gerador de empregos, tendo também papel fundamental na modernização da economia. A disseminação de uma cultura de iniciativa, inovação e risco deve ser promovida na sociedade globalmente e no sistema educativo e de formação em particular. As ações a desenvolver nesta área poderão complementar as desenvolvidas no âmbito da prioridade anterior e dar o enquadramento necessário para uma inversão da tendência de crescimento do desemprego, que é hoje um dos principais desafios que se coloca a Portugal.

Em especial, devem direcionar-se as medidas para o apoio a desempregados, desfavorecidos e pessoas inativas, para a criação e ao desenvolvimento de empresas, em particular nos sectores considerados mais estratégicos e já referidos anteriormente (reabilitação edificado; áreas ligadas à eficiência energética, energias renováveis e economia de baixo carbono; áreas do envelhecimento ativo e saúde; indústrias culturais e criativas; turismo; etc.).

Considera-se que o apoio neste âmbito deve incluir todas as hipóteses avançadas pela Comissão (SWD(2012) 61 final, Parte II), a saber, o desenvolvimento de competências que incluem as TIC, as competências empresariais e de gestão, o acompanhamento e a consultoria, e a prestação de pacotes de serviços financeiros às empresas em fase de arranque.

Para além da óbvia articulação com a prioridade anterior, deve ainda ser promovida a articulação com os **objetivos**

1,3,e,4 do FEDER, nomeadamente no que respeita aos dos sectores estratégicos a incentivar.

Prioridade vi) o envelhecimento ativo e saudável

A promoção de um envelhecimento ativo e saudável é cada vez mais uma prioridade na sociedade europeia contemporânea. No que respeita ao ajustamento do mercado laborar face a uma população cada vez mais envelhecida, considera-se que se deve privilegiar o apoio a novas formas de organização do trabalho, que sejam mais inclusivas em termos de acessibilidade e flexibilidade, e a promoção da aprendizagem ao longo da vida.

A promoção de estilos de vida ativos e saudáveis, que permitam um envelhecimento com uma vida dinâmica e com qualidade perlongada é outra das áreas fundamentais de atuação.

As iniciativas a empreender no âmbito desta prioridade devem articular-se e criar sinergias com as já referidas na área do envelhecimento ativo e saúde âmbito das prioridades a) objetivo 1, c) **objetivo 7 e a) objetivo 9 do FEDER**, bem como com a **alínea i) objetivo 11 do FSE** que se detalha mais adiante.

OBJETIVO 9

INVESTIMENTO NA EDUCAÇÃO, NAS COMPETÊNCIAS E NA APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

Prioridade i) a redução do abandono escolar precoce e o estabelecimento de condições de igualdade no acesso ao ensino infantil, primário e secundário

Portugal tem ainda uma alta taxa de abandono escolar precoce, apesar dos avanços alcançados nas últimas décadas, em particular afetando os jovens provenientes das comunidades mais desfavorecidas, o que prejudica gravemente a integração e a empregabilidade. A preparação dos recursos humanos para uma economia com base no conhecimento, nos serviços e nas novas tecnologias é ainda baixa, o que tem um impacto negativo na competitividade global do país e, em particular, da região de Lisboa e Vale do Tejo especialmente vocacionada para o desenvolvimento de atividades nestes sectores. Adicionalmente, o nível médio de educação e formação da população é mais baixo do que o desejável, razão do grande atraso que se verificava em Portugal nesta área há poucas décadas, o que é um obstáculo adicional à competitividade e empregabilidade num modelo de

economia que está a sofrer uma transição estrutural nas últimas décadas.

Neste contexto, é estratégico promover a redução do abandono a redução do abandono escolar precoce e o estabelecimento de condições de igualdade no acesso ao ensino infantil, primário e secundário mediante, por exemplo, políticas que abranjam a prevenção destas situações, as escolas da segunda oportunidade e que promovam regimes de aprendizagem destinados a ajudar as crianças e os jovens com dificuldades de aprendizagem e a promoção de um ensino inclusivo. Apostar no reforço das competências e na sensibilização dos recursos humanos (professores, formadores, etc.) para estas matérias, no desenvolvimento de conteúdos educativos especificamente orientados para estes fins e no ensino e formação vocacional são outras das áreas a que deve ser dada uma atenção particular.

As medidas a apoiar devem ser especialmente articuladas com as **restantes prioridades deste objetivo** e com as ações a desenvolver no âmbito do **objetivo 11** "Promoção da inclusão social e luta contra a pobreza".

Prioridade ii) a melhoria da qualidade, da eficiência e da abertura do ensino superior e equivalente, com vista a aumentar os níveis de participação e de habilitações

Alargar o acesso ao ensino superior, em particular no que respeita às populações mais desfavorecidas, minorias e adultos.

Apostar na excelência deste ensino e na diversificação e inovação dos seus modelos de ensino e aprendizagem (e-learning, ensino à distância, diversidade de percursos educativos, integração com atividades de investigação, desenvolvimento de conteúdos inovadores, promoção da qualificação dos professores e investigadores, etc.).

Apostar numa maior integração do ensino com as necessidades atuais e previsíveis do mercado de trabalho e das instituições do ensino superior com as empresas (em particular com os sectores estratégicos já referidos (reabilitação edificado; áreas ligadas à eficiência energética, energias renováveis e economia de baixo carbono; área dos transportes, área da exploração marítima; áreas do envelhecimento ativo e saúde; área das novas tecnologias; etc.).

As ações neste domínio devem ser coordenadas de forma estreita com os **objetivos 1, 3 e 4 do FEDER**, bem como

com as ações a desenvolver no âmbito do **Programa Erasmus para todos e Horizonte 2020**.

OBJETIVO 11 PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL E LUTA CONTRA A POBREZA

Prioridade i) a inclusão ativa

Portugal encontra-se acima da média europeia no que respeita à população em risco de pobreza, sendo que a conjuntura atual representa um risco adicional a este nível. Com efeito, a atual crise económica e o aumento da taxa de desemprego, conjugadas com as atuais restrições orçamentais, podem conduzir a um significativo agravamento desta situação a muito curto prazo.

Neste contexto, a promoção da empregabilidade, fator decisivo para a inclusão e para a luta contra a pobreza, e a garantia do acesso a serviços tanto de apoio social, saúde e cuidados primários, como dirigidos à inclusão dos jovens e proteção das crianças são primordiais. Adicionalmente, considera-se ser também estratégico adequar os sistemas de proteção social à conjuntura atual, preparando-os para darem respostas adequadas e atempadas aos desafios e ameaças que se colocam neste domínio. É necessário que sejam previstas as necessidades acrescidas a este nível e que se previna o risco de um aumento considerável das assimetrias sociais, das populações excluídas e vulneráveis e da pobreza.

As ações a desenvolver no âmbito desta prioridade devem ser articuladas com as da **prioridade seguinte**, bem como com os **objetivos 8 e 9 do FSE**. Devem ainda coordenar-se com as ações a desenvolver no âmbito **das prioridades a) objetivo 3, a) objetivo 8, a), b) e c) objetivo 9 do FEDER**.

Prioridade vi) estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais

As estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais são veículos privilegiados para a inclusão social, dado que o próprio processo potencia a participação das comunidades locais e a cidadania, atuações adequadas às necessidades, aspirações e recursos de cada contexto específico, e uma abordagem integrada ao desenvolvimento das comunidades mais vulneráveis, afetadas por múltiplas carências de natureza diversa.

Por estas razões considera-se fundamental dar o máximo apoio e incentivo ao desenvolvimento de estratégias deste

tipo, nomeadamente mediante o apoio à sua preparação, execução e animação, bem como às suas ações específicas nas áreas do emprego, educação, inclusão social e reforço da capacidade institucional, complementando as ações nos restantes domínios apoiadas pelo FEDER.

Tal como no caso anterior, as ações a desenvolver no âmbito desta prioridade devem ser articuladas com os **objetivos 8 e 9 do FSE**. Devem ainda coordenar-se com as ações a desenvolver no âmbito **das prioridades a) objetivo 3, a) objetivo 8, a), b) e c) objetivo 9 do FEDER**.

3.3 Fundo de Coesão

No que respeita ao Fundo de Coesão, sublinha-se o papel que este pode desempenhar no que respeita ao objetivo 7, **Promoção de transportes sustentáveis e eliminação dos estrangulamentos nas principais infra-estruturas de rede**, em articulação com o Mecanismo «Interligar a Europa», em particular no que respeita às seguintes prioridades:

Prioridade (i) ao apoio a um Espaço Único Europeu dos Transportes multimodal, mediante o investimento na rede transeuropeia de transportes

O Corredor Atlântico (Lisboa-Madrid, Lisboa-Porto e Sines/Lisboa-Caia-Madrid) em caminho de ferro é estratégico para o desenvolvimento e o crescimento económico de Portugal. Tendo em conta o alargamento do Canal do Panamá, estão abertas novas oportunidades para Portugal no que respeita à ligação entre rotas marítimas e os corredores de mobilidade europeus. Portugal não deve deixar passar esta oportunidade e Lisboa, como capital do país, deve posicionar-se neste grande interface e criar ligações com cidades ibéricas para além de Madrid.

O apoio à ligação por caminho-de-ferro deve estar assim estreitamente coordenada com o desenvolvimento e o financiamento de infra-estruturas portuárias, que transforme o país não só num interface europeu como numa porta de entrada continental, afirmando o seu papel como plataforma logística atlântica.

(ii) desenvolvimento de sistemas de transportes ecológicos e de baixo teor de carbono, incluindo a promoção da mobilidade urbana sustentável

Uma aposta nesta prioridade de investimento, em complemento dos investimentos do FEDER em matéria de transportes urbanos, poderá ser estratégica em particular

no que diz respeito à melhoria da atual rede de caminho-de-ferro, da intermodalidade e de uma rede de transporte inteligente.

4. Desenvolvimento urbano sustentável

Ações integradas de desenvolvimento urbano sustentável

Mensagem principal: *Os investimentos territoriais integrados com gestão e implementação delegadas nas cidades (Artigo 7, n.º 2 da regulamentação proposta do FEDER) e as estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais são novos instrumentos para apoiar o desenvolvimento urbano sustentável que têm um grande potencial para dar resposta aos desafios com que se deparam as cidades. Lisboa, como capital do país e como importante propulsor do crescimento nacional, deve ter um acesso privilegiado a estes instrumentos. O Acordo de Parceria deve prever de forma explícita esta situação (Artigo 87, n.º 2, al. c)) e estabelecer também uma dotação anual indicativa nacional para estas ações que esteja de acordo com a relevância que cada cidade tem para o crescimento económico e para a coesão social e territorial do país.*

Descrição:

Tanto os investimentos territoriais integrados com gestão e implementação delegadas nas cidades (Artigo 7, n.º 2 da regulamentação proposta do FEDER), como as estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais, são novos instrumentos que abrem novas oportunidades às cidades de apoiarem as suas estratégias integradas de desenvolvimento e de mobilização de uma base de parceiros e investimentos para este fim.

A importância de Lisboa para o desenvolvimento do país e a importância de uma aposta de forte de Portugal no desenvolvimento urbano sustentável foram já explanadas, no entanto é preciso assegurar que esta importância é refletida no Acordo de Parceria. Lisboa deve estar contemplada na lista de cidades em que serão realizadas ações integradas para promover o desenvolvimento urbano sustentável e estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais.

Tal como a seleção das cidades beneficiárias, considera-se que dotação financeira para as mesmas deve ter em conta a relevância que cada cidade tem para o crescimento económico e para a coesão social e territorial do

país. Devem ser definidos critérios claros e adequados para a seleção das cidades onde devem ser implementadas ações integradas de desenvolvimento urbano sustentável, que assegurem a desejável concentração dos recursos para se obter massa crítica, e que maximizem o seu contributo para os objetivos da Estratégia Europa 2020 (Crescimento inteligente, sustentável e inclusivo) e para a coesão social, económica e territorial. Estes critérios devem ter em conta a preparação da cidade para ações integradas de desenvolvimento urbano.

Neste contexto, propõe-se que os critérios a utilizar tenham em conta:

- a população residente e trabalhadora;
- o peso da cidade na economia da região e do país;
- a existência de polos de I&DT e de capacidade de absorção dos seus resultados pelas instâncias produtivas;
- os níveis de desemprego, de população em risco de pobreza e de população com baixas qualificações;
- a existência de uma estratégia com ações integradas para dar resposta os desafios económicos, ambientais, climáticos e sociais que afetam a cidade.

Na determinação da dotação financeira para cada cidade, deve-se ter em conta a sua posição face a estes critérios, ou seja, a dotação financeira deve ser proporcional aos desafios e potencialidades da cidade e aos contributos que a intervenção pode dar para alcançar os objetivos da Estratégia Europa 2020 e para a coesão social, económica e territorial.

Deve ainda ser tido em conta que a seleção das cidades a incluir tem de permitir a necessária concentração de recursos para que as intervenções tenham massa crítica para atingirem os objetivos a que se propõem. Por esta razão, deve ser evitada uma dispersão dos recursos por um número excessivamente alargado de cidades.

Plataforma de desenvolvimento urbano

Mensagem principal: *A plataforma de desenvolvimento urbano será composta por um número limitado de cidades. Lisboa, dada a sua posição no país, deve ser indicada no Acordo de Parceria como uma das cidades participantes.*

Descrição:

A Plataforma de desenvolvimento urbano será constituída por parte das cidades beneficiárias de ações integradas

de desenvolvimento urbano sustentável. A lista de cidades participantes de um dado Estado-Membro será definida no âmbito do Acordo de Parceria. Lisboa, dada a sua posição destacada no país em termos dos critérios definidos pela Comissão para fins de seleção das cidades " população, tendo em conta as especificidades dos sistemas urbanos nacionais; e existência de uma estratégia com ações integradas para resolver os desafios económicos, ambientais, climáticos e sociais que afetam as zonas urbanas " e da sua condição de capital do país, deverá fazer parte dessa lista.

Importância de garantir a disponibilidade de instrumentos integrados, com base em abordagens estratégicas e em parceria para o desenvolvimento urbano

Mensagem principal: *Para alcançar os objetivos do desenvolvimento urbano e um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo é necessário promover instrumentos e abordagens estratégicos e integrados em termos de escala, prioridades e atores*

Descrição:

As cidades, incluindo Lisboa, têm (ou devem ter) estratégias de desenvolvimento urbano próprias, com um prazo mais amplo do que o do próximo período de programação. No entanto, é essencial para a capacidade de concretização dessas estratégias, o aproveitamento cabal dos instrumentos por este disponibilizados. Os objetivos de desenvolvimento e os desafios com que se deparam as cidades são complexos e implicam uma atuação concertada, cumulativa e complementar em múltiplos domínios e prioridades temáticas. Neste contexto, considera-se fundamental garantir, desde logo no Acordo de Parceria, que os instrumentos de apoio ao desenvolvimento urbano são concebidos de modo a permitir e privilegiar a viabilização de estratégias de médio e longo prazo, suficientemente flexíveis para promover abordagens integradas ao nível das prioridades de investimento e possibilitar a adequação aos contextos locais e a alterações conjunturais. Para este fim, a complementaridade entre o financiamento do FEDER e do FSE em matéria de desenvolvimento urbano sustentável e de estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais deve ser fortemente aprofundada.

Os instrumentos de apoio ao desenvolvimento urbano devem ainda dar o enquadramento e o apoio necessário para a formação de parcerias amplas com o sector privado, comunitário e voluntário, bem como para ações que integrem multiníveis de governação.

5. Coordenação dos fundos e instrumentos de financiamento

Aproveitar as oportunidades de coordenação e complementaridade entre fundos

Mensagem principal: *É estratégico para Lisboa e para Portugal identificar e aproveitar todos os instrumentos disponíveis no próximo período de programação e as complementaridades existentes entre os diferentes instrumentos para apoiar o desenvolvimento urbano. Existem domínios de intervenção especialmente estratégicos e que requerem uma abordagem integrada e um financiamento adicional, o que deve ser conseguido mediante a coordenação entre os instrumentos disponibilizados por diversas políticas comunitárias.*

Descrição:

Estão previstos para o próximo período de programação, para além dos instrumentos tradicionais, vários novos instrumentos para apoiar o desenvolvimento urbano integrado, nomeadamente, os Investimentos Territoriais Integrados, as ações de Desenvolvimento Liderado pelas Comunidades Locais, as Ações Inovadoras em Áreas Urbanas, as Operações Integradas, os Planos de Ação Conjuntos e a Plataforma de Desenvolvimento Urbano. Estes instrumentos e mecanismos não só permitem intervenções mais integradas como possibilitam a captação de recursos adicionais, para além dos disponíveis no âmbito da Política de Coesão, tendo particular relevância para a região de Lisboa.

Adicionalmente, em muitos domínios, verifica-se a existência de mais do que um instrumento da UE com possibilidade de apoiar com recursos a realização dos objetivos da Estratégia Europa 2020, tais como o Mecanismo Interligar a Europa, no domínio das infraestruturas, a iniciativa Horizonte 2020, no domínio da investigação e da inovação, o programa Erasmus para Todos, no domínio da educação e formação, o programa Leonardo da Vinci, para a educação e formação profissional, o Programa da UE para a Mudança e a Inovação Social, no domínio do emprego e da inclusão social, ou o programa LIFE, no domínio do ambiente e da ação climática.

É um desafio para Lisboa e para Portugal identificar e explorar as complementaridades existentes entre os diferentes instrumentos da UE ao nível nacional e regional, tanto na fase de planeamento como durante a execução. O aproveitamento destes instrumentos não poderá deixar de ser promovido e deve estar previsto desde logo

no Acordo de Parceria. Este é um desafio fundamental para assegurar um melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponibilizados pelas políticas comunitárias, promovendo as intervenções modernizadoras indispensáveis ao crescimento e desenvolvimento de Portugal.

Lisboa, nesse contexto, identificou intervenções que considera merecerem a interpretação de algumas dessas abordagens integradas com vista a serem desde já incluídas no Acordo de Parceria. Alguns dos principais domínios foram já enunciados a propósito das prioridades de investimento (ponto 3), e podem ser promovidos tanto pela articulação entre as diferentes prioridades de investimento dos fundos QEC, como com outros fundos (Horizonte 2020, Erasmus para Todos, Programa da UE para a Mudança e a Inovação Social, Programa LIFE, entre outros), mediante uma estreita coordenação entre os mesmos ou a criação de Planos de Ação Conjuntos e de Operações Integradas. De entre estes domínios de intervenção destacam-se: **a promoção da investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação, a reabilitação do parque edificado/eficiência energética/prevenção de riscos; a mobilidade inteligente e inclusiva; o empreendedorismo e empregabilidade; os recursos marítimos; o turismo; a cultura e a criatividade; a regeneração de áreas urbanas desfavorecidas; e o envelhecimento ativo e saúde.**

Desenvolvimento de instrumentos financeiros

Mensagem principal: *Na atual conjuntura de restrição orçamental pública e de escassez de investimento privado e, em particular, tendo em conta as dificuldades de financiamento de ambos os setores, os instrumentos financeiros podem desempenhar um papel importante na implementação da Política de Coesão. Estes instrumentos devem estar previstos no âmbito do Acordo de Parceria, e devem privilegiar o apoio ao desenvolvimento urbano, à promoção da eficiência energética, à criação de emprego e ao empreendedorismo, e à internacionalização e inovação das PMEs. Para este fim, devem ser estabelecidas parcerias, nomeadamente, com o Banco Europeu de Investimento, desde logo no Acordo de Parceria.*

Descrição:

Na atual conjuntura de restrição orçamental pública e de escassez de investimento privado e, em particular, tendo em conta as dificuldades de financiamento de ambos os setores, os instrumentos financeiros podem

desempenhar um papel importante na implementação da Política de Coesão. Com efeito, estes instrumentos podem desbloquear financiamentos que de outro modo não seriam realizados, viabilizar projetos conjuntos entre vários setores, e oferecer um enquadramento financeiro mais flexível e sustentável.

O Acordo de Parceria deve prever a disponibilização destes instrumentos, em particular em áreas identificadas

como estratégicas e nas quais esta disponibilização pode ser essencial para eliminar obstáculos à ação. De entre estas áreas destacam-se o apoio ao desenvolvimento urbano, à criação de emprego e ao empreendedorismo, e à internacionalização e inovação das PME.

Devem ser estabelecidas parcerias no Acordo de Parceria para este fim, nomeadamente, com o Banco Europeu de Investimento.

